

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

TATIANA PEDROZO DE SOUSA PINTO

Traço Unário: O suporte da Distintividade

Belo Horizonte

2014

TATIANA PEDROZO DE SOUSA PINTO

Traço Unário: O Suporte da Distintividade.

Dissertação apresentada para o Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: Estudos Psicanalíticos

Linha de Pesquisa – Conceitos Fundamentais em Psicanálise Investigação

Orientador: Antônio Marcio Ribeiro
Teixeira

Belo Horizonte

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por aquele meio convencional ou eletrônico, para fins de pesquisa, desde que citada a fonte

150	Pinto, Tatiana Pedrozo de Sousa
P659t	Traço unário [manuscrito] : o suporte da distintividade /
2014	Tatiana Pedrozo de Sousa Pinto. - 2014. 142 f. Orientador: Antônio Marcio Ribeiro Teixeira.
	Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	1. Psicologia - Teses. 2. Psicoses - Teses. I. Teixeira, Antônio Márcio Ribeiro. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Nome: Tatiana Pedrozo de Sousa Pinto

Título: Traço unário: O Suporte da Distintividade

Dissertação apresentada para o Mestrado do Programa de Pós-Graduação em psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Aprovando em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilson de Paulo Moreira Ianinni

Instituição: UFOP

Prof. Dr. Guilherme Massara Rocha

Instituição: UFMG

Orientador Prof. Dr. Antônio Márcio Ribeiro Teixeira

Instituição: UFMG

Aos meus pais que permitiram que eu me dedicasse
exclusivamente a escrita deste trabalho

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Antônio Teixeira pela orientação precisa e certa; por ter me ensinado sobre a pontuação necessária às proliferações do pensamento.

Ao prof. Gilson Ianinni, pelo acompanhamento do meu trabalho, tanto na qualificação quanto na defesa, e pelas valiosas contribuições.

Ao prof. Guilherme Massara presente desde a Teoria do inconsciente, ao momento final da defesa desta dissertação.

Aos meus pais por me dar um lugar no mundo e em seus desejos; pelo incentivo e apoio durante a escrita deste trabalho.

A minha irmã Elisa com quem divido com empolgação as vãs filosofias.

Ao Thiago pelos encontros e reencontros.

Aos amigos que já se tornaram irmãos, Evandro, Lili, Filipe e Alessandro; Àquelas que se tornaram as minhas pares e coringas para todos os momentos: Lu, Pri e Ya; A todos com quais tive o privilégio de compartilhar a caminhada; Às maravilhosas amizades possíveis a partir do mestrado.

Aos nossos Indutos da Semi-Liberdade, aos momentos que dividi com Marina, Maria, Tati, Vinicius e Poli.

A minha família, que mesmo de longe, sempre aposta em mim.

A tudo que dá leveza a vida.

*I had been mad enough to study reason; I was reasonable
enough to study madness (Truth, Power, Self: An
Interview with Michel Foucault - October 25th, 1982)*

RESUMO

Em, “A Instância da letra ou a razão desde Freud”, (1957/1998) Lacan formaliza sua abordagem estruturalista inscrita em seu retorno a Freud. Ao ressaltar a transposição, ou *Entstellung*, como o mecanismo básico do sonho enquanto formação do inconsciente, Lacan introduz seu conceito de significante. Assim, Lacan parte da leitura estruturalista, extraída de Saussure, colocando o significante como elemento principal para ler os conceitos fundamentais da psicanálise freudiana, donde surge a ideia do inconsciente estruturado como uma linguagem. Desta feita, o estruturalismo foi escolhido por Lacan como instrumento de seu retorno a Freud.

Sabemos que o signo saussureano é composto por uma relação do significante com o significado. Entretanto, ao tomar o significante, diferentemente do que propõe Saussure, Lacan sublinha a importância da barra que separa esses elementos que compõem o signo. Desta feita o que leva o efeito de significação, que é a ultrapassagem da barra, passa a ser dificultado e extremamente evanescente. Diante desse modelo, a cadeia pede o incansável dizer do significante para gerar sentido. É preciso, portanto, supor um ponto aonde a cadeia se ancora, para pensarmos um sujeito que não seja consumido pela angústia do falar sem produzir sentido ou laço. Esse ponto de ancoragem é comumente tratado na teorização como ponto de *captonage* (*point of capiton*) ou 'ponto de basta'.

Dado que a cadeia significante funciona continuamente, nosso intuito nessa dissertação foi entender como ela se interrompe e quais os conceitos relacionados a esse mecanismo. Para isso demonstramos como Lacan o define no seminário sobre 'As psicoses' (Lacan J. , 1955-1956/1985) e como o reformula a partir do seminário sobre 'A identificação' (Lacan J. , 1961-1962/ 2003) , com a noção de traço unário. Relativamente a esse último conceito, o de traço unário, consideramos que ele tornou-se o centro desta dissertação, desde que foi nosso objetivo principal cernir seus pressupostos e implicações.

Palavras chave:

Traço unário, Psicose, Nome Próprio, Ponto de Basta, Ponto de Capton, Significante, Signo, Saussure, estruturalismo.

ABSTRACT

In "The Instance of the Letter in the Unconscious, or Reason Since Freud" (1957/1998) Lacan formalizes his structural approach inscribed in his return to Freud. Underlining transposition, or *Entstellung*, as the basic dream's mechanism while an unconscious formation, Lacan introduces his concept of signifier. This way, Lacan departs from the structuralist view, extracted from Saussure, locating the significant as the main element for reading the key concepts of Freudian psychoanalysis, from where the idea of unconscious structured as a language arises. Moreover, structuralism was chosen by Lacan as an instrument for his return to Freud.

We know that Saussure's sign is composed of a relationship of signifier to signified. However, taking the signifier, despite of what's proposed by Saussure, Lacan underlines the importance of the bar that separates these elements that compose the sign. Thus, that which leads to the signification effect, the bar's surpassing, is hampered and extremely evanescent. With this model, the chain asks for the tireless signifier's saying to create sense. Therefore, a point where the chain anchors itself is needed in order to think a subject that is not consumed by anguish produced by speaking without generating sense or social bond. This anchoring point is commonly treated in the theorization as "button ties" [*points de capiton*], or 'quilting point'.

Since the signifier chain runs continuously, our aim in this dissertation was to understand how it stops and which concepts are related to this mechanism. In order to do so we showed how Lacan defines this mechanism in the seminar on the psychoses (J. Lacan, 1985 [1955-1956]) and how it has been reworked from the seminar on Identification (J. Lacan, 2003 [1961-1962]) with the notion of unary trait. For this last concept, the unary trait, we consider that it became the center of this dissertation, since it was our main goal to sift its assumptions and implications.

Keywords:

Unary trait, Psychosis, First Name, Quilting Point, *Points de Capiton*, Signifier, Sign, Saussure, Structuralism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1- Processo X Desenvolvimentopag

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
ABSTRACT	9
LISTA DE TABELAS.....	10
SUMÁRIO.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
PRÓLOGO	15
1. O RETORNO A FREUD, O SISTEMA LACANIANO E A CRÍTICA DE DERRIDA	30
1.1 Introdução	30
1.2 O Retorno a Freud e o estruturalismo	35
1.3 Da metáfora à metonímia.....	45
1.4 Da metonímia à metáfora.....	47
1.4 A crítica.....	53
1.5 sobre a crítica	56
2. O TRAÇO UNÁRIO E O PARADIGMA ESTRUTURALISTA NA CIÊNCIA.....	65
2.1 O Traço Unário e o primeiro classicismo lacaniano	66
2.2 O estruturalismo como proposta de dissolução do dualismo metodológico de Jaspers .	73
2.3 As conseqüências do hiperestruturalismo	84
2.4 Conclusão.....	92
3 - O TRAÇO UNÁRIO E O SIGNO	94
3.1 O signo na <i>epsteme clássica</i> , em Saussure e em Lacan.....	94
3.2 O Nome Próprio, o Signo e o Traço Unário	113
4. CONCLUSÃO.....	126
BIBLIOGRAFIA	139

INTRODUÇÃO

Essa dissertação é fruto de uma pergunta a respeito do conceito de traço unário e suas implicações para a concepção da psicose. No entanto, durante o processo de pesquisa, fomos percebendo os variados entrelaces deste conceito em relação ao estatuto do significante, o que nos forçou a fazer uma incursão pelos seminários 3 e 9 em que, marcadamente, Lacan dá importância ao significante. Assim, se a princípio a questão central se articulava em torno das possibilidades teóricas da noção de traço unário para pensar a constituição e a estabilização da psicose, percebemos que era necessário, anteriormente, cernir a ideia de traço unário, seus pressupostos e implicações. Feita essa tarefa, poderíamos, posteriormente, retomar os conceitos-chaves em relação à psicose conforme tratada no Seminário 3, como é o caso do 'Ponto de Basta', perguntando sobre sua relação com o traço unário. Enquanto tentávamos esclarecer o conceito de traço unário, por outro lado, acabamos por perceber que ele é um importante operador para uma discussão epistêmica, havendo nesta dissertação muito espaço destinado a explorar esse aspecto.

Assim, no primeiro capítulo quisemos mostrar como a leitura freudiana já tendia a se separar de uma tendência alegórica, ou uma tradição hermenêutica. Demonstramos que na abordagem freudiana já estavam marcadas as características que permitiam aceder do conhecimento proliferante para a ciência. Em seguida mostramos como Lacan se apropriou de uma abordagem nomeadamente estruturalista para tomar a leitura de Freud. Desta feita, podemos dizer que foi em concordância com o próprio pai da psicanálise que Lacan sugere tal aproximação estruturalista, a qual ele chama de retorno a Freud. Delimitamos a apropriação certamente subversiva feita por Lacan tanto de Freud quanto do estruturalismo, ressaltando os artifícios utilizados por Lacan para alicerçar sua leitura enquanto um “retorno a Freud”. Neste mesmo capítulo, discorreremos sobre a crítica feita à abordagem lacaniana e à resposta a ela

dada. A crítica de Derridá e de Nancy & Lacoue-Labarthe é de que apesar de apresentar um sistema em que figura a autonomia do significante ligada a certa autonomia do sujeito a ele relacionado, conforme articulamos no prólogo, Lacan paradoxalmente subtrai tal característica, dizendo que a cadeia retorna a um ponto. Fizemos isso de modo a definir o conceito chave para essa dissertação que é aquele de Ponto de Basta.

No segundo capítulo, introduzimos trecho em que o próprio Lacan apresentava o conceito de **traço unário** relacionando-o com os temas do qual ele tratou nos textos a "instância da Letra ou a razão deste Freud" e no comentário que ele faz sobre "a carta roubada". Como os elementos destes textos foram extensamente trabalhados no primeiro capítulo para localizar nossa questão sobre a possibilidade do significante em indicar um referente ou da cadeia em significar, nos autorizamos a investigar o conceito de traço unário, para verificar sua relação com esses temas. Assim, para entender o conceito, neste capítulo apresentamos 2 modelos. No primeiro deles destacamos a ideia de traço unário e a aproximamos ponto a ponto com as bases do sistema linguístico que é a suposição da diferença como única propriedade, o que implica na redução das qualidades. Em seguida contrapomos a abordagem de Jaspers com aquela de Lacan em relação à doença mental grave, demonstrando as desvantagens epistêmicas decorrentes da adoção de um método hermenêutico. Por outro lado, identificamos Lacan como um autor que adere ao estruturalismo e com isso consegue propor uma abordagem mais profícua da psicose.

Dando essa volta relativamente à questão do conhecimento e da ciência, retomamos, a partir da ideia do traço unário, a eficácia da abordagem estrutural. Ao perfazê-la, fica demonstrada a função premente da ideia de diferença na teoria lacaniana. Assim dá-se o relevo merecido à tarefa do terceiro capítulo, no qual tentamos cernir qual o mecanismo de fundação desse traço minimal.

No terceiro capítulo, tentamos retomar a ideia de Signo Linguístico a partir da *epsteme clássica* (conforme apresentada por Foucault M., 2000b), cujo paradigma foi o texto conhecido como *Lógica de Port Royal*. Tentamos identificar as diferenças entre este último e a abordagem de Ferdinand de Saussure, fundador da linguística moderna. Para Saussure era a junção entre pensamento e som que permitia a precipitação do signo, que é o elemento unitário que confere a propriedade de distintividade ao pensamento. Sublinhada a propriedade da distintividade em Saussure, pudemos aproximar a teorização deste autor ao conceito de traço unário. Essa aproximação permitiu esclarecer as operações de fundação do traço unário.

Para finalizar nossa investigação, estando o traço unário relacionado ao conceito de Nome Próprio, tradicionalmente abordado pela lógica e pelos linguistas, abordamos brevemente os autores comentados por Lacan e que são referências tradicionais sobre esse ponto. Damos maior importância à teorização de Kripke, ao entorno desse tema, desde que identificamos na teoria deste autor várias semelhanças com o signo saussuriano.

PRÓLOGO

Em 1954, a partir de um pronunciamento no segundo seminário, um tempo bastante precoce da teorização lacaniana, Hyppolite erige instrumentos teóricos para que já se leia algo do funcionamento simbólico, mesmo no texto sobre a Negativa (Freud, 1925/1976). Assim justifica-se uma abordagem pelo significante enquanto inscrita numa tentativa de retorno a Freud, em consonância com o esforço empreendido por Lacan naquela época. Podemos resumir brevemente a leitura de Hyppolite nos seguintes termos: a partir de uma operação dialética que permitia um tratamento do eminentemente destrutivo, criou-se a negativa simbólica como um sucedâneo da tendência destrutiva, esta que veio a interromper o funcionamento de introjeção e expulsão do organismo que se inscrevia apenas no nível de Eros. Esse tratamento sintético inventa a possibilidade da presença de representante, portando, paradoxalmente, a informação **positiva** de um **vazio** que é fundante, ou nas palavras de Hyppolite “a negação vai desempenhar um papel, não como tendência para destruição, nem tampouco no interior de uma forma de juízo, mas como atitude fundamental de simbolicidade implícita.” (1954, p. 901)

No texto “A Instância da letra...” (Lacan J. J., 1998 [1957]), podemos observar o trabalho de Lacan em extrair as consequências do conceito de significante já antevisto por Hyppolite. Neste texto, entretanto, ele deriva da linguística saussuriana o que seja o conceito de significante com o qual ele vai operar. Conserva mesmo assim a ideia de que seja um elemento que se caracteriza justamente por ser a presença de um vazio, agora, a partir de Saussure enunciada como materialidade acústica, ao qual não está relacionada a priori nenhuma significação. Conforme dizíamos, ele faz essa localização do que seja o significante, para disso extrair as consequências, sendo a principal, neste texto, uma ideia de inconsciente

funcionando como uma linguagem. Ressaltamos, portanto, que o conceito fundamental da psicanálise, segundo Lacan, é baseado na autonomia do significante em se articular em uma cadeia. O significante funciona a revelia do sujeito e o determina.

Reiteramos que em “A instância da Letra” (1998 [1957]) Lacan expõe as bases do funcionamento do significante conforme ele mesmo propõe, este agora retirado de sua relação biunívoca com o significado, como era desenvolvido por Saussure. Conforme expõem Nancy e Lacoue-Labarthe (1991) a operação principal, portanto, não é a autonomização do significante, mas a insistência na importância da barra que separa significante/significado. Assim sendo, para além de propor que as palavras não se ligam aos seus referentes, que foi a inovação saussuriana, Lacan defende que o significante não se liga nem mesmo ao significado, sendo, portanto, o puro elemento diferencial “a diferença dos lugares, a própria possibilidade de localização” (Nancy & Lacoue-Labarthe, 1991, p. 50). Desta feita, Lacan radicaliza a posição estruturalista da própria linguística, pois entende que nada assegura o sentido a não ser a posição de um significante em uma cadeia linguística. Assim sendo, tendo em vista a necessidade de assegurar algum sentido, Lacan começa a trabalhar com o conceito de significância.

O conceito de significância é o que garante que haja significação sem que a autonomia do significante seja questionada, ou melhor, a significância acaba por ratificar a propriedade da autonomia do significante. Os significantes “estão submetidos a dupla condição de se reduzirem a elementos diferenciais últimos e de os comporem segundo as leis de uma ordem fechada.” (Lacan J. J., 1998 [1957], p. 501) Ou seja, os significantes só produzem sentido se colocados uns em relação aos outros, seguindo certas leis, e para tanto há a necessidade de um encadeamento dos significantes. Podemos definir a significância como o processo por meio do qual o significante toma sentido neste encadeamento, o que se caracteriza por uma evanescência do sentido, em função da constante progressão da cadeia. Tal propriedade fica

muito bem ilustrada por Lacan no seguinte excerto: “se vocês tivessem uma orelha verdadeiramente semelhante a uma máquina, a cada instante do desenvolvimento da frase seguiria um sentido” (Lacan J. , 1955-1956/1985, pp. 296-297),

Então, mesmo que o efeito da significância permita a ultrapassagem da barra, levando ao significado, o encadeamento sempre reinicia o processo de significância. Desta feita, a significância é destituída pelo encadeamento significante, mas também é por ele promovida. O próprio movimento que é a significância reenvia à parte de cima da barra, pois a significação depende do encadeamento significante. Daí se depreende que há duas teses concorrentes, o que nos coloca em um paradoxo: “a significância ultrapassa a barra e a significância desliza somente ao longo da barra” (Nancy & Lacoue-Labarthe, 1991, p. 71)

A questão da significância é de interesse para este trabalho, pois está intimamente relacionada ao lugar do sujeito na teoria lacaniana. Lacan nos diz que o sujeito é o que um significante representa para outro significante. A primeira consequência dessa afirmação é que, assim como o significante, o sujeito não tem nenhum referente. Desta feita, o sujeito lacaniano não tem contrapartida a não ser no discurso, na cadeia significante, portanto, carece de relação com uma pretensa subjetividade, e é destituído de estatuto. Por outro lado, o sujeito é o que se depreende da relação dos significantes em cadeia, que, conforme dizíamos acima, é a significância. Assim sendo, o sujeito se relaciona com o sentido, mas um sentido amplamente articulado à possibilidade de querer dizer outra coisa. Seria dizer que o sujeito só pode habitar uma estrutura de linguagem que o determina, o antecede e estrutura-se em relação aos lugares e às formas como o significante se encadeia, porque o significante tem a propriedade de deixar dizer outra coisa, não estar associado biunivocamente a um conceito, como quis Saussure. A palavra pode dizer outra coisa do que denotaria se tomarmos o consenso linguístico.

A partir dessa colocação, percebemos que uma mesma propriedade é o que baseia o sistema significante de Lacan e também sua definição de sujeito. O significante Lacaniano é a diferença dos lugares, isento de toda significação, mas capaz de tomá-la, pois é uma materialidade acústica. Quando toma a significação é, entretanto, evanescente, acrescentado mais um significante pode querer ser outra coisa. Há uma autonomia no funcionamento estrutural do significante que é o que permite que o sujeito se instale. Esse sujeito, portanto, é também destituído de referente e garantia: “O sujeito é precisamente a instância que segue o lugar vazio” (Deleuze, 1973, p. 300). Tanto o sujeito como a linguagem se baseiam na propriedade do lugar vazio, de um buraco, que é, entretanto, material. Lacan chega a notar isso como -1, que pode ser lido como “uma ausência em seu lugar”: a ausência notada com um sinal de menos e o lugar com o sinal de 1. Por isso temos que um sujeito é instituído no e pelo significante, na medida em que a estrutura se baseia numa propriedade que permite a uma ausência de referente fixo. A propriedade primordial da estrutura é o que desmente a possibilidade de total determinação do objeto.

Reiteramos, neste ponto, que neste momento da teorização, em seu retorno a Freud, tendo em vista o estruturalismo e a linguística, conforme consolidada no seminário 3 (Lacan J. , 1955-1956/1985) e no texto dos Escritos, que Lacan escreve contemporaneamente a este último, “A Instância da Letra no Inconsciente” (1998 [1957]), Lacan produz uma teoria do sujeito em torno do significante. Assim, havendo significante, há sujeito. O sujeito é, portanto, uma anterioridade lógica deduzida do funcionamento significante.

Do Seminário 3 podemos extrair ainda uma outra tese, aquela da anterioridade do registro simbólico, que é composto pelo material significante. Para Lacan, neste momento, o ente nasce imerso no significante:

A criancinha que vocês veem brincar fazendo um objeto desaparecer e tornar aparecer, e que se exercita assim na apreensão do símbolo, mascara, se vocês se deixam fascinar por ela, o fato de que o simbólico já está ali, imenso, englobando-o por toda parte, de

que a linguagem existe, enche bibliotecas, transborda, rodeia todas as suas ações(...) (1955-1956/1985)

Disto, deduzimos novamente que qualquer humano está imerso ao funcionamento significante, e que, portanto, sempre há sujeito. Isso, entretanto, não garante que para todo sujeito a fala seja plena, um conceito que tentaremos desenvolver a seguir, ao tratar da teorização ao entorno da psicose.

Conforme dizíamos, o deslizamento é o mecanismo por excelência em relação ao funcionamento significante, e em função dessa propriedade temos como consequência que “somente as correlações do significante com o significante fornecem o padrão para qualquer busca de significação” (Lacan J. J., 1998 [1957], p. 505). A partir de tal proposição se deduz que a significação sempre resta para além, o que escravizaria o sujeito a falar incessantemente sem que se possa gerar um sentido. É este o caso do psicótico, por isso Lacan diz que ele fala como uma máquina, uma fala vazia da possibilidade de criar sentido perene. Diante desta propriedade do significante se deduz a necessidade de se criar, então, um ponto de basta, que permite assentar algum sentido.

Admitimos, portanto, que, para que haja comunicação e laço social, é preciso haver também um ponto de consenso, um ponto onde se possa ter certeza de que não há engano, de que não há deslizamento significante. Se, então, o fundamento da linguagem é que o significante é pura diferença, seu fundamento não estando ligado ao objeto, mas à ausência de acesso à coisa, temos que, para haver comunicação e uso do significante em sua vertente denotativa, um ponto de consenso deve ser fabricado. Tal ponto de consenso diz respeito a uma operação de fé, servindo como um ponto de basta para a profusão da cadeia.

Desta feita, há elementos para resumir a tese principal de Lacan no Seminário 3 nos seguintes termos: “O sujeito dispõe de todo um material significante que é a sua língua, materna ou não, e dela se serve para fazer passar no real significações. Não é a mesma coisa

ser mais ou menos cativado numa significação e exprimir um discurso destinado a comunicá-la.” (1955-1956/1985, p. 78). Ou seja, para todos está colocado o simbólico, em função da imersão do humano neste universo, mas só alguns foram cativados por um significante, só em alguns o significante se inscreve, podendo funcionar como um ponto de basta, é o caso dos neuróticos. Os neuróticos são aqueles que têm a possibilidade de palavra plena em função de o significante ter sido inscrito, criando o ponto de basta que permite a estabilização dos significados. Por causa disso Lacan nos diz que a neurose é a palavra que se articula (1955-1956/1985, p. 97), ou seja, é a possibilidade de usar o tesouro significante para veicular um sentido que é próprio aquele sujeito, a sua inserção singular na linguagem.

A definição clássica da psicose é uma versão dessa teorização que acabamos de expor, utilizando os termos freudianos *Bejahung* e *Verwerfung*. No psicótico o que não se dá é “essa parte da simbolização” (1955-1956/1985, p. 97), ou seja, o que não se dá é essa primeira afirmação, chamada *Bejahung*. No caso da psicose há a *Verwerfung*, termo traduzido por forclusão (Lacan J. , 1955-1956/1985, p. 360), querendo dizer de algo que não faz sentir seus efeitos por ter sido posto para fora. Portanto, tal significante forcluído, não inscrito no simbólico, não faz sentir seus efeitos neste registro.

Neste momento, é preciso esclarecer qual seja a natureza deste tão falado ponto de basta, e para tanto vamos explorar as figuras que Lacan utiliza no seminário sobre as psicoses para dele dizer.

A *Bejahung*, ou primeira afirmação, é um dos nomes do ponto de basta. A origem do conceito em Freud nos é clara: se trata de uma primeira introjeção no organismo, pelo efeito do princípio do prazer, uma representação libidinizada. Podemos interpretar, portanto, como inscrição da linguagem no corpo do sujeito, criando a noção de dentro e fora corporal. Assim sendo, já no Seminário 3 Lacan nos diz que há um significante que diz respeito à inscrição

singular da linguagem no corpo do sujeito, de um significante erotizado. Lembramos que na neurose esse significante *Bejahung* é recalcado, mas não deixa de fazer sentir seus efeitos.

Lacan também utiliza o termo *Significante Primordial*. Tal significante, o autor nos conclama a “encarar como uma presença do significante no real”, (1955-1956/1985, p. 228). Remetendo-se as mitologias antigas, ele nos chama a entendê-las como a criação de significantes de base que permitem a organização dos demais. A partir desses, tem-se a chave para a explicação das mais diversas situações extraordinárias. Ou seja, a partir do significante primordial a cultura interpreta os fenômenos contingentes e se coloca em relação aos mesmos. Um resumo: “que haja significantes de base sem os quais a ordem das significações humanas não poderia estabelecer-se, nossa experiência nos faz sentir com muita frequência” (Lacan J. , 1955-1956/1985, p. 227)

Em outro trecho, trata-se diretamente do *Ponto de Basta*, sem, entretanto, nomear esse conceito. O autor nos chama atenção à propriedade acima citada de que a significação sempre remete a outra significação, ou, que o significante sempre remete a uma coisa que está adiante ou que volta sobre si mesmo. Cabe aí a pergunta anunciada já anteriormente neste projeto, que antecipa a necessidade de um ponto de parada. Neste momento, Lacan responde com clareza, o discurso para “sempre no nível deste termo problemático chamado o ser” (1955-1956/1985, p. 160) ou “o discurso, se ele desemboca em alguma coisa, é sobre o significante no real” (1955-1956/1985, p. 161).

Aqui cabe um esclarecimento sobre esse *Ponto de Basta* que organiza a cadeia e que conforme percebemos no exemplo dos significantes primordiais, claramente organiza uma realidade discursiva em que o sujeito pode circular com tranquilidade visto que se baseia em certos princípios tomados como inequívocos. Tal esclarecimento remete a um ponto recorrente nas definições do conceito de *Ponto de Basta* dadas nos parágrafos acima, a noção

de real. Queremos explicitar, porque Lacan sempre fala do real e para tanto recorremos a outro exemplo ilustrativo que remonta às meditações de Descartes.

Para garantir a sustentação da verdade do conhecimento, construído a partir da premissa da dúvida elevada à condição de método, Descartes teve de recorrer a Deus. Tal autor levanta a hipótese de que poderia haver um gênio maligno a enganá-lo, incutindo-lhe pensamentos falsos. Deus é colocado no lugar de quem afiança a não ocorrência disso, mas somente na medida em que é um elemento que não poderia ser acessado pelo método que ele garante. Ou seja, Descartes precisou lançar mão de um elemento exterior, incognoscível para o homem, para garantir o conjunto do conhecimento, para construir o conjunto filosófico que funda o método e, como consequência, a ciência moderna. Ou seja, o que permite conhecer é esse irreconhecível chamado real como um ponto em que não há engano: “a noção de que o real, por mais delicado que seja de penetrar, não pode fazer velhacarias conosco, não nos passará para trás de propósito.” (Lacan J. , 1955-1956/1985, p. 79)

Resumindo, a noção de psicose em Lacan poderia ser expressa como a ausência de ponto de basta, o que leva o psicótico a se comportar como uma máquina de fala, um refém da linguagem e produção de sentido. Isso acontece porque apesar da não inscrição da linguagem no psicótico, que é essa parte da simbolização que Lacan nos diz não acontecer, o psicótico tem acesso à linguagem pela invasão desta em seu psiquismo. Ou seja, pela ausência de *Bejahung* - que no neurótico é inconsciente em função do recalque, mas está ali presente - falta ao psicótico o significante primordial em torno do qual a significação se assenta. Falta, portanto, um significante ao entorno do qual se articula uma fala plena.

Dizíamos, portanto, ser possível interpretar, a partir do Seminário 3, que para o psicótico não houve *Bejahung*, o que segundo Rabnovich é uma interpretação coerente com o que se propõe no texto “reposta ao comentário de Jean Hyppolite...” (Lacan J. , 1954/ 1998). Ali a *Verwerfung* confunde-se com a *Austossung*, como aquilo que “é exatamente o que se

opõe a Bejahung primária e constitui como tal aquilo que é expulso” (Lacan J. , 1954/ 1998, p. 384). Neste momento, a Verwerfung é a total supressão da Bejahung, que não aparece em seu caráter simbólico, visto que o que retorna como alucinação não é simbolizado. Seria então possível dizer que, no caso do psicótico, há a ausência deste significante no real que tem a possibilidade de organizar a cadeia?

É o próprio Schreber que desmente essa hipótese, conforme podemos perceber no “Seminário 3” na análise feita do livro “As memórias de um Nevropata”(Schreber D. , 1903 apud Lacan J. , 1985[1955-1956], p. 35). Em detrimento do Deus de Descartes, que é um Deus apagado, inacessível ao conhecimento, desinvestido, o Deus de Schreber é alguém com quem esse personagem desenvolve uma relação erótica. Entretanto, é esse mesmo Deus, que:

Ihe diz a palavra significativa, aquela que põe as coisas nos seus lugares, a mensagem divina por excelência, ele diz a Schreber, o único homem que resta após o crepúsculo do mundo – *Carcaça*. (...) Em torno deste cume, todas as cadeias da montanha deste campo verbal são desenvolvidas para vocês por Schreber numa perspectiva magistral (Lacan J. , 1955-1956/1985, p. 118)

Assim, há uma simbolização primordial mesmo no psicótico, o que contradiz a ideia de que estruturado como tal, o sujeito esteja simplesmente imerso no funcionamento simbólico, nada tendo se inscrito singularmente neste enquanto significante.

É possível perceber, desse modo, a competição entre duas teses no Seminário 3, relativas à incidência da linguagem no psicótico, e à consequência desta incidência, o que é notado pelo termo Verwerfung. Esta incoerência teria sido descrita também por Balmès (2000, pp. 52-97 apud Safatle V., 2006) que nos diz que de um lado a Verwerfung, é sinônimo da Ausstossung, a expulsão que constitui o real como o que está fora da simbolização; e do outro lado se refere à forclusão de um significante primordial.

Podemos resumir esse problema teórico nos seguintes termos: enquanto Lacan estava preocupado em estabelecer a lógica da estrutura psicótica, ele deixou de diferenciar a necessidade de duas operações: 1) a da entrada da linguagem no sujeito; 2) uma que seja

posterior a essa, da entrada do sujeito na linguagem. Nesta época, segundo ressaltava Safatle, ele parece mais interessado em “insistir numa espécie de significante fora da cadeia simbólica que não poderia ser integrado ao espaço simbólico do Outro” (2006, p. 52). Entretanto, poderíamos introduzir nossa hipótese de que é quando Lacan introduz a ideia de traço unário, isolando a experiência de entrada na linguagem, que este autor pode sistematizar com mais propriedade os efeitos e consequências disto que, já no seminário sobre as psicoses ele descreve como sendo um encontro do simbólico com o real.

Dizíamos, portanto, que no Seminário 3, Lacan não se focou tanto nos melindres da questão da inscrição do simbólico no organismo porque sua intenção principal era estabelecer a necessidade lógica que é imprescindível à organização do campo significante, o apagamento de Um que organiza a cadeia. No Discurso de Roma, Lacan assim o formula, segundo Zafiropoulos: há uma “função semântica inteiramente crucial de um significante flutuante, ou ainda, de um significante de exceção que permite ao pensamento simbólico se exercer” (2009). Neste seminário, então, fica especificada, dada a flutuação infinita do significante em relação ao significado, a necessidade de erigir um ponto de captonage. Desta feita, ele constrói que esse mesmo termo que fundamenta o funcionamento significante, estando apagado, é o que confere uma estabilidade, construída entre dois significantes, funcionando como um ponto de basta para o deslizamento significante.

Assim definido, percebemos que o grande propósito do Seminário 3, não é estabelecer se há ou não simbolização no psicótico, mas sim que o significante que organiza a cadeia deve ser inacessível, apagado. Assim, se no exemplo de Schreber há um significante que pode servir como organizador da cadeia, aquele que notamos acima como carcaça, Lacan nos faz observar que graças a esse Deus schreberiano, “subsiste alguém que pode dizer uma palavra verdadeira, mas essa palavra tem por propriedade ser sempre enigmática” (1955-1956/1985,

p. 119). Ou seja, o significante organizador schreberiano existe, dito por Deus, entretanto não foi apagado, pois sempre se coloca a conhecer em seu enigma.

Nosso intuito, portanto, é desenvolver como a inscrição da linguagem no sujeito, no ponto mítico de sua fundação - o que entendemos poder ser esclarecido com o conceito de traço unário - é importante para compreender posteriormente a organização do campo simbólico em torno de um significante que se apaga. Para ilustrar a importância deste intento a respeito da fundação, introduzimos a história de uma estratégia de um sábio legislador da Grécia Antiga, Solon, que pode funcionar como uma alegoria sobre a constituição subjetiva.

Solon se depara com um momento de grande desestabilização na sua cidade, em função do embate entre os grandes donos de terra, *Agathoi*, que detinham o poder político, e os *Kakoi*, aqueles que nada possuíam e aos *Agathoi* eram submetidos. Para resolver essa querela, Solon se serve de uma figura sobre a qual era bem informado, a figura do fundador da cidade. Os fundadores eram frequentemente descritos como figuras divinas de caráter nobre e distinto, ou seja, eram homens cuja natureza era heterogênea àquela cuja civilidade criariam. Assim, em torno da fundação, cada cidade buscava se diferenciar relacionando sua origem com um nome do passado ao entorno do qual se construía um marco inicial. Erigia-se um herói fundador que estabelecia “uma ponte entre uma fase pré-política e uma fase humana civilizada” (Bignotto, 1999, p. 18)

A sabedoria de Solon, conforme formulado por Bignotto(1999), foi se colocar neste lugar de fundador, criando em torno de si um mito de distintividade em relação aos demais humanos. A partir deste lugar, enuncia as leis que organizariam o campo político, sem beneficiar nenhum dos lados políticos em demasia, nem mesmo o dos *Agathoi*, classe societária a qual pertencia. Entretanto, ao fazer isso, Solon se dá conta de que não poderia habitar essa cidade, visto que deste lugar que calçou para si, facilmente se tornaria um tirano.

Assim, ele se retira da cena cidadina, o que o torna um legislador solitário. A sabedoria Soloniana se demonstra em seu ato de apagar-se do campo que organiza.

Desta alegoria, percebemos que aquilo que funda, sendo um elemento heterogêneo ao fundado, precisa ser retomado para organizar o campo que institui, mas quando o é, deve ser apagado. Retomamos aqui que o traço unário tem essa dimensão heterogênea em função de seu parentesco com o real. Na medida em que enunciamos tal conceito, é possível perceber, como, a partir desse parentesco, o traço é o que fundamenta o funcionamento significante. Ou seja, a própria relação com o real é o que permite ao traço unário fundamentar a linguagem. Com esse conceito localizamos a entrada do sujeito na linguagem, que é o que não está claro no Seminário 3 e, por outro lado, como essa inscrição, ela própria, provê o elemento a ser retomado para a organização do campo.

Lacan sempre se remete ao traço unário como um significante, mas certamente não é qualquer um, já que está fora da cadeia e não aceita predicções. É um significante, “um traço que se introduz no real, perfurando-o” (Vorcaro, 2004, p. 78). Por ter essa relação com o real, tal significante guarda sua propriedade de ser sempre vazio, um vazio que os outros significantes tentarão retomar. Tentar-se-á sempre repetir essa diferença, de modo a recuperar o objeto perdido que ela marca: “o comportamento se repete como tal para fazer ressurgir o número que ele funda” (Lacan J. , 1961-1962/ 2003, p. 77). Nas palavras de Teixeira,

a função dessa simplicidade do *traço unário* é de indicar o lugar onde se fixa o significante (...). Enquanto ponto de inscrição da letra, da junção da linguagem com o real, o traço é a própria marca da função distintiva (...). O traço unário pode suscitar esta noção de que o real, por mais que ele resista a se deixar conhecer, ele não pode nos trapacear. (1999, p. 119)

Resumimos a ideia de traço unário, considerando-o fundador do funcionamento significante, pois guarda relação com um ponto excluído do conjunto significante, mas garantidor de tal conjunto e seu organizador, por lhe conferir a propriedade principal, a de ser o suporte da diferença. Em outras palavras, quando se exclui do conjunto um ponto de pura

negatividade e incompreensão, funda-se um sistema em oposição a esse ponto que conserva, como característica principal, aquela de poder formar oposições.

A hipótese que aqui levantamos gira em torno de admitir que o ponto em relação ao qual se faz uma amarração, de modo a confeccionar singularmente um ponto de basta, é o traço unário, este que, excluído da cadeia, carrega um ponto de interseção com o ser no entorno da qual a mesma cadeia se organiza. Assim, nossa pergunta gira em torno da própria asserção lacaniana: “pode haver um significante inconsciente. Trata-se de saber como esse significante se situa na psicose” (Lacan J. , 1955-1956/1985, p. 165).

No caso da neurose, algo do nível de uma amarração ocorre em relação ao traço unário. Assim, no nível da incidência do Nome-do-Pai, na ocasião do Édipo, admite-se, na neurose, uma solução padrão em que há uma amarração desse ponto de *capiton*– como é considerado o traço unário – por meio de uma identificação no nível do ideal do eu, ou seja, uma identificação simbólica.

Esse tipo de solução padrão não vigora na estrutura psicótica. Nesses termos, considerando que o traço unário, por funcionar como esse ponto em que não há trapaça, é um operador importante para pensar a solução neurótica, podemos então nos perguntar sobre o que esse conceito poderia esclarecer acerca das estabilizações na psicose.

Aqui nos voltamos a uma vertente relacionada a essa lógica que tentamos cernir, relativa a este elemento heterogêneo ao campo e pode funcionar como Ponto de Basta. Essa vertente se apresenta no estudo dos nomes próprios, no que tange o seu caráter único em relação aos outros termos da língua. Nesse sentido, Saul Kripke (2001) traz contribuições próprias sobre o assunto, além de apresentar as teorias de Frege e de Bertrand Russell como aquelas que fazem a tentativa de igualar o ‘nome’ a uma descrição abreviada. Tal descrição seria, então, o significado do nome. Kripke levanta, já de saída, um problema importante dessa teoria: a descrição toma por base as características imputadas ao objeto, mas toda característica é contingente. Igualar o nome à descrição faz com que, diante de toda mudança

na contingência, o nome não tenha mais referente. Kripke (2001) propõe, diante dessa dificuldade preliminar, acompanhada de muitas outras que ele desenvolve em sua obra *Naming and Necessity*, uma teoria acessória àquela que ele nomeia como teoria Frege/Russell. Ele nos propõe tratar o nome como um ‘designador rígido’, necessariamente o mesmo em todos os mundos possíveis, sendo que o nome seria referenciado a uma breve descrição. A utilização do termo referência para designar a relação do nome com a descrição é o que possibilita o giro teórico, pois o nome não é sinônimo da descrição, essa serve somente para permitir, num dado instante, selecionar um objeto para relacioná-lo ao nome. Se o objeto não tiver, em um tempo segundo, a característica que a ele foi relacionada, isso não invalida a propriedade do nome.

Com essa pequena formulação, Kripke provoca uma revolução epistemológica, já que:

1) Estipula que uma propriedade contingente, como uma descrição, pode ser usada para determinar um referente. Isso quer dizer que Kripke propõe que podem existir *a priori* contingentes. 2) Como consequência disso, dissolve a necessidade de que uma verdade metafísica inquestionável sirva como referente para um operador da linguagem como o nome.

Kripke, portanto, demonstra que não é necessário ter acesso a verdades metafísicas para ter uma referência à linguagem. Sinaliza somente que, ali aonde ela se relaciona a um particular, há algo que não muda, que não é traduzível. Admitimos que o seguinte excerto traduza sua discordância geral em relação às teorias tradicionais: “O que eu de fato nego é que um particular é nada mais do que um “pacote de qualidades”, o que quer que isso possa significar. Se uma qualidade é um objeto abstrato, um pacote de qualidades é um objeto em um grau de abstração ainda maior, não um particular”¹ (Kripke, 2001, p. 52; tradução nossa)

Destaca-se, então, que a diferença do nome próprio em relação aos outros termos na língua é a sua propriedade de designar as coisas particulares como tal, fora de toda descrição.

¹“What I do deny is that a particular is nothing but a ‘bundle of qualities’ whatever that may mean. If a quality is an abstract object, a bundle of qualities is an object of an even higher degree of abstraction, not a particular”

Ou seja, um nome próprio seria aquilo em relação ao qual não é possível fazer nenhuma relação, nenhuma predicação. Nas palavras de Lacan, que são afins às de Kripke, há uma “afinidade justamente do nome próprio com a marca, com a designação direta do significante como objeto” (Lacan J. , 1961-1962/ 2003, p. 94). Não a toa, Lacan, no Seminário 9, desenvolve o conceito de Traço Unário lado a lado ao de Nome Próprio.

Recorremos a esse conceito com a justificativa de que ele escancara a possibilidade de um *a priori* não se relacionar com um referente. Assim sendo, tal conceito permite pensar um Ponto de Basta para a cadeia significante que não desminta a propriedade principal do significante explicitada no começo deste trabalho: a de ser pura diferença, não vinculada a nenhuma existência factual ou conceito.

Tendo demonstrado que os conceitos de Nome próprio e traço unário comungam de características bastante afeitas, a título de conclusão, resumimos nosso intento como uma tentativa de pesquisar as possibilidades desses dois conceitos funcionarem como Ponto de Basta, mesmo na psicose, o que os colocaria na posição de possíveis constructos que permitem pensar as estabilizações desta estrutura.

1. O RETORNO A FREUD, O SISTEMA LACANIANO E A CRÍTICA DE DERRIDA

*“Eu não caminho para o fim eu caminho para as origens”
Manoel de Barros*

1.1 Introdução

Nos demonstra Foucault (2000a), em sua *Prosa do Mundo*, a *pregnância*, principalmente na idade média, do conhecimento construído por base na *similitude*, mais especificamente, nas quatro *similitudes*. Com o efeito de reencontrar de forma ligeiramente diversa o que um primeiro signo quis fazer repetir em um segundo, o conhecimento faz proliferar indefinidamente a cadeia de signos, uns relacionados aos outros. Tal proliferação, ao invés de dar mais clareza àquilo sobre o que versa, liga o novo signo a uma antiga verdade que o irradia, verdade essa escondida, mas que pela presença das relações de similitude se dá a ver. Ou seja, se podemos crer que é certo que existem 7 planetas no sistema solar, é devido a confirmação analógica concedida pela presença de 7 furos em nossa cabeça, dado este colocado ali de modo que pudéssemos decifrar a verdade do mundo. Na forma da *conveniência*, o elemento tende a se adequar ao ambiente. Por essa versão da similitude estando na floresta, na concha cresce o líquen e no cervo crescem galhos, explicando-se assim a proximidade local de certos elementos. Na forma da *emulação*, quando mesmo à distância um elemento influencia no outro, se explica pelo espelhamento a verdade de que os olhos iluminam o semblante, assim como as estrelas iluminam o firmamento. A antiga física aristotélica, grande instrumento – à época – de previsibilidade dos movimentos dos corpos, é o exemplo de que pela *simpatia* da terra em relação à terra, o grão tende a cair, e por *antipatia*

do fogo em relação a terra ele se direciona ao espaço. Descrevemos, portanto, as 4 similitudes, conveniência, analogia, emulação e simpatia (e seu contrário: antipatia).

Assim, se pela semiologia podemos identificar os signos relevantes a decifração do mundo, na confiança de que eles nos são assinalados dadas as relações de similitudes que podemos achar, a hermenêutica, nos permite interpretar esses signos. E, mais importante, se podemos ter certeza de que há essa similitude, é que a divindade, advertida de nossa racionalidade, pôs ali os signos para serem interpretados levando-nos a verdade: “Mas Deus, para exercitar nossa sabedoria, só semeou na natureza figuras a serem decifradas (e é nesse sentido que o conhecimento deve ser *divinatio*), enquanto os antigos já deram interpretações que não temos senão que recolher.” (Foucault M. , 2000a, p. 45) Deste ponto de vista, a natureza comunica, o objeto fala, “o discurso dos antigos é feito à imagem do que ele enuncia” (Foucault M. , 2000a, p. 45).

Não longe disso está a ideia de Sperber, linguista que constituiu um artigo relativo à significação sexual primitiva das palavras, demonstrando, portanto, a origem sexual ou conservativa (relativa aos pedidos de comida) de todas as palavras. Ele prevê que, como a linguagem tem o objetivo de comunicar, e o ser humano teria que comunicar para resolver duas necessidades básicas, todas as palavras teriam origem em duas formas primitivas de satisfação: “a criança atraindo a atenção da mãe para a sua necessidade de comida e a necessidade masculina de atrair a atenção da fêmea à necessidade de copular²” (Tausk, 1991, tradução nossa).

Lacan nos diz que de fato existem “zonas nas quais a significação sexual progride feito bola de neve, (...)rios nos quais habitualmente ela se espalha, e um sentido que, como vocês viram, não é indiferente, e especialmente escolhido para que se ponha em uso, a fim de atingi-los, palavras que já foram empregadas na ordem sexual” (Lacan J. , 1959-1960/2008, p. 202),

²The child’s drawing his mothers attention to his need of food and e male’s need to draw the female’s attention to his need to mate.

mas uma explicação filogenética deste fenômeno é inscrita em uma tradição analógica, onde existe uma ligação natural entre o significante e o significado. Aqui, novamente estamos no âmbito do conhecimento, no qual a natureza comunica.

Tanto Sperber quanto os antigos, estavam baseados na ideia de que originalmente a palavra estava associada à verdade, então o estudo filogenético destas mesmas palavras levar-nos-ia a realidade indebatível. No caso de Sperber temos que a verdadeira significação das palavras se origina na constituição biológica e nas necessidades físicas. No caso dos antigos, sua crença na correspondência entre as palavras e as coisas está baseada no fato de que as primeiras palavras foram no mundo colocadas por Deus “a linguagem era um signo das coisas absolutamente certo e transparente porque lhes assemelhava (...)Essa semelhança fora destruída em Babel para a punição dos homens” (Foucault M. , 2000a, p. 49). Novamente, neste tipo de raciocínio a verdade é passível de ser recolhida no mundo, como um elemento a ser nele lido.

Podemos ler a querela teórica entre Jung e Freud no terreno desta discussão. Jung, ressalta Regnault (2010), raciocinava ao entorno da naturalidade do arquétipo. Esse arquétipo, anterior a neurose, ou seja, anterior a presença do sujeito, antecede uma verdade natural em relação a qual se desenvolve a personalidade humana. Segundo esse autor, há na natureza algo que antecede a significação individual, o mito individual. Assim como em Sperber, segundo o qual a comunicação se baseia na insistência do sexual sendo explicada em sua gênese pela necessidade básica de copula, toda a significação que o sujeito pode soerguer está em antecedência ao dado sujeito no inconsciente coletivo, instância na qual estão inscritos os arquétipos. Para Jung, seguindo a construção dos mitos, fazendo em relação a eles uma arqueologia, se pode obter signos que comprovam a verdade autoevidente, que a própria natureza mostra, da existência do arquétipo; ou seguindo Regnault: “sendo o arquétipo o referente na natureza” (2010, p. 112). Novamente, aqui os símbolos da natureza falam

pedindo uma interpretação, e fornecendo na forma de uma progressão exponencial, mais símbolos a serem interpretados. Não a toa, tempos depois de seu rompimento relativo à Freud, Jung inicia uma viagem pelo mundo, no período de 1924 à 1934, a fim de recolher nas culturas espalhadas (Egito, palestina, Uganda, Quênia, Monte Elgon, Novo México, Índia, etc.) a existência desses signos, trabalho ao qual se entregou por grande tempo.

O efeito concentrador desse tipo de conhecimento especular, que procura o similar, o que se espelha, Lacan demonstra com uma alegoria. O que parecia fazer proliferar nos dá acesso a sempre mais do mesmo, ou, “o saber do século XVI nos condenou-se a só conhecer sempre a mesma coisa, mas a conhecê-la apenas ao termo jamais atingido de um percurso indefinido” (Foucault M. , 2000a, p. 42). O que acontece nessa forma de funcionamento imaginária? Lacan propõe que imaginemos umas maquininhas. Cada uma dessas maquininhas estaria ligada à imagem do que a outra vê, o que funcionaria como um guia para ela se movimentar. Se cada uma dessas é unificada, regulada pela visão da outra:

não é matematicamente impossível de conceber que isso redundaria na concentração no centro da manobra, de todas as maquininhas, respectivamente bloqueadas num conglomerado que não tem outro limite a redução que a resistência exterior das carrocerias. (Lacan J. , 1955-1956/1985, p. 114)

Observa-se aí a necessidade de alguma coisa que mantém “relação, função e distância” (Deleuze, 1973), que não permite que a interpretação sígnea se prolifere de tal maneira a manter preso o conhecedor numa atividade incessante e despropositada, que, entretanto, leva sempre ao mesmo núcleo. Freud, conforme cita Regnault, avisado deste efeito, adverte a Jung relativamente ao mesmo:

consiste em não tomar toda a fachada para interpretá-la, como em uma alegoria, mas restringir ao conteúdo, perseguindo a gênese dos elementos, e não se deixar induzir em erro por todos os remanejamentos, as reduplicações, as condensações etc. mais tardios (Freud & Jung, 1974, p.75, conforme citado por Reugnot 2010, p. 96)

O que mantém tal “relação, função e distancia” é exatamente o simbólico, a estrutura simbólica. Esse terceiro registro é irreal e inimaginável. Trata-se de um virtual que não deixa

de fazer sentir seus efeitos. Define-se pela “natureza dos elementos atômicos” (Deleuze, 1973, p. 275) e as leis que regem seu posicionamento. Esses elementos não se definem por realidades pré-existentes, ou seja, não têm referente. Aqui por exemplo, se elimina a possibilidade de incluir a pesquisa de Sperber no campo simbólico, já que ele pretende achar na origem biológica a explicação para a premência de significantes sexualizados. Da mesma forma, o elemento simbólico não se liga a imagens ou conceitos, onde se deduz que a principal característica do significante é ser a pura diferença, e seu sentido só pode ser obtido dada a sua posição em relação aos outros elementos, havendo aí o princípio da determinação recíproca.

Vislumbra-se aí que o mais importante dos registros, daquilo que nossa razão registra, não é nem aquilo do qual é possível produzir a imagem, o imaginário; nem aquilo que tem consistência, e tende a fazer 1, o real; O que permite antever uma estabilidade para a ciência é o simbólico, composto por elementos que não tem referente na realidade - na percepção - nem no sentido. Foi preciso retirar do campo do conhecimento qualquer possibilidade de alicerçamento em algo que obtemos pela percepção, ou algo que obtemos pelos textos e sentidos que leem o mundo, para que de fato fosse possível uma estabilidade no conhecimento. Tal manobra pode ser chamada de golpe que separa a verdade do saber, ou seja, aquilo que percebemos e imaginamos não serve para sustentar a razão. O que sustenta a razão é justamente a capacidade de pensarmos a partir da conjugação de elementos cuja principal característica é aquela de diferir dos outros elementos, são assim elementos discretos.

Do desenvolvimento empreendido acima, é preciso ressaltar que a grande característica desta abordagem que permite aceder do conhecimento proliferante para a ciência é a queda do referente. Nosso intuito agora será como Lacan se apropriou dessa abordagem, nomeadamente estruturalista, para tomar a leitura de Freud.

Ora, conforme nos demonstra Teixeira (2007), Freud era um cientista. Sua intenção era obter uma teoria cuja:

construção é avaliada conforme sua capacidade de tornar pensável seu objeto, estando, portanto, constantemente sujeito a testes e a revisões (Freud, 1999, t. XIV, pp. 218-19). O que Freud critica, por conseguinte, na especulação filosófica, seria o ideal de uma adequação entre o pensamento e a coisa representada em que se orientam as interpretações dos signos no interior de uma estrutura virtualmente completa. (Teixeira, 2007, p. 139)

Ou seja, o objetivo maior seria obter uma teoria que fosse fecunda, explicasse o objeto, no caso objeto da psicanálise – o inconsciente – que por si só é um conceito.

Desta feita, podemos dizer que foi em concordância com o próprio pai da psicanálise que Lacan sugere tal aproximação estruturalista, a qual ele chama de retorno a Freud. No prefácio desta dissertação já delimitamos rapidamente a apropriação certamente subversiva feita por Lacan tanto de Freud quanto do estruturalismo, nosso intuito agora é ressaltar os artifícios utilizados por Lacan para alicerçar sua leitura enquanto um “retorno a Freud”.

1.2 O Retorno a Freud e o estruturalismo

Já no início do seminário sobre as psicoses (Lacan J. J., 1955-1956/1985) onde a questão do significante e sua relação com o inconsciente é originalmente deslindada, Lacan descarta uma faceta do conceito de inconsciente que por muito tempo caracterizou a psicanálise como uma “psicologia profunda”:

é clássico dizer que, na psicose, o inconsciente está a superfície, é consciente. (...) Nessa perspectiva, bastante instrutiva em si mesma, podemos observar de ainda que não é pura e simplesmente, como Freud sempre sublinhou, desse traço negativo de ser um Unbewusst, um não consciente, que o inconsciente guarda a sua eficácia. (LACAN, 1988, [1955-56], p.20)

Se o que está em jogo, portanto, não é o caráter tópico do inconsciente, ou seja, de ser um lugar de abrigo para aquilo que não acede à consciência, trata-se de saber o que mais

precisamente caracterizaria o inconsciente, conforme Lacan o lê em Freud, e, nesse sentido, nos parece que tal teórico esteve mais preocupado com a forma de funcionamento; os processos que regem os conteúdos inconscientes.

Ainda em Freud, para localizarmos o que seria um funcionamento inconsciente, identifica-se, desde o começo de sua teorização (LAPLANCHE, 2004, [1987]; SANTIAGO, 2005), uma incompatibilidade entre dois tipos de processos. Esses dois tipos de processos, em antinomia, são denominados de várias formas em cada momento da teorização. A princípio se expressa como uma incompatibilidade entre o mundo interior e o mundo exterior, sendo que o mundo interior é identificado ao funcionamento pulsional e à sexualidade, e o mundo exterior à experiência do indivíduo em relação ao ambiente. Essa dualidade se expressa depois pela contraposição entre princípio do prazer e princípio de realidade, bem como pelo dualismo entre processo primário e secundário. Elegendo esse último dualismo, tentaremos explicar o que Freud quis dizer quando os compôs.

Os processos primários são aqueles que acontecem no domínio do inconsciente. A forma de funcionamento dos sonhos é o paradigma desse tipo de funcionamento, já que esses processos são caracterizados pelo incessante deslizar de sentido. Esse deslocar de sentido ocorre porque a energia psíquica, nesse tipo de processo, escoia livremente sem nenhum tipo de barreira. Os mecanismos privilegiados são a condensação, o deslocamento e a sobredeterminação. O objetivo principal desse tipo de processo seria estabelecer uma identidade de percepção, buscando reconstituir o objeto perdido de satisfação, que foi alucinado. Tal tentativa se justificaria pela percepção mitológica de que esse objeto primordial conferiu uma satisfação plena, um encontro pleno com o objeto.

O processo secundário é um tipo de funcionamento que é construído em um sujeito interpolado pela realidade. No processo secundário é a identidade de pensamento que é procurada. Abre-se para realidade, pois, a fim de evitar um sinal errôneo de satisfação, o ente

deverá perscrutar o meio, a fim de perceber se ali se encontrará o objeto procurado para efetiva satisfação. Nesse processo, a energia deve estar ligada para ser escoada, o que constitui barreiras para a mesma. Assim devem ser percorridos caminhos mentais para que a energia possa se satisfazer. Esses caminhos são processos mentais de julgamento e escolha que permitem avaliar a melhor situação para satisfação.

Conforme dissemos, portanto, o inconsciente para Freud apresenta um funcionamento afeito ao processo primário, isso é o que o caracteriza. Deste modo, Freud já ultrapassa a noção descritiva com que a princípio utilizava o termo, no sentido de designar aquilo que não pode aceder ao consciente. Podemos inclusive dizer que esclarecer o modo de funcionamento e de acomodação dos conteúdos inconscientes é o trunfo de Freud para avançar em sua teorização sobre o que já não é somente o local aonde existe o reprimido. O psicanalista já prenuncia esse avanço em sua introdução do artigo “O inconsciente”, onde tenta formalizá-lo metapsiologicamente:

Tudo o que é reprimido deve permanecer inconsciente; mas, logo de início, declaramos que o reprimido não abrange tudo o que é inconsciente. O alcance do inconsciente é mais amplo. (Freud, O inconsciente, 1915/1976, p. p. 171)

Valendo-se de tal descoberta freudiana, Lacan, agora munido de um aparato teórico não disponível a Freud, pôde ler o funcionamento descrito como processo primário, através da moderna teoria linguística. Essa última teoria é sublinhada por Lacan enquanto representando uma “posição-piloto nesse campo entorno do qual uma reclassificação das ciências assinala, como é de costume, uma revolução do conhecimento.” (Lacan J. J., 1998 [1957], p. 499) Desta feita, Lacan parece justificar a inacessibilidade a Freud da forma de leitura do inconsciente que ele irá propor, visto que nada parecido à linguística havia de contemporâneo a este teórico mais antigo.

Visitaremos a teorização que Lacan produz em seu retorno a Freud, tendo em vista o estruturalismo e a linguística, conforme consolidada no Seminário 3 (O Seminário. Livro 3 - As psicoses. , 1955-1956/1985) e no texto dos Escritos, que Lacan escreve contemporaneamente a este último, “A Instância da Letra no Inconsciente, ou a razão desde Freud” (1998 [1957]). Neste, Lacan promove uma releitura dos mecanismos de funcionamento do sonho, que, como vimos, é o fenômeno que se caracteriza por excelência como operando a maneira do processo primário. Ele trata, preliminarmente, de um mecanismo ressaltado por Freud, a *Entstellung*, que remete ao fato de que o “inconsciente só se expressa por deformação, distorção, transposição” (LACAN, 1979, apud BARATTO, 2010). A transposição seria o principal mecanismo, já que é o que permite que um elemento seja tomado por outro, é o que em Freud já remete a ausência de ligação biunívoca entre significante e significado. O mecanismo de transposição só pode ter lugar se temos em consideração que os elementos não estão intrinsecamente ligados àquilo que eles comumente remetem, podendo ser usados para designar os mais diversos conteúdos. Tal mecanismo, portanto, é o que, já em Freud, traz a noção de que o significante não tem significado nenhum, só formando algum sentido quando posto em relação a outro significante.

Os próprios Nancy e Lacoue-Labarthe ressaltam a necessidade de “reconhecer nos modelos utilizados por Freud (o rebus, a escrita hieroglífica) os traços essenciais de um puro jogo significante distinto de todo simbolismo analógico” (Nancy & Lacoue-Labarthe, 1991, p. 104), sublinhando novamente em Freud a distinção por ele feita entre um conhecimento baseado na similitude e outro baseado no discurso científico. Por sua vez, Lacan também se remete a essa característica freudiana pontualmente na lição XX de seu Seminário 3, retomando a ideia de que é preciso retomar a *Traumdeutung* tendo em conta a característica freudiana em tratar do sonho em termos de uma escrita. Conforme Lacan “Freud diz que os sonhos se exprimem antes em imagens do que de outro modo (...) logo ele mostra que espécie

de imagens se trata – a saber, de imagens que intervêm numa escrita” (Lacan J. J., 1955-1956/1985, p. 281), ou seja, imagens funcionam como uma escrita, elas estão ali para trazer o que deve ser lido, no seu texto somente, não tomando-as como representantes de um sentido que está alhures. Insistimos neste aspecto para demonstrar a necessidade Lacaniana em justificar o seu recurso à linguística como necessário para seu retorno a Freud.

Desta feita, Lacan agora passa a tomar os conteúdos do sonho, exemplo último do funcionamento inconsciente, enquanto elementos que se relacionam em atenção à lei do significante, daí se deriva a formulação de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem. O significante, por si, responde a algumas propriedades. Lacan destaca aquela da qual todas as outras derivam: o fato dele se diferir dos outros, assim sendo, não precisaria remeter a nenhuma significação, bastando a ele o fato de se diferenciar. No dizer de Lacan: “a estrutura última do significante está, como se diz comumente em linguagem, em ele ser articulado” (1998 [1957], p. 504) e para tanto, tem de ser um elemento discreto, que se manifesta por sinais separados.

Dizíamos, portanto, que Lacan utilizou-se da teoria linguística para formalizar a propriedade do inconsciente, percebida principalmente no sonho, chamada por Freud de transposição. Entretanto, se o faz, é de modo a subverter contundentemente o conceito de signo sobre o qual tal ciência se funda. O signo Saussuriano é baseado na correspondência e na reciprocidade entre significado e significante, o que se demonstra principalmente pelo sempre presente círculo que envolve os termos de tal algoritmo:



figura 1

Conforme já havíamos comentado do preâmbulo, na “instância da letra...”, entretanto, o que se lê, conforme ressaltam Nancy e Lacoue-Labarthe (1991, pp. 41-57), é a ênfase dada à

barra, que, de um só golpe destrói a correspondência entre significante e significado, fazendo com que o signo lacaniano se escreva dando importância primordial ao suporte material do mesmo, ou seja, o significante ou imagem acústica, que passa então a ocupar a parte superior do algoritmo. Também, na acentuação da barra, torna-se obsoleto o círculo e as setas que marcavam a relação de biunivocidade relativa ao significante. Desta feita, do signo sendo ressaltado o suporte material, acústico, tem-se como desdobramento a propriedade já citada acima, de que o significante tem como principal função diferir-se dos outros significantes.

Lacan, então, desdobra desta primeira propriedade do significante, uma segunda, enunciando: “estão submetidos a dupla condição de se reduzirem a elementos diferenciais últimos e de os comporem segundo as leis de uma ordem fechada.” (Lacan J. J., 1998 [1957], p. 501) Ou seja, os significantes só produzem sentido se colocados uns em relação aos outros, seguindo certas leis, e para tanto Lacan chama atenção para a necessidade de um encadeamento dos significantes. É neste ponto, então, que podemos usar um recurso gráfico para que a exposição se torne mais clara.

Imaginemos então uma frase, um encadeamento, colocado em um gráfico, com um eixo diacrônico, em que as palavras são colocadas uma após a outra em cadeia, e um eixo sincrônico vertical, que aponta para a grande quantidade de significações a que remete uma palavra. Sobre esse eixo vertical, Lacan nos diz: “ não há cadeia significante, com efeito, que não sustente, como que apenso na pontuação de cada uma de suas unidades, tudo o que se articula de contextos atestados na vertical, por assim dizer, deste ponto.” (Lacan J. J., 1998 [1957], p. 507)

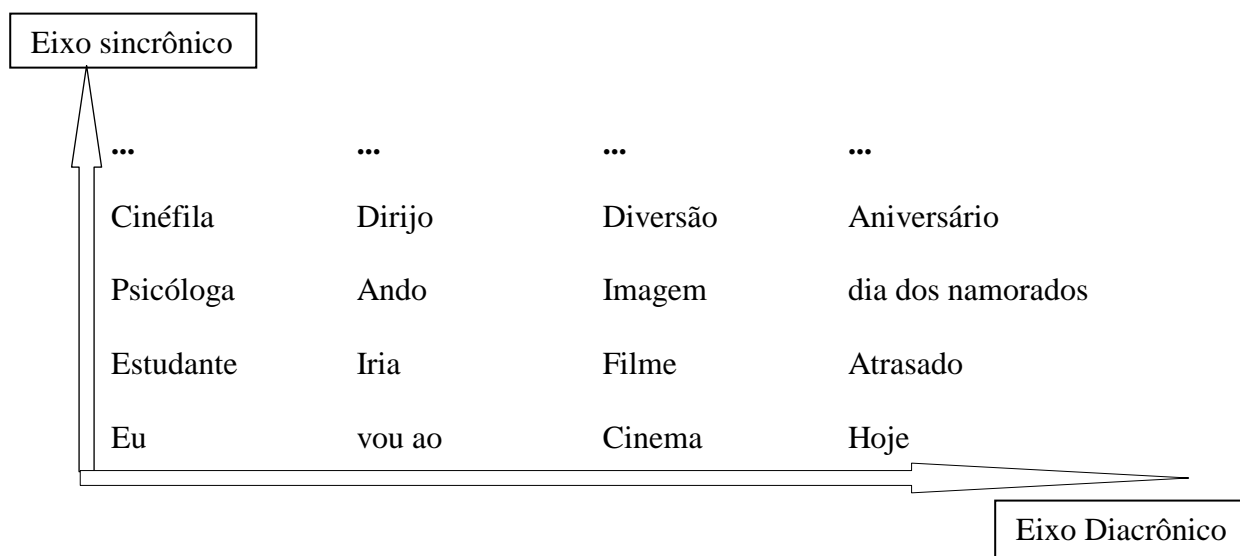


figura 2

Esse esquema³ nos permite visualizar como operam duas outras figuras de linguagem que caracterizam o trabalho do sonho, que segundo Lacan nos diz, é aonde se pode ver o significante se articular segundo suas leis, da forma mais pura possível.

No deslocamento, há um transporte de significação de um elemento a outro, a isso, se aproxima a metonímia. Os elementos relacionados por efeitos de contiguidade se encadeiam na tentativa de apreender o objeto. A metonímia está em relação com a lei do significante que remete ao fato de que o objeto não se apreende por este, ele é fugidio, para tanto, vários significantes são aí sequenciados para tentar apreendê-lo. A metonímia é então uma figura que se inscreve no eixo diacrônico.

Na condensação, há uma superposição dos significantes, como o próprio nome já indica, dois conceitos se fundam, proporcionando um mais de sentido. A condensação se aproxima a metáfora, em que um significante substitui o outro. O substituído, apesar de não presente, deixa ali algo de seu aspecto no efeito adicional de sentido. Na metáfora, portanto, há necessariamente um efeito de sentido que tem lugar nela mesma, agora sem tanta relação com a cadeia de significantes. Tem-se, portanto, uma transposição que exprime “a condição

³ Inspirado em notas de aula da professora Ângela Vorcaro no segundo semestre de 2010

de passagem do significante para o significado” e um “valor constitutivo dessa transposição para a emergência da significação” (Lacan J. J., 1998 [1957], p. 519).

Relativamente à metonímia e à metáfora, Lacan é persistente em ressaltar o caráter básico da metonímia, sem o qual não se admite o efeito metafórico. A metonímia é fundante e imprescindível para a existência da metáfora, havendo assim um equívoco do linguista e do retórico em privilegiar o estudo da metáfora, enquanto uma figura de linguagem mais importante, em detrimento da metonímia, que seria uma metáfora pobre.

Desta feita, há no Seminário 3 uma afinidade maior entre a ideia de transposição e deslocamento. Haja vista, na transposição, a não relação do elemento com aquilo que ele figura, ou, usando uma leitura linguística, a não biunivocidade entre significado e significante, temos que será necessário, para a emergência da significação, que sejam encadeados contiguamente os significantes, pois eles só tem **sentido posicional**. Ou seja, o mecanismo de transposição pede o encadeamento, ou o deslocamento metonímico de sentido. Aqui percebemos que a metonímia está relacionada intimamente com a exigência da cadeia em se articular segundo certas leis, conforme escrevemos acima. Nas palavras de Lacan: “As relações de contiguidade (leia-se metonímicas) dominam, por causa da ausência ou do enfraquecimento da função de equivalência significativa por via da similaridade” (1955-1956/1985, p. 250)

Um exemplo pode esclarecer tal fenômeno. Anna Freud sonhava e seu pai a ouviu dizer: “morangos grandões, framboesas, flans, mingaus” (Lacan J. J., 1955-1956/1985, p. 259). Parecem ser palavras sozinhas, ou o significado em estado puro, mas ao exemplo da série metonímica, eles estão coordenados, justapostos, a função posicional os coloca na posição de equivalência. Portanto, trata-se de uma cadeia, não de palavras soltas.

É na afasia que Lacan faz notar, entretanto, de forma mais consistente, a característica basal da metonímia. Retomando o estudo de Jakobson, ele demonstra que na Afasia de

Wernicke ou sensorial, relativa ao campo gramatical, sintático, o indivíduo acometido faz a frase corretamente do ponto de vista sintático, mas fica de lado aquilo que a sentença queria dizer, não há intencionalidade na frase. Por outro lado, a afasia motora, de maior gravidade, conserva a possibilidade de nomear os objetos, elegendo os nomes corretamente, havendo aí a capacidade de referenciação. Mesmo assim, conferindo gravidade à doença, existe a perda da característica imprescindível, metonímica, o que o leva a um agramatismo, redução do estoque verbal. O afásico motor não produz uma sintaxe, não articula as palavras de uma forma adequada; guarda a capacidade nominativa, mas perde a proposicional.

Retomando, da mesma forma que no famoso livro de Oliver Sacks, o músico confunde sua mulher com um chapéu, ou seja, tinha um tipo de agnosia visual que o impedia de reconhecer objetos, apesar de guardar toda a capacidade de raciocínio abstrato, o afásico sensorial perde a capacidade de associar claramente uma palavra ao seu significado consensual, mesmo conservando toda capacidade discursiva. Se então, no exemplo dado, o médico não consegue associar a imagem ao conceito do objeto, também o afásico sensorial não consegue associar a palavra ao seu significado consensual, estando aí caracterizada a perda da característica nominativa. Desta feita, o afásico sensorial consegue falar articuladamente, mas, apesar de ter uma intencionalidade ele não consegue transmiti-la na frase. Isso se identifica, pois muitas vezes a fala do afásico tenta ser um protesto, isso move sua tentativa de articulação. Entretanto a intencionalidade deste sujeito não se junta ao seu enunciado. Apesar de fenomenologicamente o discurso ser marcado pela capacidade de continuar o encadeamento significante começado por outrem, o afásico não consegue retomá-lo, explicá-lo com outras palavras. É incapaz, portanto, de uma metafrase, de comentar uma fala, o que o permitiria, de uma forma acessória, cernir o objeto mesmo sem nomeá-lo. O afásico sensorial, apesar de apresentar um discurso rico em inflexões e articulado, **nunca consegue chegar ao cerne da questão.**

É interessante notar, portanto, que a perda da capacidade nominativa, está relacionada à perda da intencionalidade. Essas duas perdas são explicáveis em conjunto se tomamos em conta que o déficit na afasia sensorial é relativo à capacidade de metaforização. A metáfora, conforme dizíamos, é a substituição significante, de acordo com a fórmula:

$f(S/s)S \equiv S(+s)$ - que pode ser lida: a função significante de substituição de um significante por um outro significante equivale a ultrapassagem da barra na criação da significação (Nancy & Lacoue-Labarthe, 1991, p. 106)

Se na metáfora é produzido sentido na sua própria instância, independente agora do encadeamento, temos que é essa própria figura que permite uma certa estabilização da cadeia, construindo aí um ponto de basta para a mesma. Com essa figura forja-se artificialmente uma ligação ao referente, o que se articula à característica do afásico motor em manter a capacidade nominativa. Por outro lado, esse sentido “a mais” que se relaciona ao bastamento da cadeia, ou à construção de um ponto de capton, é referente também ao sujeito e sua intenção comunicativa. Dado isso, demonstramos a articulação entre a capacidade nominativa e a intencionalidade.

A metáfora é então a figura de linguagem que Lacan elege para resolver um problema que ele nos indica em relação à propriedade deslizante do significado em relação ao significante. É o elemento que permite assentar algum sentido. A teoria dos pontos de basta (*points de capiton*), é somente nomeada ou invocada na Instância da Letra (Lacan J. J., 1998 [1957]), sem que seja de fato desenvolvida. Nancy e Labarthe (1991, p. 63) ressaltam que ela é explorada nos textos “Subversão do sujeito e Dialética do Desejo”, bem como no texto sobre o inconsciente apresentado no colóquio de Boneval. Este último, destaca o efeito da metáfora, que funciona como um ponto de basta.

A metáfora, já em Freud, esse condensador, usando uma representação imagética, é de fato algo que faz peso, não a toa funcionando como um chumbo na malha. É o que faz afundar um significante ao nível do que é descritivamente inconsciente. Deste lugar esse

elemento funciona como um basteador, que fixa algo em relação a todos os significantes. É isso o que permite que se aceda a um funcionamento característico do processo secundário, em que a energia está ligada, constituindo barreiras para seu escoamento, ou na terminologia lacaniana, o significante está ancorado.

Desta forma, explicitadas as propriedades da metáfora e da metonímia, cabe retomar que a metonímia sendo uma função basal, aponta para o encadeamento da cadeia, sendo assim a extensão diacrônica da cadeia. Por outro lado, a metáfora, estando relacionada à aproximação sincrônica de dois significantes, exerce resistência ao encadeamento, exigindo a pontuação da cadeia que leva a fundação retroativa de sentido. **Notamos, entretanto, um efeito curioso, pois Lacan acaba por colocar na origem de ambos mecanismos, a mesma causa, o que seria, a princípio, um tanto paradoxal, dado que os mesmos têm, a princípio, efeitos contrários. Vejamos como isso é por ele teorizado.**

1.3 Da metáfora à metonímia

Ainda sobre a **metáfora**, Lacan nos diz que quando ela produz esse ponto de parada, é aí que se localiza provisoriamente o sujeito. Essa nova significação, emerge como algo relativo ao sujeito singularmente. Tendo tal formulação em vista, torna-se necessário, portanto, conceitualizar o que seja o sujeito para a psicanálise. Para tanto é impossível não considerar a divisão, da qual depende intrinsecamente a ideia de sujeito. O sujeito é dividido porque não há um significante que o represente no campo do Outro, não há algo que a ele possa ser igualado como um sinônimo, o que faria com que ele tivesse um lugar marcado no campo simbólico. Assim é preciso que seja chamado outro significante que possa somar a esse novo e tentar então dizer do sujeito. Mesmo assim isso não basta, pede-se outro significante e assim sucessivamente. Deste modo, o sujeito aproxima-se deste interstício,

dividido entre os significantes que tentam dizê-lo, mas nunca exaurido por eles. Nos parece, então, que a divisão do sujeito é entre: 1) o ser que ele é - um ser pulsional, que demanda satisfação; 2) aquilo que permitiu-o não ter uma satisfação instintiva e natural – o Outro – que tenta inscrevê-lo mas sem sucesso perene.

Esse sujeito da psicanálise, por definição, desde Freud, dividido pelo inconsciente, é o sujeito do desejo. Ou seja, em sua divisão, ele falta e, portanto, deseja. É neste ponto em que se inscreve o desejo que começam a surgir nossas dúvidas. No início do texto de Lacan o desejo é aproximado à **metonímia**, que como a metáfora apresenta uma fórmula:

$f(S...S') \equiv S(-)s$ que pode ser lida: a função significante de conexão dos significantes entre si equivale à manutenção da barra que retém o significado fora do alcance do significante. O significado assim elidido pode, então, designar o objeto de desejo como falta do ser (Nancy & Lacoue-Labarthe, 1991, p. 105)

Ou seja, esse menos que se gera pela substituição significante é - como o desejo: sempre dependente de uma falta - o que se torna causa da infundável articulação da cadeia.

A partir de um modelo que pensa a repetição como a insistência da cadeia, na sua proliferação, em passar pelo mesmo ponto, é possível conceber o desejo, relativo à divisão do sujeito, participante da dimensão metafórica e metonímica. **Neste caso, ainda que o desejo aponte para a dimensão do sujeito, onde se localiza o ponto de parada da cadeia, é esse mesmo ponto que comanda o incansável voltar da cadeia, de modo a, em cada volta, cernir, trazer uma dimensão sobre a verdade do sujeito, onde ela se ancora.** Nas palavras de Nancy e Lacoue-Labarthe, a metáfora e a metonímia seriam “duas entidades autônomas cuja associação constitui a lei da linguagem como lei do desejo”(1991, p. 124), ou seja, a lei da linguagem está para servir a lei do desejo.

Esse paradoxo das propriedades significantes, metonímica e metafórica, conforme dizíamos acima, é resolvido pela adoção da ideia, esboçada aqui a grosso modo, da causa idêntica para tais mecanismos. Esse é um motivo de controvérsia dentro do campo intelectual

da época de sua proposição. A controvérsia se inscreve no embate protagonizado por Lacan e Derrida (Vieira, 1998), a posição deste último tendo sido compartilhada por Nancy e Lacoue-Labarthe (Lacan J. J., 1998 [1957]).

1.4 Da metonímia à metáfora

Acima iniciamos do mecanismo da metáfora para entender como o "mais de" sentido nela concernido é referido ao sujeito; de qualquer maneira, chegamos à metonímia. Indicamos, portanto, que ambas tem em Lacan o mesmo cerne. Podemos, entretanto, iniciar pela metonímia, indo chegar à metáfora, de modo a esclarecer nosso argumento. Partindo daí, então é preciso retomar, dentro da lógica do simbólico, a necessidade de que haja um significante que não se atualize em nenhum elemento com certa consistência imaginária, sendo puramente simbólico. Se no texto a “Instância da letra...” metáfora e metonímia retomam o desejo enquanto algo ao que a cadeia volta, mas que da mesma maneira comandam o deslizar da cadeia, é preciso delimitar no “Seminário sobre a carta roubada...”, qual é o papel da carta, que assume funções correlatas às funções das figuras de linguagem.

Sabemos segundo Deleuze que as características básicas da estrutura são: se portar como “um sistema de relações diferenciais segundo as quais os elementos simbólicos se determinam reciprocamente, um sistema de singularidades que corresponde a essas relações e traça o espaço dessa estrutura.” (1973, p. 280). Então, se no espaço virtual da estrutura há todos os elementos discretos e atômicos, como um reservatório ou repertório ideal, não é imprescindível que esses elementos se atualizem na dinâmica efetiva e diacrônica a que se tem acesso pela experiência: “o que se atualiza, aqui e agora, são tais relações, tais valores de relações, tal repartições de singularidades.” (1973, p. 284). Dentro de um tempo que é previsto pela estrutura, dá-se que os elementos se atualizam, diferenciando singularidades,

agora encarnadas. Na atualização da estrutura é que os elementos se diferenciam, conjugando-se nas relações previstas por tal estrutura. É esse dado que nos assegura da impossibilidade de pensar um sistema estrutural que conduza a uma justaposição, ou a uma convergência aos moldes do efeito especular que apresentamos no início do capítulo.

Temos então que a estrutura se atualiza numa série de elementos. Geralmente é possível encontrar uma série de base, a qual se liga uma segunda série que retoma os seus elementos. É o caso que Lacan encontra na sua análise do conto de Poe “A carta Roubada”, conforme estabelecida nos Escritos como Seminário sobre “A carta Roubada”. Aqui adotaremos sobre isso a leitura de Vieira (Poe, Lacan e Derrida: o destino da Letra, 1998)

Na primeira série temos a seguinte narrativa:

A rainha que recebe uma carta a ser escondida do rei. É enganada por Ministro D que troca a carta por outra, por saber da importância desta. O Ministro D esconde a carta da polícia de forma sagaz.

Na segunda série:

Ministro D está na posse da carta, e o inspetor de polícia não a achou, apesar de vasculhar sua casa. O Ministro D é enganado por Dupin (detetive) que sabe da forma sagaz empregada pelo Ministro para esconder a carta. Retoma a carta e troca por outra.

Vê-se que a primeira série retoma a segunda série ponto a ponto, mas os elementos que ocupam as posições são diferentes. Na primeira série vemos três posições:

A rainha que possui a carta, e é enganada
 O rei que não sabe nada
 O ministro D que desvenda a cena e age em relação a isso

Série retomada no segundo momento:

O ministro D que possui a carta e é enganado
 A polícia que não sabe nada
 Dupin que desvenda a cena e age em relação a isso

Resta a pergunta, o que faz com que os elementos da primeira série ocupem posições relativas a uma segunda série, mas posições diversas àquelas que ocuparam em uma primeira

série? É necessariamente um elemento de ligação que não ocupa lugar algum em ambas as séries. Esse elemento é a carta. É o elemento eminentemente simbólico, do qual não conhecemos o conteúdo, não tem nenhum sentido, mas que movimenta as séries, as ativa. Esse elemento, a carta, não pertence nem à primeira série, nem à segunda, mas faz com que as duas se comuniquem. Também determina a função de cada elemento atômico, enquanto significante referenciado a outro significante. Pode-se observar que sempre há na cena alguém que possui a carta, alguém que não sabe sobre ela, e alguém que a reouve. Conforme definido por Deleuze:

“a natureza deste objeto é precisada por Lacan: ele está sempre deslocado em relação a si mesmo. Tem por propriedade não estar aonde é procurado, mas em contrapartida, ser encontrado onde não está. (...) Só podemos dizer literalmente que isso falta em seu lugar daquilo que pode mudar de lugar, ou seja, o simbólico” (1973, p. 293).

Faltar em seu lugar, neste sentido, diz respeito ao que é eminentemente simbólico, que possui, portanto, uma materialidade, como um vaso, mas não possui conteúdo, é oco. O que é simbólico pode assumir qualquer significado, ou no caso do significante da casa vazia, assumir nenhum, mas determinando por retroação a partir da pontuação que exerce na cadeia, o sentido de cada elemento, ou sua função, como no caso do conto de Poe.

Assim, daqui vemos que a carta comanda a movimentação da cadeia, onde ela está os elementos se colocam em relação uns aos outros criando uma série. A carta, portanto, é que comanda o efeito metonímico desses personagens/significantes. Entretanto, o que funda a carta/falo que comanda o efeito metonímico, é justamente a metáfora. Veremos que é a metáfora que funda a carta como casa vazia, ou elementos eminentemente simbólicos.

A metáfora, insistimos, é a figura de linguagem em que um significante substitui outro significante, este último, restando abaixo da barra. O significante substituído resta no lugar do significante inconsciente, no sentido descritivo, dali organizando os outros significantes. Desta feita, torna-se claro que casa vazia, assim o é visto que o elemento significante que um novo

significante metaforicamente substituído é inconsciente. Ou seja, o que está abaixo da barra deste signo é descritivamente inconsciente, o que poderia ser notado como um vazio. Há ali um significante substituído, mas o mesmo é inacessível porquanto inconsciente.

$$\frac{S}{\emptyset}$$

Esta operação metafórica é o que permite que o neurótico aceda a um funcionamento característico do processo secundário, em que a energia está ligada, constituindo barreiras para seu escoamento, ou na terminologia lacaniana, o significante está ancorado.

Mais minuciosamente, como se explica esse efeito de ancoramento? O Outro, como tesouro significante, permite que recebamos o dito do outro de forma invertida, se alguém diz eu sou seu homem, usando a linguagem como código de comunicação, podemos inverter o dito e colocarmo-nos aí como mulher daquele que diz. Assim, se tem a possibilidade de comunicar através da linguagem, mas o Outro só pode funcionar assim se estiver desinvestido, não como espelho, mas como um terceiro ao nível de qual a mensagem se inverte. Ou seja, o que permite o efeito de comunicação é o fato de que “o outro está aí enquanto Outro absoluto. Absoluto, isto é, que ele é reconhecido, mas que ele não é conhecido” (Lacan J. J., 1955-1956/1985, p. 49). É preciso que se tenha fé no Outro, uma *fides* não baseada no conhecimento. Essa *fides* se funda no fato de desconhecermos aquele ponto aonde um significante se liga a um significado, ponto este relativo ao mais singular do sujeito, e que se torna inconsciente, no caso da neurose. Esse apagamento do fundamento, do bastamento da cadeia, é o que permite que ela se funde como instrumento para o conhecimento do mundo. Assim também ocorre com o míope, que só pode enxergar como os óculos a partir do momento em que para de ver o instrumento que permite sua visão, é dizer que, se o míope foca na lente, para de ver o mundo. Ou, permanecendo no texto de Lacan: “Se o surdo-mudo fica fascinado pelas lindas mãos de seu interlocutor, ele não registrará o

discurso veiculado por essas mãos” (1955-1956/1985, p. 158). Teixeira torna tal raciocínio claro no seguinte excerto:

É preciso admitir, para se representar a realidade através da língua, o gesto normativo suplementar que institui, através do significante mestre, o laço, de outro modo ausente, entre a linguagem e o referente. A ordenação representativa do referente pelo significante deriva, por conseguinte, de um princípio que só pode se exercer se não for questionado pelo sujeito. (Teixeira, 2009, p. 162)

Assim, no caso do neurótico, munido da metáfora que faz submergir um significante mestre que do seu ponto de ausência organiza a cadeia significativa, é possível que se crie um operador, fálico, que permite com que a realidade psíquica do sujeito esteja em relação com a do outro, permitindo, deste modo, o uso da linguagem para comunicação.

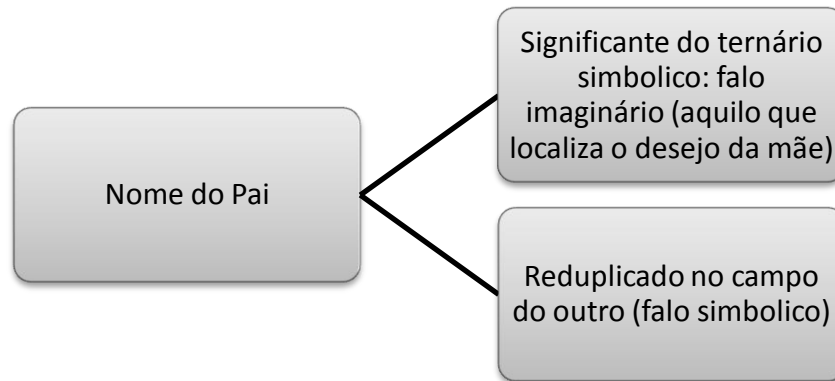
E isso que se depreende da famigerada fórmula da metáfora paterna, onde um signo do desejo da mãe, é suprimido em função do significante paterno que aponta para um terceiro que vem interferir na relação dual.

$$\frac{\text{Nome do Pai}}{\text{Desejada Mãe}} \cdot \frac{\text{Desejo-da-Mãe}}{\text{Significado para o Sujeito}} \rightarrow \text{Nome do Pai} \left(\frac{A}{\text{Falo}} \right)$$

Isso permite com que o sujeito tenha acesso ao falo simbólico que, sendo um instrumento de medida, coloca o sujeito no discurso em relação ao outro. Nas palavras de Santos (1991, apud BARATTO, 2004, p.247) é “a significação fálica, significação genérica e prototípica que com suas leis gerais e conceitos universais, que constitui uma superfície de consenso, fundamento de uma realidade compartilhável.” Ou seja, é o falo que permite que se compartilhem as séries significantes, é o que permite que um comunique sua cadeia significativa a outro, assim como a carta permite as duas séries entrarem em contato.

Esse efeito metafórico fundante do efeito metonímico regido pelo desejo, pode também ser explicado tomando em consideração o seguinte excerto de Lacan: “é preciso admitir que o Nome-do-Pai reduplica no lugar do Outro, o próprio significante do ternário

simbólico, na medida em que ele constitui a lei do significante.” (Lacan J. , 1957/ 1998, p. 585). O que tentamos figurar abaixo:



Seria dizer que há um primeiro enigma, qual seja: o que a mãe deseja? A primeira resposta, angustiante, é a de refundir-se ao seu objeto, aniquilando assim o ser da criança. A isso o sujeito responde – para se defender de uma reintegração pela mãe de seu objeto (a criança em seu ser) –: ela deseja o falo, mas neste ponto, imaginário. Na medida em que a mãe falta ele se perde como objeto restrito à satisfação da mãe. A própria brincadeira do *Fort-Da* mostra que é mais confortável para a criança supor a possibilidade da perda do objeto. Percebemos, portanto, que o falo imaginário é uma resposta da criança sobre **o que ela é, seu ser**, já que nesses tempos primordiais ela só pode ser algo em relação ao desejo de seu primeiro cuidador, por estar alienada a este.

Esse falo imaginário – que já do início constrói uma relação que não é dual, mas ternária – é o que é reduplicado no campo do outro, agora tendo perdido sua consistência imaginária. Na fórmula da metáfora dada acima, percebemos que substituindo o significante, aquele que está submerso torna-se inconsciente, este mecanismo é o que possibilita que o falo perca qualquer conteúdo imaginário, donde possa funcionar como a casa vazia. É isso o que significa “reduplicar o significante do ternário simbólico no campo do Outro”: fazer com que ele perca qualquer significado, por sua articulação como o significante que é fixamente inconsciente, dado o recalque. Isso se vê na imagem do que seria essa metáfora:

$$\frac{S}{\frac{s}{x}}$$

Sendo que S é o falo simbólico, s é o significante do ternário simbólico (falo imaginário), e x é o que dá a consistência a esse significante, porquanto ele possa ser o ser do ente. Isso porque, se havíamos demonstrado que o falo imaginário carrega alguma elaboração “sobre o que há por significar, ou seja, o ser do ente” (Lacan J. , 1957/ 1998, p. 582), temos que ao final a informação de fato inconsciente refere-se ao ser do sujeito, sendo que essa nunca poderá ser acessada, já que é heterogênea a natureza do significante. É essa informação que a entrada na linguagem torna inacessível, ela aliena o sujeito de seu ser.

Por outro lado, o que garante o funcionamento do falo simbólico como casa vazia é que ele guarda um significante que de fato não adota nenhum sentido, por já estar ligado metaforicamente a um significante cujo significado é definitivamente inconsciente. É essa propriedade que guarda a característica do significante mestre não adotar nenhum significado, conforme vimos na breve abordagem do conto de Poe, fator primordial para que ele atue como organizador do campo do Outro.

1.4 A crítica

Para Nancy e Lacoue-Labarthe, a teoria expressa em “Instância da Letra...”, pode ser considerada um sistema no sentido em que “não inclui nada que não esteja ali organicamente articulado, e não exclui nada de sua circunferência sem ordená-lo anda rigorosamente com essa mesma estrutura” (Nancy & Lacoue-Labarthe, 1991, p. 114). E esse sistema – calcado em uma teorização rigorosa e extensa, conforme tentamos apresentar acima, versando sobre o significante e o significado e baseado na autonomia significante, na ideia de que o significante não possui significado – aponta paradoxalmente para um ponto central que insiste em aparecer, em se fazer reconhecer na cadeia. Tal ponto é referente ao desejo do sujeito, relativo

a sua divisão, à verdade do sujeito que surge “pois, na articulação entre a fala e a letra, entre o sujeito e seu ser” (Vieira, 1998, p. 60). Ou seja, apesar de apresentar um sistema que figura a autonomia do significante ligada a certa autonomia do sujeito a ele relacionado, conforme articulamos no prólogo, Lacan paradoxalmente subtrai tal característica, dizendo que a cadeia retorna a um ponto. É desta forma que Lacan articula a repetição, formulada na forma aforística desta teorização, “uma carta sempre chega a seu destino”.

Se o significante não tem um lugar ou sentido próprio, ou seja, se não está fixado, é consequência disso que a posição do sujeito, que se define pelo encadeamento do significante, é, tampouco, imutável. Conforme Derrida: “Se existe um sujeito do significante, é por estar submetido à lei do significante. Seu lugar está marcado pelo recurso do significante, por sua topologia literal e pelas regras de seus deslocamentos” (Derrida, 2007, p. 468). A consequência disso é que aquele significante que move toda a cadeia de deslocamentos não pode ter tampouco, nenhum sentido. Se esse significante, bem como, não está atrelado ao sujeito, sendo o contrário, teríamos que “o significante em sua letra, como texto selado e como localidade, reste e caia no fim das contas” (Derrida, 2007, p. 469).

Entretanto, quando Lacan fala que a cadeia volta a seu ponto de repetição articulado ao 1) desejo, relativo a divisão pela incidência da linguagem; ou à 2) verdade do ser, subsumida bem como pela incidência da linguagem; retoma a ideia de um ponto onde infalivelmente se acha o sujeito, já aí então fixado, e a este ponto cabe ao significante voltar. Assim sendo, ele não pode restar, ele não pode ser como uma carta voadora, assim como se pode assumir na tradução título do conto de Poe (la letre volè). A carta/significante nesse sentido, como não pode restar esquecida, rasgada, etc. é então indivisível.

O sistema de Lacan, segundo Major, “consistiria, portanto, em fazer voltar a si a letra freudiana e re-basear a psicanálise, com a ajuda da linguística, na materialidade (ou idealidade?) da letra, correlativa a uma lógica (ou uma estratégia?) do significante.” (2002,

pp. 145-146). Nesses termos, tal sistema utiliza-se da linguística, do significante, para ler Freud com uma lógica criteriosa que esteja coerente com o ideal freudiano de respeito ao objeto, sendo essa a característica da estratégia lacaniana. Entretanto, a crítica a ser feita, é que esse sistema camufla o cerne não domesticável pela teoria linguística, sobre o qual Freud falou. Esse cerne é o que acaba por subverter o fato do significante não ter rigorosamente significado, dada suposição de que esse significante sempre chega a um significante relacionado a uma verdade própria ao sujeito. Não significa dizer que o sentido do significante está acessível ao sujeito, num lugar “objetivo, determinável numa topologia empírica e ingênuo.” (Derrida, 2007, p. 483), mas sim que este possui “um lugar e um sentido próprios que forma a condição, a origem e a direção de toda a circulação, assim como de toda a lógica significante (...): não um sujeito mais um furo, a falta a partir da qual se constitui o sujeito ” (Derrida, 2007, p. 484)

Dito de outro modo, Lacan faz veicular algo que não serve a lógica do significante por meio da lógica significante. A própria alienação a linguagem, alienação a qual o sujeito assente mediante um contrato original, é responsável pela divisão do sujeito. Temos então que a verdade desse sujeito não pode ser atingida pelo saber que é baseado na articulação significante. Neste sentido a verdade é heterogênea em relação ao significante; se o significante é autônomo, a verdade é fixa. Mas, a própria articulação significante pode permitir passar de forma metafórica, com a articulação da fala, na fala plena, algo da verdade do sujeito. Teríamos nessa vertente a verdade como “adequação a um contrato original”(Vieira, 1998, p. 94), sendo a metáfora o que permite a manifestação desta. Por outro lado, agora já relativo à dimensão metonímica, a verdade se determina por um velamento/desvelamento da falta a partir da qual o contrato se faz.

Diríamos, mais coloquialmente, que Lacan teria feito, conforme Derrida, uma gambiarra, de modo a coordenar o conceito de sujeito depois de Freud, castrado, dividido,

descentrado de sua consciência, com o de significante. Desde então a mesma propriedade que promulga o encadeamento do significante, a metonímia, comandada pelo objeto do desejo, é aquela que estipula seu local de parada, no fenômeno metafórico.

Não cansamos de lembrar que o ponto ao qual se retorna é, relativo à divisão do sujeito, é função da alienação da linguagem; O cerne da divisão do sujeito, efeito da linguagem que relega a verdade ao impossível de saber, passa a ser causa e efeito do sistema lacaniano. Então, a verdade de Lacan, muito mais do que articulada a Heidegger, é uma forma de se apropriar deste filósofo para ler a verdade da castração em Freud. Desde então cabe a pergunta: O conceito de verdade em Lacan constituiria uma doutrina? Neste caso “a verdade” passa a ser um axioma, colocada, portanto, na dependência de ser alvo de uma crença, dado não ser demonstrável pelo sistema que funda.

1.5 sobre a crítica

Resumindo, a crítica recai exatamente no fato de que embora haja o pressuposto do encadeamento significativo, sendo a significância caracterizada pela sua evanescência, Derrida insiste em perceber que para Lacan, a metonímia, ligada à característica diacrônica da cadeia, paradoxalmente, tem a mesma causa em relação a metáfora, ligada a sua propriedade sincrônica. Disto decorre que a circulação do significante tem um sentido definido, relativo ao que pode se dar a conhecer sobre a verdade do sujeito, a ele colocada inacessível em função mesmo da entrada na linguagem. Ou seja, Derrida diz que tudo conspirava para que o encadeamento significativo pudesse levar o sujeito a vários destinos. Isso não é possível, entretanto, pois há um compromisso desta mesma com a verdade do sujeito.

Se esse efeito de fato existe, é verdadeiro para uma estrutura, e esta é a neurose. Assim diante da perspectiva da psicose, a crítica exposta no subtema acima não se aplica. Vejamos por que.

Para a psicose vale o “caráter basal da metonímia”, que pela ausência de metáfora (metáfora paterna) não está atrelada ao falo simbólico que localiza o desejo. Se foi do nosso intuito desenvolver acima neste trabalho a perspectiva Lacaniana sobre o a primariedade da metonímia em relação à metáfora, foi para evidenciar os efeitos de uma estrutura psicótica. O sujeito em grave crise funciona dentro do registro metonímico quando suas palavras se colocam sem uma vinculação que caracterize a intencionalidade do discurso. Diante desse modelo, a cadeia pede o incansável dizer do significante para gerar sentido. Então, seguindo Deleuze, na ausência de um ponto onde a cadeia se ancora - ponto esse que ele nos aponta, é significante - o efeito é que o significado não acontece, pois o sentido que se dá é meramente evanescente. Desde então, podem ser observados os dois fenômenos típicos da psicose:

poderíamos ainda dizer, em termos linguísticos, ou que o significante desapareceu, que a onda do significado não encontra mais elemento significante que o meça; ou que o significado desvaneceu-se, que a cadeia do significante não encontra mais significado que a percorra: os dois aspectos patológicos da psicose (Deleuze, 1973, p. 300)

Donde se depreende que os dois efeitos da psicose são que o significante liga-se a coisa de maneira não dialetizável, desaparecendo enquanto tal, já que aí se torna signo; e, de outro lado, não se liga de forma alguma, o que gera um encadeamento sem sentido.

Desta feita a psicanálise coloca em evidência as leis do funcionamento da linguagem e portando do inconsciente a partir da observação do funcionamento da psicose, sem ponto de basta. Isso permite afirmações contundentes por parte de Lacan, como estas:

Vocês se interrogam se a final de contas o objetivo do discurso, que não é simplesmente de abranger, nem mesmo de ocultar o mundo das coisas, mas o de apoiar-se nele de vez em quando, não seria irremediavelmente falhado. Ora não podemos de maneira alguma considerar a indicação da coisa como o sem ponto de parada fundamental. Há uma absoluta não equivalência do discurso com alguma indicação. (Lacan J. , 1955-1956/1985, p. 159)

A psicose desencadeada, portanto, enquanto consequência clínica da falta desse referente, conforme aqui conceituado, coloca a necessidade, para nossa sanidade mental, de se admitir que deve haver tal referente. **Desta feita, uma forte refutação à crítica de Derrida ao aforismo “a carta sempre chega a seu destinatário” é a evidencia clínica da psicose.**

Resumindo, Lacan acaba com a ideia de que haja desde sempre referente, mas aponta que é preciso que haja referente. **Mas de que natureza é esse referente?** Major, trás uma formulação que aqui nos é cara, dado que permite localizar o problema acima levantado em termos do discurso e o que o garante. Ele assim o apresenta fazendo uso de um trecho de L’Ecorce et le Noyau: “(o discurso) não diz respeito às trocas entre significações, significantes e significados, mas sim entre a ordem da significação e aquilo que, ao tornar possível a significação, deve ainda ser traduzido na língua daquilo que a torna possível.” (Major, 2002, p. 164)

Disso podemos depreender duas questões. Na primeira ele apresenta a **necessidade de que haja no discurso algo que estabilize a significação**. Ou seja, apresenta a necessidade de um referente. Uma segunda questão é: **esse referente é relacionável a verdade do sujeito**, e, na própria linguagem, que em sua vertente comunicativa é dependente deste referente, é necessário incluir tal referente. Ou seja, seria necessário incluir no discurso “justamente aquilo que, por ser a condição do discurso, lhe escapa radicalmente” (Major, 2002, p. 164). Portanto, se a linguagem tem um referente, esse referente deve ser explicitado na linguagem, mesmo isso sendo impossível, visto que é condição lógica que aquilo que forma um conjunto não pode nele ser incluído.

Relativamente à primeira questão, primeiro teríamos que cernir **o que seja um referente**. Uma primeira abordagem dá-se se definirmos o discurso como aquilo que estabiliza certas significações em uma comunidade, todo discurso implica que alguns significantes sejam ligados artificialmente aos significados, em uma operação de cunho

imaginário. Ou seja, partimos do pressuposto de que pode-se cunhar referentes artificialmente. Assim uma pessoa pode ser um pai alienando-se na imagem esperada do pai que codifica suas ações, o permitindo responder como se fosse um pai, nesse discurso. Assim, “a palavra é sempre um pacto, acordo, há um entendimento, chega-se num consenso – isso é pra você, isso é para mim, isso é isso, isso é aquilo” (Lacan J. J., 1955-1956/1985, p. 51). O problema deste tipo de organização é que o discurso que se estabiliza do imaginário é facilmente questionado, abalado dadas as mudanças nas contingências. Se digo que a mesa é sempre aquele objeto de madeira, havendo uma mudança no aspecto descritivo da mesa, a palavra mesa deixa de ter referente.

Pode haver, entretanto, abrindo para uma segunda abordagem, o que funciona como referente **efetivo** da linguagem, no âmbito da garantia que alguém dá de uma realidade: quando falo de minha perspectiva da realidade em que juro uma verdade no que vejo, ou seja, dou um testemunho. Lacan sublinha: “o testemunho, não por acaso que isso se chama em latim *testis*, e que se testemunha sempre em cima dos próprios colhões.” (Lacan J. , 1955-1956/1985, p. 51).

Agora já nos aproximando do que coloca nossa segunda questão – o referente é relacionável à verdade do sujeito -admitimos que para Lacan, na década de 50, o paradigma da referenciação, conforme apresentamos, é concernente à metáfora paterna. A metáfora paterna, a partir da ligação de um “significado para o sujeito” reduplicado no campo do outro pelo Nome-do-Pai, cria o significante consensual que faz com que as séries significantes se comuniquem. É a esse tipo de conclusão a que Lacan se precipita quando se direciona ao final de seu seminário sobre as psicoses. Isso fica claro no seguinte trecho em que comenta a obra Moises e monoteísmo de Freud: “porque via a dimensão da verdade entra de maneira viva na vida, na economia do homem? Freud responde que é por intermédio da significação última da ideia do pai.” (1955-1956/1985, p. 245)

Neste ponto, **novamente a psicose permite um ângulo de exploração privilegiado, relativamente a este ponto, como expusemos, já tão criticado: a verdade.** Poderíamos dizer que a verdade não está articulada na psicose, dado que não há metáfora paterna, que conforme vimos é o que reduplica o significante que carrega algo da verdade do sujeito no campo do Outro. **Desta feita, a “verdade” em Lacan é um epifenômeno, dada uma certa amarração, de uma estrutura que admitiria outras formas de solução.** Há na base do que funda a “verdade” elementos mais gerais a toda estrutura que ficam desnudados nas manifestações da psicose desencadeada. Fica na psicose, a descoberto o que é isso em relação ao que o sujeito pode testemunhar. Elencamos dentre o seminário, as definições lacanianas que disso nos permitem aproximar:

O que é a psicose? É a emergência na realidade de uma significação enorme que não se parece com nada – e isso na medida em que não se pode ligá-la a nada a que jamais entrou no sistema da simbolização (1955-1956/1985, p. 102)

É claro que o que aparece sob o registro da significação, e de uma significação que não vem de parte alguma, e que não remete a nada, mas à uma significação essencial que diz respeito ao sujeito (1955-1956/1985, p. 103)

(...) as palavras que tomaram para o sujeito esse peso tão particular. Chamaremos a isso erotização (...) (1955-1956/1985, p. 67)

Mais a frente, Lacan define mais claramente que essa significação é o tanto que pode ser acolhido do ser do sujeito no âmbito do significante:

O simbólico dá uma forma na qual se insere o sujeito ao nível de seu ser (...) Há com efeito algo de radicalmente inassimilável ao significante. É simplesmente a existência singular do sujeito. (1955-1956/1985, p. 205)

Se esses registros do ser estão em alguma parte, é afinal de contas, nas palavras. (1955-1956/1985, p. 226)

Propõe-se também que o significante por excelência vinculante dessa questão do ser é o significante primordial que se inscreve no sujeito, dada sua entrada na linguagem, situação essa que Lacan considera mítica, e uma forma arriscada de veicular sua teoria:

Vou lhes dizer a minha tese. E vou dizê-la por onde é mais arriscada, isto é, situando-a nesse plano genético que parece tão necessário para que vocês se sintam a vontade. Eu lhes direi depois que não é isso... (Lacan J. , 1955-1956/1985, p. 171)

Neste sentido, teria relação com a *Bejahung*, “o que teria sido submetido a *Bejahung*, a simbolização primitiva, terá diversos sentidos” (Lacan J. , 1955-1956/1985). Conquanto um significante que é relativo então à primeira afirmação, *Bejahung*, o significante primordial, seria relacionável a uma inscrição do significante no real do corpo do ser, fato que o tornaria um significante erotizado.

Assim sendo, elencamos aqui elementos que nos fariam acreditar que esse significante tem uma característica particular dentre os outros significantes, é um significante relacionado ao real, e que veicula algo da significação singular do sujeito. Entretanto, Lacan desmente esse raciocínio no seguinte excerto:

Soubessem vocês que a fome e o amor é a mesma coisa, vocês seriam como todos os animais, verdadeiramente motivados. Mas graças a existência do significante a pequena significação pessoal de vocês – que é também de uma genericidade absolutamente desesperadora, humana demasiado humana – arrasta vocês muito mais longe. (Lacan J. , 1955-1956/1985, p. 66)

Aqui Lacan nos diz que o significante primordial é de “uma genericidade absolutamente desesperadora”. Nada teria, portanto, de singular. Nos parece que é por esse motivo que ele se recusa a tratar dessa inscrição do significante em termos míticos, a não ser em função do caráter didático desse tipo de aproximação. Assim ele nos fala:

Não creio de modo algum, que haja em parte alguma, um momento, uma etapa em que o sujeito adquire em primeiro lugar o significante primitivo, e depois o jogo das significações é introduzido, e que depois ainda, significante e significado tendo dado os braços entremos no domínio do discurso (1955-1956/1985, p. 175)

O que estamos introduzindo é a ideia de que tratar do significante primordial como um significante de grande genericidade, e, portanto, universalidade, bem como supor que não há início mítico da simbolização, é função de uma mesma condição teórica, efeito da afiliação de Lacan ao estruturalismo. Dizemos isso porque admitir que há um significante que veicula a marca singular do sujeito, seria contrário a ideia de que toda a atualização da estrutura já está prevista no simbólico. Tal hipótese implicaria na admissão de um significante extremamente

importante para a estruturação que não está somente referida a este registro. Esse significante depende de um encontro do real do ser do sujeito com o simbólico. Assim sendo, estaria ferido o princípio da primazia do simbólico frente aos outros registros, dado que então para a estruturação, ele depende de um efeito de encontro com outro registro, havendo também a ideia de que isso determinaria um começo para a simbolização.

Retomemos com mais detalhamento quais as consequências de admitir um significante que tenha um caráter especial em relação aos outros, marcado por uma inscrição mítica, dada sua implicação no início da simbolização para o sujeito.

A ideia do estruturalismo, conforme já apresentamos, é que a estrutura prevê todas as formas de relação entre os elementos que se atualizam, se encarnam. Assim, a estrutura é “uma espécie reservatório ou de repertório ideal” (Deleuze, 1973, p. 283). A essa concepção Lacan se afilia, supondo que a ideia que Freud tem do Édipo é o que permite pensar como um sujeito se estrutura. Assim, toda a interação simbólica se resume ao Édipo, e o Édipo é a estrutura por excelência, nada relativo ao simbólico ocorre fora deste âmbito. Assim Lacan é contrário a Melanie Klein que pensava sobre as primeiras etapas pré-edípicas, deixando claro que sua teoria propõe uma melhor alternativa para explicar os fenômenos que Melanie Klein queria acessar sem precisar supor algo exteriormente ao Édipo (Lacan J. , 1955-1956/1985, pp. 170-175). Também podemos antever essa posição, relativa à ideia de que toda estruturação se dá em função do Édipo no seguinte excerto:

(...)desenhamos a articulação simbólica que Freud descobriu juntamente com o inconsciente, e que de fato lhe é consubstancial: é a necessidade desta articulação que ele nos expressa em sua referência metódica ao Édipo. (Lacan J. , 1957/ 1998, p. 553)

Assim sendo, admitir um significante que tenha um caráter heterogêneo aos demais não seria possível dentro da ideia da estrutura enquanto um reservatório ideal. Ou seja, como admitir que um significante de caráter fundamental para estruturação do sujeito possa ser heterogêneo ao repertório ideal que prevê as possíveis formas de estruturação?

Além disso, vemos que esse significante seria relativo ao início da história do sujeito em relação à linguagem e, por conseguinte, à estrutura. Assim admitiria uma contaminação radical da estrutura pelo sujeito, pois admite-se no conjunto do simbólico um significante que tem uma certa relação com o real do ente.

Admitiria também que há estruturação fora do Édipo. Esse tempo mítico não implica que já exista o ternário mínimo que Lacan elenca para pensar a estruturação edípica: mãe, criança e falo. Essa estruturação supõe tão somente a criança enquanto “bicho humano” exposto à linguagem.

Em outras palavras, O sistema Lacaniano baseia-se, no contexto que estamos aqui explorando, na preponderância do simbólico, assim como os outros estruturalistas. Assim, podemos visualizar o simbólico para Lacan como um círculo, máquina, moto-contínuo, feita para ler o que seja o objeto Freudiano. Qual seria o dificultador deste tipo de aproximação? Não permite ver que existem duas pontas a atar para que o simbólico funcione, ou seja, que é preciso reduplicar o significante do ternário simbólico no campo do Outro, e que esse significante do ternário simbólico, antes de ser reduplicado no campo do outro pelo Nome-do-Pai, não tem sua particularidade esclarecida. O que não fica claro no Seminário 3 e no texto “Uma questão preliminar...” é, portanto, do que se trata esse significante do ternário simbólico antes que ele fosse reduplicado.

Desta feita, para não ter que lidar com tantos problemas teóricos que trariam a admissão de um significante “heterogêneo” aos demais, Lacan ressalta sua genericidade a partir da ideia do significante primordial como um significante totêmico, relacionado à ideia do pai. Ressaltamos novamente que todo o final do Seminário 3 dedica-se a explorar essa articulação, construindo assim a ideia de Nome-do-Pai. A partir desse tipo de aproximação Lacan pôde também articular a esse significante primordial um caráter superegóico.

Concluimos, portanto que, no Seminário 3, há um otimismo muito grande de Lacan em relação ao simbólico, mas essa hipótese genética, e que inclusive admite um ponto de início para o simbólico e a experiência humana, não é abandonada. Lacan a explora no Seminário 9. Se no seminário sobre as psicoses Lacan escolhe dar ênfase a hipótese do Nome-do-Pai, temos que no Seminário 9 ele se interessa por essa experiência mítica que no primeiro seminário ele escolheu por desqualificar em seu caráter heurístico, ressaltando o caráter meramente didático.

Fazendo no Seminário 3 uma escolha teórica a favor do simbólico, nos parece que Lacan dá subsídios para a crítica de Derrida, pois ele fortalece a ideia de que há algo que subjaz a estrutura simbólica e que não pode ser por ela tocada. Esse algo diz respeito ao que Lacan repetidas vezes, conforme mostramos, chama de ser, mas que fica sem conceituação dentro de sua teoria. Assim, remetendo a uma certa referência metafísica – segundo a crítica de Derrida – encoberta pela aproximação teórica informada pela linguística, Lacan abandona a hipótese que se esboça, relativa a existência de um significante heterogêneo em relação aos outros, o que permitiria avançar em outra direção.

Nos capítulos ulteriores, quereremos, por conseguinte, explorar a retomada deste tema conforme registrado no Seminário 9, demonstrando quais as consequências da admissão desse significante no real, de um fundamento mítico da linguagem da forma como é explorado por Lacan.

2. O TRAÇO UNÁRIO E O PARADIGMA ESTRUTURALISTA NA CIÊNCIA

*“Modern science is based in one principle:
Give us one free miracle and we will explain the rest.”
Terence McKenna*

No capítulo anterior, retomamos a leitura Lacaniana estruturalista que sustentou um retorno a Freud. Tal leitura, conforme vimos, se fez necessária para resgatar a psicanálise de uma tradição interpretativa hermenêutica. Em contrapartida, Lacan aponta em direção a uma abordagem simbólica, que conforme dissemos conserva “relação, função e distância”. Quisemos a partir daí, apresentar tal abordagem, estruturalista tendo em vista a necessidade de Lacan, na contramão de Derrida, em não comungar de uma teoria disseminatória do significante. Ou seja, em função de sua experiência clínica com a psicose, o psicanalista precisaria supor que o significante encontra um ponto aonde para, criando assim a possibilidade retroativa de significação. Retomamos, entretanto, alguns problemas em sua teorização sobre esse chamado “ponto de capiton”, que supostamente tem relação com a conceituação do sujeito.

Nosso intuito neste segundo capítulo é demonstrar como Lacan retomou esse assunto forjando o conceito de traço unário, a partir de um termo que pinçou do texto de Freud, *Psicologia das Massas e Análise do Ego* (Freud, *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, 1921/1976), quando trata da identificação da segunda espécie, identificação ao traço único (Enziger Zug). É importante notar, entretanto, que a única menção que Lacan faz a Freud acontece na quinta lição de seu seminário quando já tinha, a muito, introduzindo o assunto, o que nos leva a pensar que a citação a Freud é meramente formal⁴. Assim temos elementos

⁴ Aqui estamos referendados em Teixeira (1999, p. 117) que nos diz que o termo *Enziger Zug* em Freud “se restringe a uma observação extremamente transitória e consisa” relativa a sua observação do sintoma de Dora, em que há uma “identificação regressiva a um traço singular do objeto amado” (Teixeira, *Deus como garantia ausente*, 1999, p. 117)

para sustentar que esse é um termo inventado por Lacan para resolver esses entraves teóricos que enfrentava devido a sua afiliação ao estruturalismo, cuja máxima expressão se dá no “Seminário sobre a carta roubada” (Lacan, 1956 apud Vieira, 1998), e mesmo no texto a “Instância da Letra...” (Lacan, 1957/1998). Estamos aqui conforme o próprio Lacan, que explicita:

“O seminário sobre a carta roubada, em nossos primeiros anos de elaboração, estava ali para indicar que, de uma forma ou de outra, alguma coisa, a tomar no sentido literal do termo *lettre*, já que se tratava de uma missiva, era alguma coisa que poderíamos considerar como determinante na estrutura psíquica do sujeito. Fábula, sem dúvida, mas que só fazia encontrar a mais profunda verdade em sua estrutura de ficção. Quando falei da Instância da letra no inconsciente, alguns anos mais tarde, pus ali, através de metáfora e metonímias, um acento bem mais preciso. Chegamos agora, a com essa largada que fizemos a partir da função do traço unário, a algo que vai permitir-nos ir mais longe.” (Lacan J. , 1961-1962/ 2003, p. 89)

Ressaltamos: o traço unário, então, é evocado por Lacan enquanto o conceito que o permitiria ir mais longe. Tentaremos, assim, extrair dessa indicação de Lacan suas consequências, ou seja, tentar definir quais os avanços permitidos por esse conceito.

2.1 O Traço Unário e o primeiro classicismo lacaniano

A primeira pergunta que nos surge relativamente ao conceito de Traço Unário é função de sua aparição em um seminário em que Lacan propõe-se a tratar da identificação. Qual a relação do traço unário com a questão da identificação? O termo identificação é no mais das vezes atrelado à relação especular com a imagem, conforme explicitado no exemplo do grilo peregrino (Lacan J. , 1961-1962/ 2003, p. 27). Esse inseto, dependendo do encontro que tem com o seu semelhante, pode tomar a forma gregária ou solitária, sendo que, para cada qual, desenvolve caracteres morfológicos diferentes. Se há o imprinting com o semelhante,

toma a forma gregária, se não, forma solitária. É em contraposição a esse modelo, relacionável a experiência do estádio do espelho, que Lacan apresentará a identificação relativa ao traço unário.

Assim ele nos introduz uma questão aparentemente inócua, a saber: porque admitimos que A é igual a A ? Tal questão, entretanto, é por ele trabalhada desde o seminário das psicoses (LACAN, 1955-1956/1988, p. 172), onde se pergunta sobre o que nos possibilita diferenciar o dia da noite. Pressupõe-se que a compreensão do dia não é algo que venha da experiência. Um neonato que percorre os ciclos dos dias e noites não os reconhece naturalmente assim, como antíteses. É preciso que algo interceda para que saíamos do ciclo noite e dia como algo irreconhecido. Para compreender essa alternância, é necessário supor a ausência de dia. O dia e a noite são tomados, desde muito cedo, como códigos significantes, que só funcionam em pares de opostos quando se admite um ponto de negatividade.

Assim, antes de falar que A é A , há primeiro que admiti-los como diferentes, já que, não sendo isso um pressuposto, inexistiria a necessidade de igualá-los em seguida. Ou seja, tal identificação pressupõe uma diferença, sendo esta a propriedade principal do significante. É, portanto, a alienação do humano ao significante que o permite perceber a diferença e operar com ela, podendo, inclusive, em seguida, preconizar a existência de igualdades.

Diríamos, nesse sentido, que a identificação tem relação com traço unário na medida em que ele é o precipitador da diferença. Esse precipitador é o que propicia os eventos exclusivamente humanos, o que Lacan deixa claro ao retomar o exemplo de sua cadela. A tal cadela nunca se engana, ela sempre toma Lacan por Lacan, “contrariamente ao que acontece ao homem enquanto falante, ela não me toma jamais por um outro” (Lacan J. , 1961-1962/2003, p. 41). A cadela pode identificar automaticamente as duas aparições de Lacan, pois elas nunca foram diferentes. É nesse sentido que Lacan nos diz que “a identificação não tem nada a ver com a unificação. Somente a distinguindo desta é que se pode dar-lhe, não somente seu

destaque e essência, como suas funções e suas variedades” (1961-1962/ 2003, p. 49). Se radicalizamos esse argumento, diríamos inclusive que não há identificação a não ser simbólica, no sentido de que não há que se identificar o que nunca foi distinto.

O humano, portanto, interceptado pela linguagem, percebe as diferenças e só a partir de uma crença pode igualá-las. Seria o mesmo que dizer, o humano, alienado ao Outro, tem acesso à alteridade, ao que é radicalmente diferente, cuja consequência é: as identificações por ele estabelecidas não são sempre óbvias, já que dependem de um julgamento, uma fé. Lacan demonstrará que é esse mecanismo que permite o advento da transferência, que consiste em tomar um por outro. Para exemplificar, Lacan (1961-1962/ 2003, p. 47) retoma uma lenda Céltica em que o senhor de uma fazenda morre. Após esse acontecimento, um empregado vê um ratinho que passeia pelo campo. O servo o segue por esse campo e vê que depois o rato vai ao celeiro. Esse sujeito interpreta que o senhor era aquele ratinho que passeou pela propriedade para despedir, e tem a confirmação disso, segundo a lenda, a partir da aparição do espírito do senhor que diz ter estado no rato. É muito premente esse efeito da identificação que pode aproximar duas manifestações tão distintas, a do amo e a do ratinho que vaga sem motivo, o que é colocado na dependência de uma sofisticação tipicamente humana. Assim identificação simbólica para Lacan serve para ler o fenômeno em questão percebendo-o como especificamente humano e complexo, por isso contrariando vivamente a avaliação de um teórico - Levy-Brühl - que acredita que essa lenda é resultado de uma “mentalidade pré-logica” e de um pensamento místico.

Há uma outra ilustração escolhida por Lacan (1961-1962/ 2003, p. 87), que permite perceber como a premissa da diferença é preponderante em relação a da igualdade. Ele remete a John Stuart Mill que teria falado do exemplo da fada Morgana que, ao perceber que a casa de seus adoradores fora marcada por terem sido condenados a um flagelo, marca todas as casas da mesma forma, assim todas as casas teriam o mesmo símbolo e não seria possível

distinguir qual é qual, portanto, os malfeitores não saberiam qual casa atingir. Lacan, entretanto, prefere a versão de um outro autor, Gardner, que teria repensado esse exemplo dizendo que se Morgana quisesse de fato ter escondido os signos que distinguiam a casa, ela teria que ter marcado todas as casas com os mais diversos signos sendo que fosse inviável distinguir qual dos signos é o certo, já que eles são igualmente distintos. Ou seja, aqui a qualidade basal é a distinção e não a igualdade.

Dissemos, portanto, que todos esses fenômenos simbólicos dependem da percepção da diferença, logo atrelada a um início mítico. Para compreender esse “saltar aos olhos”, um destacamento da diferença, um exemplo (Lacan J. , 1961-1962/ 2003, pp. 51- 65) pode nos esclarecer. Lacan estava na presença de um achado arqueológico que era exposto em meio a outros. Esse achado tratava-se de um osso, uma costela, em que haviam pequenos traços em forma de bastão, como ranhuras. Ele trata essas ranhuras como consequência do fato de que certa experiência, no cotidiano de nossos antepassados, se tornara mais proeminente que as outras, e foi preciso marcá-la. Diríamos ter sido um fato que exerce um corte no rotineiro. Entretanto, seria preciso notar que, os registros no osso que são função do relevo dado a tal experiência, se diferem radicalmente daqueles outros em que se tem a aparição pictografada de bisões, ou outro tipo de reprografia muito comum em cavernas e outros sítios aonde viveram homens primitivos. Esse registro mínimo, um pequeno traço, não guarda nada da experiência que marca, não tem nenhuma qualidade, imagética ou não, daquilo que ela inscreve, é “a redução extrema, à seu propósito justamente, de todas as ocasiões de diferença qualitativa” (Lacan J. , 1961-1962/ 2003, p. 59). Temos em ambos os casos um registro, mas sua diferença é gritante, pois em um dos registros, aquele que elimina a qualidade, é possível supor o surgimento da possibilidade do significante. É radical a ênfase posta por Lacan nesta qualidade do traço em marcar o evento enquanto distintivo, em permitir “apreender o paradoxo da alteridade radical” (1961-1962/ 2003, p. 75), sendo que é esse afastamento da

qualidade que permite que ele seja “tanto mais distintivo quando está apagado de tudo o que ele distingue” (1961-1962/ 2003, p. 75). Lacan supõe uma vocação humana à utilização do significante como consequência da descoberta do registro sem qualidade: “Há no material pré histórico uma infinidade de manifestações de traçados que não tem outro caráter se não serem, como esse traço, significantes e nada mais.” (1961-1962/ 2003, p. 90)

Temos assim o traço unário tomado como suporte da diferença significante. Seria dizer que a propriedade primordial do significante em ser distinto de todos os outros, se baseia na “originalidade que carrega do traço, digamos, da serialidade que ele comporta, traço discreto, quer dizer, de corte” (Lacan J. , 1961-1962/ 2003, p. 28). O traço unário é o que constitui o conjunto dos significantes “é o que tem em comum todo o significante, de ser sobretudo constituído como traço, de ter esse traço por suporte” (Lacan J. , 1961-1962/ 2003, p. 35). Assim, temos pela letra de Lacan que se um significante é diferente de outro isto é função do traço unário. E se, como vimos, é característica principal do significante sua propriedade de diferir de seu par, temos que o fundamental do significante é o traço unário.

Queremos sublinhar, portanto as duas características básicas do traço unário conforme as apresentamos até então: 1) funciona como suporte da diferença significante; 2) implica que aquilo que foi registrado perca toda a qualidade que o definia.

Assim, surpreendentemente, o que parece uma banalidade, ou seja, uma propriedade simples “por não ser mais do que ele é, ou seja, um puro traço distintivo” (Teixeira, De deus como garantia ausente, 1999, p. 117) é o que sustenta todo edifício teórico de Lacan no que Milner (1996) chama de ‘Primeiro Classicismo Lacaniano’. Sobre a hipótese de Milner, veremos que ele a calca em três pressupostos epistemológicos do estruturalismo linguístico, que seriam supostos a teoria lacaniana, enquanto adepta de tal paradigma. Queremos, a seguir sustentar que todos os três seriam derivados da ideia de traço unário.

Apresentaremos o que seriam as três teses minimalistas, dando mais ênfase as que se calcam respectivamente em um minimalismo de objeto e em um minimalismo das propriedades. Comentaremos somente brevemente a terceira tese, que também não é longamente extrapolada por Milner.

A primeira considera que só podem ser objetos de um sistema aqueles que podem ser reconhecidos por ele enquanto objetos. Ela permanece vazia enquanto não se pensar para um sistema, qual a propriedade que o leva a considerar o que seja um objeto. No estruturalismo linguístico é fácil perceber qual é a propriedade: a suposição da diferença.

A segunda tese considera que um elemento só pode ter como propriedade aquela a ele atribuída pelo sistema. Só existe propriedade do sistema para o elemento, proposição radicalmente dedutivista. Tal tese comunga com a ideia que expusemos no primeiro capítulo, de que, para que o simbólico funcione gerando ciência, ele não pode estar alicerçado no elemento perceptivo na realidade. A propriedade não vai do elemento para a teoria, como faria um empirista, mas sendo a diferença a única propriedade suposta ao sistema, ela é dada de antemão e não depende de nenhuma característica física ou perceptiva do elemento.

Assim, ambas as teses que sustentam o estruturalismo linguístico se baseiam 1) na ideia de que o sistema deve definir o que caracteriza o elemento; 2) A propriedade do elemento é tão somente aquela definida pelo sistema. Se a primeira tese, no caso do estruturalismo linguístico é a suposição da diferença, do que o traço unário é suporte, temos que a segunda define que essa é a única propriedade que um elemento pode ter. Doravante, por essas duas teses percebe-se ser o suporte do sistema estruturalista a ideia de traço unário, enquanto suporte da diferença. Milner não assim nomeia, mas do mesmo modo nos respalda: “A linguística estrutural utiliza assim o que poderemos chamar diferença pura”(1996, p. 82)

Em relação à terceira tese, Milner a define como um minimalismo de teoria, que repousa na ideia da axiomática antiga. Segundo esta, a hipótese será tão superior quanto mais

eventos explicar a partir de menos formulas. Citamos o argumento que Lacan adere para com tal tese concordar:

“Por que desde que se começou a fazer ciência – pois essas reflexões referem-se a algo bem diferente e a campos mais vastos que o de nossa experiência – exige-se a máxima simplicidade possível? (...) No princípio era o verbo, quer dizer No princípio era o traço unário. Tudo que é possível de ser ensinado deve conservar essa marca desse início ultra-simples.” (1962-1963/ 2005, pp. 30-31).

Seria dizer que esse ato divino, primeiro ato de criação, a distinção entre a luz e as trevas é o ato preponderante, ele gera uma simplicidade relacionada à simplicidade exigida da ciência.

Poderíamos dizer que até então somente retomamos por um outro viés a teorização que já havíamos percorrido em relação ao significante como elemento primordial ao estruturalismo, sendo o que permite antever uma estabilidade para a ciência em contrapartida ao terreno movediço do “conhecimento paranóico” (Teixeira, 2007; Lacan, 1985[1955-1956], p. 50). Ressaltamos aqui, então, que o suporte da diferença significativa é o traço unário. Mas ao isolar esse elemento podemos explorar com mais clareza quais os pressupostos da ciência em si, sendo que todos eles parecem dever algo a essa noção.

A seguir, portanto, queremos demonstrar em contraposição à abordagem estruturalista, uma abordagem proposta por Jaspers e que só conserva do método científico dito causal para explicar os fenômenos somáticos, em contrapartida a uma epistemologia de inspiração na ciência do espírito de Dilthey utilizada para acessar os fenômenos psicológicos. Tentaremos demonstrar as consequências de uma tal abordagem dos transtornos psíquicos graves, e como o estruturalismo adotado por Lacan logrou dissolver os problemas levantados pela teorização Jaspersiana.

2.2 O estruturalismo como proposta de dissolução do dualismo metodológico de Jaspers

Seguindo o argumento de Foucault (1973-1974 apud Ferreira, 2006), a psiquiatria nasce⁵ como uma especialidade médica em desvantagem em relação às outras. Em função das pesquisas em anatomia, microbiologia, etc. varias doenças tinham sua etimologia esclarecida, o que permitia a criação de uma terapêutica eficaz. Ou seja, de posse da causa orgânica da doença, era possível criar uma terapêutica que atuasse na causa e dirimisse a doença. A psiquiatria, por sua vez, iniciava a construção de um saber descritivo e classificatório sobre os fenômenos que acometiam o doente, entretanto, não detinha um saber sobre a etiologia do sofrimento mental, e, portanto, não poderia implementar um tratamento cientificamente eficaz e comprovado ao entorno dos quadros por ela descritos.

Os achados das supracitadas disciplinas, (microbiologia, anatomia) são função da aplicação do método das ciências naturais (Jaspers, Segunda parte: as conexões compreensíveis da vida psíquica, 1973, p. 362), caracterizado pela necessidade de encontrar relações causais. Tais relações seriam apreendidas a partir de observação e reunião de um amplo escopo de experiências em que a causa e o efeito são os mesmos. Desta experiência seria extraída, portanto, uma regra. Tal regra, se observada regularidade quase infalível, poderia ser considerada uma lei. É o caso da paralisia geral, que é sempre causa de Sífilis.

Como a psiquiatria não pôde acompanhar o modelo das ciências naturais aplicado com sucesso a varias doenças, é impelida a verificar outros campos epistemológicos que permitissem enquadrar o seu problema gerando novas soluções. Para essa tarefa foi importante a teorização do filósofo Dilthey (Teixeira, 2006) que já havia, à época, proposto

⁵ A fundação da psiquiatria é artificialmente datada a partir da assunção do cargo de psiquiatra por Pinel em Bicetre em 1793

uma subdivisão das ciências em ciências naturais e do espírito, postulando que o “compreender (*Verstehen*) como a atividade operativa fundamental das ciências do espírito, e o explicar (*Erklaren*) como o procedimento fundamental das ciências naturais” (Alonso-Fernandez, 1976 – tradução nossa)⁶

Sob a influência da ciência do espírito e a ciência natural, o filósofo e psiquiatra Karl Jaspers (1883–1969) propôs uma teorização do psiquismo que dividiria os fenômenos psicológicos em dois tipos, aqueles que são efeito de um processo e aqueles que são efeito de um desenvolvimento. Em função desta formulação a psicopatologia teria uma base dual que Alonso-Fernandez (1976, p. 192) afirma ser uma versão do problema corpo-alma.

Para Jaspers, na esteira de Dilthey, todo fenômeno psicológico poderia ser acessado na tentativa de compreender seu motivo, em detrimento de explicar sua causa. A adoção do método compreensivo se detém na ideia de que os fenômenos psicológicos não poderiam nunca ser acessados pelo método das ciências naturais já que, como vimos, tal método implica uma redução das qualidades. Jaspers avalia a razoabilidade da ideia de redução das qualidades dentro da psicologia afirmando sobre ela que “no terreno psíquico (o qual permanece sempre qualitativo por sua essência), **nunca é possível** (grifo nosso), em princípio, a não ser que se perca o objeto propriamente da investigação, ou seja, o objeto psíquico.” (Jaspers, Segunda parte: as conexões compreensíveis da vida psíquica, 1973, p. 363) Então, para Jaspers, a consciência é totalmente dependente da qualidade.

A compreensão estava na dependência do conhecimento das variáveis históricas da vida e contexto no qual se insere o paciente. Uma de suas modalidades era chamada de compreensão racional. Tal tipo de compreensão seria bem construído se baseado em pontos de apoio objetivos no psiquismo particular observado. A compreensão assim constituída, apesar de conservar certa objetividade, nunca implica a criação de leis, pois haveriam tantas

⁶ al comprender (*Verstehen*) como el quehacer operativo fundamental de las ciencias del espíritu, y el explicar (*Erklaren*) como el procedimiento fundamental de las ciencias naturales

compreensões, quanto pessoas cujos históricos gerariam parâmetros para que fosse feita a conexão compreensiva. Neste ponto, o parâmetro real e empírico da vivência daquele sujeito é preponderante em relação a qualquer conexão compreensível típico-ideal, forjada por um poeta ou um teórico como Nietzsche, aproveitando aqui os exemplos dados por Jaspers. Assim, o particular do vivido da pessoa importa mais que qualquer teoria que pretenda saber a-priori sobre esse vivido.

Essa característica empírica da teoria Jaspersiana fica ainda mais evidente quando esse autor dá maior importância a um outro tipo de compreensão, que infere que o motivo dos fenômenos psicológicos são os estados de ânimo, ou seja, que tais estados geram os conteúdos do pensamento. Jaspers tende a dizer que a compreensão tipicamente psicológica é a empática, dado que os fenômenos psicológicos são aqueles conteúdos gerados por estados de ânimo. Nas palavras do autor “a compreensão empática é a compreensão a bem dizer psicológica do próprio psiquismo” (Jaspers, Segunda parte: as conexões compreensíveis da vida psíquica, 1973, p. 368). Esse tipo de compreensão depende em grande medida de uma relação entre médico e paciente que possibilite o acesso pelo médico da experiência vivida pelo paciente. Aqui não há como acessar racionalmente o fenômeno, sendo que o clínico deve colocar o seu corpo no lugar daquele do paciente para imaginar quais tipos de conteúdo psíquico poderiam advir de certos estados de ânimo. O teor empirista fica sublinhado, já que se dá mais importância àquilo fundamentado na vivência da emotividade, ou em algo que diz respeito à experiência do mundo através do sentimento.

O relevo dado à compreensão empática é relacionado à ideia da compreensão metafísica, na qual a abordagem pela razão é quase eclipsada, já que o mais importante é a experiência da qual a pessoa tem acesso: uma “iluminação de experiências primárias através da imagem e da ideia” (Jaspers, Segunda parte: as conexões compreensíveis da vida psíquica, 1973, p. 370).

Esses elementos permitem sublinhar que existe em Jaspers uma premissa epistemológica empirista, sendo este também o motivo de sua crítica a Freud. Para Jaspers toda causa é extraconsciente, porque aquilo que é mental ou consciente se acessa pela compreensão e não pela explicação. Este autor também considera o modelo freudiano como um modelo causal-explicativo. Entretanto, não poderia existir, para Jaspers, uma causa que não seja somática, ou pertencente ao campo da natureza e possa ser verificada empiricamente. O modelo racional explicativo de Freud é refutado por Jaspers por não poder ser baseado no observável.

Concernente ainda à ideia de extraconsciente, Jaspers falava de limites da compreensão e ilimitação da explicação, ponto que, mais a frente, nos dará a margem para uma primeira crítica de sua teorização. Os limites para a compreensão são resumidos por Jaspers enquanto tudo aquilo que compõe a base estrutural física do psiquismo, sendo que “o alicerce extraconsciente do psiquismo se baseia em processos somáticos” (Jaspers, 1973, p. 558). O que é fenômeno mental é compreensível, o que permite gerar o fenômeno mental é explicável e, portanto, extraconsciente. Por exemplo, uma alucinação deve ser explicada, pois é causada por um fato somático; a personalidade é mais provável que tenha gênese causal, pois observa-se certa hereditariedade. Para Jaspers: “Nessas investigações causais, sempre havemos de pensar em que algo extraconsciente subjaz (grifo nosso) as unidades fenomenológicas, ou às conexões compreensíveis” (Jaspers, Segunda parte: as conexões compreensíveis da vida psíquica, 1973, p. 366)

Assim, dentro da história pessoal são considerados função de um desenvolvimento todos os fenômenos que se dão quando não se encontra a limitação do substrato biológico. Se na vida do indivíduo há um entrave ou acontecimento que pode ser acessado pela compreensão, é porque o alicerce físico não foi perturbado. Se, por exemplo, há uma depressão após uma morte, essa depressão é reativa, está dentro do desenvolvimento. Há uma

citação no próprio Lacan que explicita como a psicogenética formula uma tese desenvolvimentista também para acessar certas psicopatologias. Ela explicita os motivos que levariam uma tal personalidade a se desenvolver como paranoica:

“uma pessoa má, um intolerante, um tipo de mau-humor, orgulho, desconfiança, suscetibilidade, sobrestimação de si mesmo. Essa característica constituía o fundamento da paranóia- quando o paranóico era por demais paranóico, ele acabava por delirar” (Lacan J. , 1955-1956/1985, p. 13)

Em contraposição estaria o processo. Onde há uma aparente limitação para a compreensão dos motivos que nos levariam a pensar em um desenvolvimento, se impõe a explicação da causa. Assim sendo, o grande divisor de águas entre desenvolvimento e processo é a etiologia e não a sintomatologia psicológica, já que como vimos acima, no exemplo dado por Lacan, um delírio poderia ser abordado como um desenvolvimento, cabendo aí, a aplicação do método compreensivo. Mesmo assim, resta excluído do campo de investigação a doença mental grave. Esses quadros eram excluídos do alcance das ciências do espírito, porque a maioria apresentava delírios e outras formações que, em detrimento deste quadro de paranoia descrito por Lacan, não podiam ser compartilhados, e, portanto, compreendidos, por se tratarem de sistemas explicativos extremamente singulares a cada indivíduo acometido pela doença. Era, então, suposto que a sintomatologia não acessível ao método compreensivo era um epifenômeno psíquico da destruição de certas bases físicas cerebrais.

Tabela 2.1
Processo X Desenvolvimento

	Processo	Desenvolvimento
Forma de apresentação do acometimento psíquico	Surto, fase, episódio, acesso	Reação vivencial, crise
Tipo de acometimento	Função vital extrapsíquica	Alteração do conteúdo intrapsíquico
Metodologia de acesso	Explicação	Compreensão

Etiologia	Alteração estrutural	Malformação psicológica
Terapia	Somatoterapia	Psicoterapia

Assim, fora do campo de compreensibilidade e de empatia, em que se pode conceber os **motivos** da doença mental, eram colocados os quadros que tinham **causa** orgânica, ainda não sabida. Ou seja, postulava-se um processo físico como subjacente a uma alteração mental colocando sua solução em função das posteriores descobertas das ciências naturais. Ou seja, “haveria na postulação do processo, uma verdadeira demissão do pensamento, uma vez que por ela se aguarda a explicação posterior de uma causa física, ao mesmo tempo em que se renuncia a buscar a inteligibilidade do fenômeno em questão” (Teixeira A. , 2006, p. 111)

Para além desse que já se apresenta como um grave problema para essa abordagem, nos parece que a escolha pelo empirismo traz ainda uma série de entraves à teoria de Jaspers. Vê-se que é uma abordagem que depende da extração de sentido daquilo que é imediatamente acessado pela percepção e “consiste em pensar que há coisas que são evidentes, que, por exemplo, quando alguém está triste é porque não tem o que seu coração deseja.” (Lacan J. , 1955-1956/1985, p. 14). Isso é facilmente refutável como neste exemplo bastante caricato: compreende-se que ao dar um tapa em uma criança ela chora, ou, motivo de ela chorar é o tapa. Lacan, entretanto, argumenta que pode ser que uma criança chore só depois que lhe informem que era uma palmada e não o carinho. Há para esse caso tantas reações quanto os discursos que permitem lê-las, tanto o é que a criança teve que recorrer ao seu Outro, o pai que lhe deu a palmada, para verificar qual o discurso que daria legibilidade àquela experiência. Ou seja, a evidência empírica não produz nenhuma referência, o que gera uma proliferação do que pode se dizer sobre um fenômeno. Donde se deriva que existam tantas compreensões quanto pessoas dispostas a construí-las; ou, tantas compreensões quanto discursos que as subsidiam. Um conhecimento assim produzido é destituído de qualquer verificabilidade e estabilidade.

Lembremos ainda, conforme dissemos, que Jaspers não prevê a criação de regras para a compreensibilidade dado que esta última só pode ser construída em relação a um recorte da realidade, que gera, de forma autoevidente, uma compreensão. A alta frequência de certas conexões compreensíveis não depõe em a favor da correção de certa compreensão, muito menos o contrário: “a frequência da conexão compreensível entre o Outono e o suicídio não se confirma em absoluto, pela curva do suicídio, que atinge o máximo na primavera; daí não se segue porém que a conexão compreensível seja falsa” (Jaspers, Segunda parte: as conexões compreensíveis da vida psíquica, 1973, p. 365). Não se admite, portanto, qualquer abstração em teorias perenes a partir das conexões compreensíveis.

Já havíamos mencionado que a divisão metodológica utilizada por Jaspers é tributária de Dilthey. Seria interessante para nós retomarmos os afluentes que influenciaram Dilthey a propor uma tal divisão. Comte (1798-1857), grande teórico inaugurador da ciência positivista, pensava que a ciência era dividida, sendo que dentre as ciências naturais haveriam as ciências dogmáticas, como a fisiologia e a física, e aquelas que seriam descritivistas, a mineralogia e a zoologia ou botânica. Cournot (1801-1877) se apropria desta divisão para supor que haja de um lado as ciências com o aspecto mais perene e que tratam de teorias, e de outro, aquelas que teriam um sentido mais histórico, de coleção, sendo que Cournot “faz acompanhar cada ciência teórica do real por uma ciência histórica correspondente” (Blanché, 1983, p. 87). Dilthey por sua vez, na esteira de Cournot, então iguala a ciência do homem à história, donde se conclui, por essa pequena derivação que fizemos, corresponderia a uma descrição, coleção. Renuncia qualquer esforço de teorização que proponha haver aspectos do homem que são estruturais e estáveis ao longo do tempo.

Aqui torna-se importante apresentar o comentário de Lacan (1962-1963/ 2005) que ao falar da angústia, acaba por fazer um pequeno ensaio sobre o método. Ele primeiramente identifica que existe uma abordagem que seria a “via do catálogo”. Nesta se reúne tudo o que

se sabe e já foi escrito sobre um tema. Seria uma maneira enciclopédica, que trata do estado da arte em certo campo. Poderíamos dizer que até onde apresentamos, essa é a estratégia de Jaspers com o seu método compreensível. Já dizíamos que existem tantas compreensões quanto pessoas e por esse viés o nosso conhecimento psicológico acaba sendo uma coleção classificada das relações compreensivas. Também tratávamos disso acima ao localizar a descendência epistemológica da abordagem de Jaspers. Por outro lado, Lacan fala de um método acessório ao do catálogo, seria o “método do análogo” cuja a versão em Jaspers descrevemos abaixo.

Percebemos que a compreensão empática é onde a evidência empírica encontra o ápice de sua presença, o que segundo Jaspers, confere à compreensão maior estabilidade possível. Entretanto, tal compreensão depende intrinsecamente de uma especularização, se colocar no lugar do sujeito para supor qual representação ideativa viria de uma dada emoção. Isso não está de modo algum distante do conhecimento por analogia, uma das formas de similitude que regiam a construção do conhecimento antes do advento da ciência moderna. É em função disso que Lacan nos adverte dizendo que a compreensão, e ainda mais aquela que se faz em relação ao sentimento, “não é de uma vivência, mas de um móbil.(...) Nessa perspectiva, é preferível advertir qualquer um de que ele não deve fiar-se demais naquilo que pode compreender” (Lacan J. , 1962-1963/ 2005, p. 27).

Foi pauta de nosso primeiro capítulo a ideia de que o conhecimento anterior à ciência é dependente da suposição de que a realidade apresenta signos e a tarefa de nossa razão é fazê-los falar de modo a alcançarmos sua verdade. É essa a vertente que nos parece ser afeita a de Jaspers, que escolhe pela evidência da experiência. Já discorremos sobre as consequências deste tipo de abordagem em que se supõe que há uma ligação intrínseca entre o saber e a realidade, onde vigora a ideia de que é possível obter saber a partir do acesso direto à realidade, porque desta emana uma verdade autoevidente. Por outro lado, a operação básica

imputada à ciência, em contraposição ao conhecimento, foi um rompimento em relação à percepção como fonte de saber, operação feita em seu máximo tensionamento por Descartes na forma da dúvida hiperbólica.

Jaspers quis conservar toda a qualidade da experiência, pois para ele disso dependia a experiência consciente. Mas é próprio à ciência uma tentativa de redução do dado perceptivo, ou qualitativo, sem o que não se pode construir generalizações, regras e leis. A ciência depende da perda do referente que é o que Jaspers se recusou a fazer. Ele, ao contrário, colocou o referente emocional no mais alto grau de importância, sendo esta a fonte de nossas construções compreensivas, ou seja, a fonte de todo conhecimento gerado pelas ciências do espírito.

É interessante notar que para esse autor na própria ciência natural, cujo método é o da ciência positivista, existem limitações para a ideia mecanicista que a baseia numa relação de causa unilinear. Essa relação, entretanto, é a base de estabilidade de uma teoria, visto que ela propõe que dada uma circunstância, o que se segue é esperado; ou, é a partir do modelo teórico que se estabelecem regularidades. Entretanto, Jaspers sempre ressalta a existência de exceções que questionam a teoria. Citemos exemplos elencados por ele: se o alcoolismo crônico causa várias sequelas, como explicar as várias formas em que tais sequelas se apresentam? quais sejam: a demência alcoólica, delirium tremens, alucinação, psicose de Korsakov? (1973, p. 552). Se existem gêmeos univitelinos e um desses apresenta um quadro de esquizofrenia, é provável que o outro também seja acometido, dada que a causa da doença é somática. Entretanto, porque nem sempre isso ocorre? (1973, p. 557)

Ou seja, Jaspers nunca renuncia às qualidades. E em função da preservação do dado empírico qualitativo refuta “uma imagem mecânica de relação causal unilinear” (Jaspers, 1973, p. 554) para sugerir uma “imagem de um tecido vivo infinito”(Jaspers, 1973, p. 554). Para ele não se pode replicar o modelo cuja ciência tipo é a física matematizada nas ciências

naturais. Assim, a “superação das dificuldades infinitamente acumuladas do conhecimento causal assim adquirido impõe, no entanto uma estrutura absolutamente diversa para as relações causais;”(Jaspers, 1973, p. 553).

É possível dizer que Jaspers conserva a ideia de relação causal, e admite-se uma decomposição necessária a essa abordagem, mas que somente poderá acontecer de modo significativo se o plano de fundo não for a ideia de um mundo constituído de partes discretas. Para que haja a essa operação de discriminação, de partição do mundo, é necessário supor “uma moldura da contemplação e da apreensão cada vez mais clara das totalidades, onde as relações causais se realizam, onde tem sua condição e limite (grifo nosso)” (Jaspers, 1973, p. 553). Aqui temos que a causalidade é limitada pela noção de que o universo é por natureza uma totalidade.

Há um último golpe à psicologia explicativa de Jaspers, que supõe processos biológicos a serem descobertos a posteriori para explicar os acometimentos mentais graves que não podem ser acessados pelo método compreensivo. Essa formulação sobre o processo permite que Jaspers funcione como uma base epistêmica para os desenvolvimentos ulteriores da psicologia “nos estudos que correlacionam fato mental e atividade cerebral, e da pesquisa sobre a hereditariedade da conduta, que confere base física ao estudo da mente”(Lima, 2011, p. 231). Lima nos ajuda a resumir a crítica que fizemos a psicologia explicativa de Jaspers ao utilizar-se de Blanché (1935 apud Lima) para explicitar o erro epistemológico existente na equação que iguala psiquismo a uma realidade física. Tal autora aponta ainda uma assonância da perspectiva de Blanché com a crítica de Milner “ao denunciar que a Psicologia Experimental se desenvolve em um mundo onde a verdade só pode falar do lado das coisas.”(Lima, 2011, p. 231)

Em contrapartida a esse modelo que dá ênfase às qualidades, temos o estruturalismo que estivemos apresentando aqui como um método de redução das qualidades sensíveis, através de uma matematização estendida. Essa é uma consequência das três teses minimalistas do estruturalismo. Retomando a argumentação lacaniana sobre o método, a qual desenvolvíamos acima, é o estruturalismo que se apresenta como uma forma acessória ao método do catálogo e o do análogo. Lacan apresenta-o como “função da chave” que seria “a forma pela qual funciona ou não a função significante” (1962-1963/ 2005, p. 30). Abaixo, queremos retomar os pressupostos do estruturalismo assim como organizados por Milner para observar como eles autorizam uma aproximação do problema das psicoses.

Voltando ao estruturalismo, tudo o que é estruturado depende da ideia de que existem elementos discretos, como os significantes, que se relacionam, mas independentes um dos outros; sendo que as estruturas são indistinguíveis. Assim tudo o que é estruturado tem a forma de uma linguagem e as estruturas se comportam de maneira idêntica. Essa é para Milner uma conclusão necessária se entendemos que toda estrutura é baseada na diferença:

“se admite-se uma propriedade estrutural determinada, que será verdadeira para uma estrutura qualquer, que distinguirá toda estrutura, enquanto tal, daquilo que não é uma, mas que não distinguirá nenhuma, enquanto tal, de nenhuma outra”(Milner J. C., 1996, p. 85)

O estruturalismo, então, permite identificar estruturas aonde elas existam, inclusive na psicose, dando inteligibilidade ao fenômeno. Isso não é sem consequências, já que a abordagem lacaniana das psicoses permite sustentar uma série de intervenções nessa clínica e foi um dos pilares históricos que sustentaram, por exemplo, a implementação de um tratamento humanizado e não encarcerador das psicoses na experiência piloto ocorrida em Belo Horizonte⁷. Tornados inteligíveis os fenômenos da psicose, foi possível elaborar

⁷ A psicanálise em extensão tem se mostrado um instrumento vigoroso para a intervenção em contextos institucionais voltados para o tratamento da psicose. O próprio movimento de reforma em saúde mental reconhece que um dos principais trunfos da experiência mineira, exemplo a nível nacional, foi o recurso à psicanálise o que está relatado no texto “A cidade e a loucura, entrelaces” (LOBOSQUE & ABOU-YD, 1998)

estratégias de tratamento que tem efeito mesmo fora do ambiente artificialmente controlado do hospital psiquiátrico.

Como conclusão ressaltamos, em vista de nossa argumentação, que a abordagem estruturalista resolve a dicotomia, que atravessava as ideias de Jaspers, entre consciência humana e natureza biológica, que expulsa os fenômenos psicóticos para fora do humano e cultural. Para o estruturalista o corte é outro:

1. De um lado há a presença da linguagem, ou há estrutura. Uma estrutura que conforme explicamos é sempre a mesma. Aqui estamos no campo da cultura que é o efeito da entrada na linguagem.
2. De outro lado está o que não é estruturado, sendo que aqui não há objeto inteligível, não há pensável, não há estabilidade.

2.3 As conseqüências do hiperestruturalismo

Resumiríamos dizendo que neste capítulo apresentamos 2 modelos:

1. No primeiro deles destacamos a ideia de traço unário e a aproximamos ponto a ponto com as bases do sistema linguístico, que é a suposição da diferença como única propriedade, o que implica na redução das qualidades
2. Contrapomos a abordagem de Jaspers com aquela de Lacan em relação à doença mental grave demonstrando as desvantagens epistêmicas decorrentes da adoção de um método hermenêutico. Por outro lado, identificamos Lacan como um autor que adere ao estruturalismo e com isso consegue propor uma abordagem mais profícua da psicose.

Acabamos por demonstrar, portanto, o paradigma hiperestruturalista, onde identificamos a mesma estrutura na linguística, matemática e psicanálise. É dizer que há estrutura na lógica matemática; ou, a lógica matemática funciona como uma linguagem, da mesma forma que o inconsciente funciona como uma linguagem. O que estamos dizendo aqui é que a semelhança entre a lógica matemática, o inconsciente laciano e a linguagem não é casual e pode ser vista como a consequência da hipótese hiperestruturalista: se algo está estruturado, a estrutura é a mesma, tem propriedades não quaisquer. Tal paradigma, segundo Milner (2003, pp. 155-170; 1996), é uma consequência necessária se levadas a sério as teses minimalistas que compõem o estruturalismo. Milner ressalta ainda que Lacan foi o único dos estruturalistas que adotou conscientemente esse viés.

Sendo assim, é possível demonstrar alguns pontos em que Lacan seguiu essa posição. Na lição V de seu seminário sobre a identificação, de 13 de dezembro de 1961 (Lacan J. , 1961-1962/ 2003, pp. 67-77), aponta como necessário um ‘défrichment’, que seria traduzível como “preparação de campo”, solicitando uma concessão do leitor para desviar-se pelo campo da lógica, já que ela esclarece a função algorítmica da linguagem. Há aqui então a suposição de que na lógica matemática se encontra a estrutura. Lacan então elogia essa aproximação estrutural, que segundo ele retira-nos do campo de “uma confusão muito antiga e que era aquela onde tinha ficado atravancado o campo do pensamento humano durante séculos” (Lacan J. , 1961-1962/ 2003, p. 72)

Neste ponto, se o simbólico é tributário do traço unário e apresenta grande fecundidade no âmbito da ciência, há uma assonância com o dito que Lacan recorta de Euclides para iniciar a lição de cuja articulação nos servimos acima:

Μον' αζεττι χαθην ξχατον τω
ουτων ευ λε ται αριθμος δε
τοεχ μοναδωγ συκειμενον πληθος

“ que o número, ele, nada mais é que essa espécie de multiplicidade que surge

precisamente pela introdução de unidades.” (Euclides, elementos, 4, VII conforme citado por Lacan, 2003[1961-1962], p. 67).

Quisemos com essa citação ressaltar a proficuidade da noção de traço unário, como suporte do simbólico, em acessar o fenômeno, torná-lo inteligível, gerando, nos termos de Lacan “o quadro funcionante do pensamento” (1961-1962/ 2003, p. 70). Resumiríamos dizendo que o Um, ao invés de reduzir, gera uma multiplicação do pensamento.

Dito isso, percebe-se então que toda a empreitada em que se pretende encontrar a estrutura alcança o objeto no nível em que, mesmo que ele seja despojado de todas as suas características, esvaziado de todas as qualidades, ele ainda é pensável. Se qualquer estrutura tem, portanto, propriedades não quaisquer, disso percebemos que mesmo se reduzirmos o fenômeno no máximo grau ele ainda é pensável, donde se extrai uma metafísica.

Para podermos apreciar as consequências de tal afirmação é preciso apresentar, mesmo que brevemente, o conceito de metafísica. A metafísica é o nome da ciência que gostaria de pensar o que há de comum entre todos os objetos das diversas ciências, à época, estabelecidas. O termo “metafísica” advém da tentativa de pensar qual é a natureza do objeto para além da física, o que tem o objeto da física em comum com o objeto das outras ciências. Na definição de Aristóteles essa ideia fica explícita "Se há algo de eterno, imóvel e separado, o conhecimento disso deve pertencer a uma ciência teórica, porém certamente não à física (que se ocupa das coisas em movimento), nem à matemática, porém uma ciência que está além de ambas" (Aristoteles, 1924 citado por Abbagnano, 2007, p. 661). A consequência disso é que a metafísica ganha o status de ciência primeira, que tem hierarquicamente precedência em relação a todas as outras.

Resumiríamos assim a pergunta metafísica: o que há de comum entre todos os objetos, e que, portanto, todos os objetos tem que ter para que sejam considerados como tal, sendo assim, uma propriedade necessária e apriorística a todo o objeto? Aristóteles responde: é a

substância: "aquilo que um ser não pode não ser"(Abbagnano, 2007, p. 663). Dessa forma inaugura uma tradição ontológica dentro desta disciplina.

É interessante notar como a metafísica extraída do estruturalismo lacanianiano é diametralmente oposta. Para demonstrarmos isso temos que lembrar que o hiperestruturalismo respeita as 3 teses minimalistas que como demonstramos estão calcadas na diferença mínima estenografada por Lacan como traço unário. Neste ponto gostaríamos de retornar a Saussure através de Milner (2003), pois neste há uma definição da diferença conforme pensada pelos estruturalistas, em que fica clara a oposição entre a metafísica que diríamos clássica e aquela que é consequência de um hiperestruturalismo.

Conforme Milner (2003, pp. 15-44), há uma definição tradicional da diferença que ele mostra inclusive ser tributária da lógica aristotélica. Ele então evoca essa definição dizendo que ela depende da existência de duas outras, quais sejam: o próprio e o essencial. O próprio é aquela característica que pertence ao indivíduo e não pode ser encontrada em nenhuma outra espécie ou indivíduo. Por sua vez, a diferença é exatamente a característica que, ao mesmo tempo, é própria e essencial. O exemplo seria: é próprio do homem rir, nenhum outro animal parece ter essa capacidade, entretanto, não é essencial rir para ser um homem. O que diferencia o homem não pode ser, portanto, uma risada, mas sim uma característica que seja própria e essencial. Neste caso a tradição filosófica poderia permitir eleger a razão como diferença do homem, porque ela é própria e essencial a ele, ou seja, não pode haver homem que não seja racional.

Dada essa definição, temos que explicitar agora que a ideia de diferença na lingüística estrutural, conforme inaugurada por Saussure, não se reduz a essa. A diferença acima definida depende de características positivas, sendo que a diferença de Saussure não pode ser desvinculada do tema do negativo: "uma diferença supõe em geral termos positivos entre os quais ela se estabelece, mas na língua não há mais que diferenças sem termos positivos

(tradução nossa)⁸" (Saussure, F., 1916 conforme citado por Milner J.-C. , 2003, p. 40). Assim fica conservada a redução das qualidades, imprescindível ao estruturalismo. E essa redução das qualidades implica uma antipredicabilidade que está em conformidade com a ideia de Frege, já apresentada anteriormente. Ele sustenta que uma frase não seja lida como a relação do sujeito com um predicado, mas sim como a "função" que articula os "argumentos"⁹. Neste caso não se pode ter qualidades, mas sim elementos em relação, sendo que, para que hajam essas relações nenhum dos elementos podem estar aprioristicamente ligados uns aos outros, em termos de uma identidade - pelo contrário - o pressuposto é a diferença entre eles. Há, portanto, o negativo de relação.

Ressaltamos, portanto, que a diferença da linguística não pode supor predicados. Assim, o que há em comum a todos os objetos é a ausência de predicados. Isso se torna uma proposição metafísica porque percebe-se que mesmo com a extração de toda a qualidade, ainda resiste a possibilidade de um objeto ser. Ora, esse esvaziamento é contrário a metafísica aristotélica que pretendia que todo o objeto tivesse uma substância, por isso dissemos que tais tradições são diametralmente opostas.

Então nos parece que dizer que "há uma metafísica no estruturalismo", é sinônimo de uma das teses minimalistas, o minimalismo de objeto, que diz que a única propriedade que o objeto tem necessariamente é aquela que vem do sistema para o objeto, neste caso, a diferença. Mesmo que um objeto seja despojado de todas as características, uma ainda permanece: é a diferença. Resumiríamos com Milner: "A conjectura estrutural emite, portanto, um crédito sobre a metafísica"(1996, p. 88)

Até então, estamos demonstrando que há algo comum a todo objeto. Mas o hiperestruturalismo depende também de outra tese: o minimalismo de propriedades, que leva

⁸ "Una diferencia supone en general términos positivos entre los cuales ella se establece, pero en la lengua no hay más que diferencias, sin términos positivos"

⁹ Esse aspecto encontra-se desenvolvido nas pags. 74 e 75 deste trabalho.

em consideração mais especificamente o sistema, isto é, o fato de o sistema hiperestruturalista ser necessariamente composto de somente uma propriedade (minimalismo de propriedades). Gostaríamos de fazer uma incursão em um problema que remete a um clássico tema da filosofia de modo a localizar as consequências dessa tese. O tema é relativo à unidade das ciências, portanto, tenta pensar as condições do conhecimento. Tentaremos introduzi-lo brevemente a seguir.

Blanché (1983, p. 85) explica que com o advento do empirismo lógico propõe-se uma possível divisão entre as ciências formais - lógica e matemática - e as ciências do real. Essa seria uma outra faceta da querela entre o empirismo e o racionalismo, o primeiro fazendo depender todo o conhecimento da natureza - do acesso ao objeto - e o segundo implicando na crença em conhecimentos construídos aprioristicamente em relação a toda a experiência. (Blanché, 1983, p. 83)

Tal discussão é bastante longa, mas cabe apontar para nossos efeitos, que o sucesso da matematização da física operada inicialmente por Galileu (1564-1642), e que inaugura o científico, fez com que esse autor apresentasse com otimismo uma ciência que fosse indiferente ao que é percebido. Entende daí que a ciência “não se pode desenvolver senão virando as costas à experiência sensível se pode tomar a chave que nos permite decifrá-la”(Blanché, 1983, p. 98)

É um sem número de autores que posteriormente identificam que uma tal concepção acaba por retirar a ciência formal, representada pela lógica, matemática, física matematizada, dentre outras, do campo da ciência. Esses autores passam a entender que não haveria dualidade entre as ‘ciências formais’ e as ‘ciências do real’, as primeiras “encaradas mais como um instrumento científico do que como as ciências propriamente ditas, visto nada nos ensinarem sobre o mundo”(Blanché, 1983, p. 78).

Assim passou-se a considerar o parentesco entre matemática, linguagem e lógica, agora considerados instrumentos do conhecimento, mas sem qualquer correspondência ao real. Buffon (1707 –1788), um reconhecido naturalista e enciclopedista, que teve também interesse nas matemáticas, teria dito que:

“aquilo que se chama verdade matemática reduz-se a identidades de ideias e não possui qualquer realidade: fazemos suposições, raciocinamos sobre nossas suposições, tiramos consequências, concluímos: a conclusão ou a última conclusão é uma proposição verdadeira, relativamente a nossa suposição; mas essa verdade não é mais real do que a própria suposição... as verdades matemáticas são apenas verdades de definição, ou, se preferir, expressões diferentes da mesma coisa”(Blanché, 1983, p. 84)

Citamos autores bastante antigos – Galileu, Buffon – que já apresentam essa noção de que as verdades a priori da matemática não tem necessariamente relação a algo exterior a ela, mas esse aspecto também foi notado por aqueles autores que trabalharam na axiomatização da matemática, os já citados Russell, Frege e Wittgenstein. Este último, explicita as características da linguagem supondo que “os enunciados da lógica são tautologias, isto é, proposições não destituídas de sentido, mas vazias de todo o conteúdo, e próprias por consequência para se adaptarem a um conteúdo qualquer.”(Blanché, 1983, p. 101)

Aqui nosso intuito principal foi, de forma menos robusta, apresentar a leitura de alguns filósofos que acabam por retirar ciências formais do campo das ciências, destacando seu caráter de instrumento do pensamento. Esses autores parecem perceber as ditas ciências formais exatamente como as propriedades não quaisquer que permitem acessar um fenômeno em sua inteligibilidade. Cabe notar, portanto, que esses autores pensam que a matemática - aqui lida como linguística, lógica ou estrutura - não pode ser considerada uma ciência, mas é entretanto a condição de possibilidade de sua existência. Ela não é em si mesmo a ciência, mas sem a matemática a ciência não poderia existir. É portanto, imprescindível à ciência, mas se inscreve exteriormente a essa.

Aqui estamos coerentes a visão de Milner (1996) que enfatiza que a linguagem se articula como uma lógica, pois ela se apoia nas três teses minimalistas que explicamos acima neste capítulo. Da mesma forma, a matemática pode ser lida como uma disciplina derivada da lógica filosófica. Como consequência, podemos nos apropriar de forma mais efetiva da formulação de Milner de que a matemática pode ser vista como uma linguagem, dado que ambas tem seu fundamento na lógica. Conforme Milner:

“que a matemática seja uma língua (a maioria dos modernos sustentam, além disso que cabe a lógica enunciar-lhe as regras, mas desde que a própria lógica seja enunciada em língua matemática), essa afirmação vincula-se de maneira geral, ao doutrinal da ciência (...)” (1996, p. 71)

Justificamos então nosso singelo desvio pela epistemologia como uma tentativa de representar nesses autores o que seria uma propriedade transcendental. A matemática seria considerada como tal porque não pertencendo a nenhuma ciência, é aplicável a todas elas. Segundo a definição de Alberto Magno, transcendental é a "propriedade que convém a todo objeto, por oposição as propriedades ordinárias, que convém sempre a um subconjunto de objetos, oponível a outro." (Milner J. C., 1996, p. 88). Se aplicarmos esse raciocínio ao exemplo da matemática, teríamos que para os autores supracitados (que na esteira de Galileu a consideram um instrumento imprescindível) ela é uma propriedade exigível a todo o objeto que se queira conhecer, e não seleciona nenhum objeto em detrimento de outro.

Dito isso, podemos perceber que também o hiperestruturalismo pode ser lido enquanto uma abordagem transcendental já que "a analogia salta aos olhos entre as propriedades transcendentais do objeto qualquer a as propriedades mínimas do sistema qualquer" (Milner J. C., 1996, p. 89). Neste ponto, sintetizamos o intuito dessa sessão como sendo uma tentativa de: **1)** expor o Hiperestruturalismo - cuja tese se resume a: "a estrutura qualquer tem propriedades não quaisquer" (Milner J. C., 1996, p. 85); **2)** mostrar suas consequências, quais

sejam: apresenta um parecer metafísico, e ter a qualidade de ser uma abordagem que aparenta ser transcendental.

Nota-se que fizemos uma separação entre essas consequências, de um lado considerando a propriedade metafísica como tributária do minimalismo do objeto, e de outro considerando a propriedade transcendental como função do minimalismo de propriedades. Entretanto, se considerarmos a apresentação mais extensa que foi feita anteriormente neste capítulo sobre essas duas teses, fica claro que elas não funcionam de forma independente uma da outra. Assim sendo suas decorrências, o parecer metafísico e a metodologia transcendental, também são interdependentes.

2.4 Conclusão

Dando essa segunda volta relativamente à questão do conhecimento e da ciência, retomamos, a partir da ideia do traço unário, a eficácia da abordagem estrutural. Ao perfazê-la, fica demonstrada a função premente da ideia de diferença na teoria lacaniana. Assim dá-se o relevo merecido a nossa segunda tarefa, que será de tentar cernir qual o mecanismo de fundação desse traço minimal.

De certa forma, apresentamos neste capítulo os efeitos do conceito de traço unário no campo do saber. Queremos apresentar no próximo, o que está na raiz, na fundação desse traço minimal que apresenta-se, por ser o suporte da diferença, como o fundador da propriedade principal do significante, ser oponível a um outro. Dizendo de uma forma mais simples, tentamos neste capítulo mostrar para onde o traço unário vai e o que é possível fazer com ele;

em seguida queremos falar de onde ele vem, explorando a noção de que o referente é sempre externo, de natureza heterogênea a linguagem.

3 - O TRAÇO UNÁRIO E O SIGNO

"(...) essa relação do objeto com o nascimento de algo que se chama aqui signo, já que ele nos interessa no nascimento do significante, é exatamente em torno disso que estamos detidos." (Lacan J. , 1961-1962/ 2003, p. 101).

3.1 O signo na *epsteme clássica*, em Saussure e em Lacan

Foucault nos sugere uma imagem, ele nos diz que Dom Quixote, personagem lendário de Cervantes, pode ser entendido como um arauto do fim de uma era dos jogos antigos das semelhanças e dos signos. Se está finita a crença de que o texto atinge o mundo, que a palavra, assim como apresentado no primeiro capítulo, o transcreve ponto a ponto, ou o apreende e pode ser considerada ela mesma o mundo, Dom Quixote é o personagem que tenta restabelecer essa comunicação. Ou seja, "se ele quer ser-lhes semelhantes é porque deve prová-los, é porque os signos (legíveis) já não são semelhantes ao seres (visíveis)" (Foucault M. , 2000b, p. 64). A tarefa de Dom Quixote, então, é deter-se em torno de qualquer semelhança entre a realidade e o texto, romance extravagante, comprovando que "os signos da linguagem são realmente conformes as próprias coisas" (Foucault M. , 2000b, p. 64). Entretanto, é sempre frustrado nessa tarefa, pois a realidade tende a desmentir seus propósitos.

Há, porém, uma segunda parte do livro em que Dom Quixote é reconhecido como o herói, como queria. É como se a narrativa que foi feita na parte anterior fosse reconhecida em seu texto, restando então ao herói ser fiel àquilo que quis inscrever no mundo, sendo guardião da coerência dessa verdade. Se Dom Quixote intentava achar os signos nas coisas, no que diríamos a primeira parte do livro, é ele que deve defender esse texto em uma segunda parte "dos erros, das falsificações e das sequências apócrifas" (Foucault M. , 2000b, p. 66). É como

se essa segunda parte do texto tivesse que retomar a primeira. Daí se percebe que **perdido o referente, efeito que gera a epopéia de Dom Quixote, o herói, ao querer retomá-lo, faz com que a linguagem tenha que se dobrar sobre si mesma**: "a verdade de Dom Quixote não está na relação das palavras com o mundo, mas nessa tênue e constante relação que as marcas verbais tecem para si mesmas" (Foucault M. , 2000b, pp. 66-67) A linguagem portanto, retirando-se da relação biunívoca com o referente, quer saber o que caracteriza a linguagem internamente: "a linguagem rompe seu velho parentesco com as coisas, para entrar nessa soberania solitária(...)". (Foucault M. , 2000b, p. 67)

O que Foucault está demonstrando é que há um corte, uma ruptura relativamente a linguagem. Segundo ele, a partir da idade clássica, "a linguagem se retira do meio dos seres para entrar na sua era de transparência e de neutralidade." (Foucault M. , 2000b, p. 77). Nesse sentido, alia-se a ciência que tem três formas de acessar o mundo: através do mecanicismo, que propõe um modelo muito adotado na física e na fisiologia; através da matematização do empírico; e uma terceira tentativa, mais geral, que tentava transformar todo o perceptível em unidades através de medidas, posteriormente tentando ordenar essas medidas. Nessa aliança, a ciência "cumpre-lhe fabricar uma língua e que ela seja bem feita- isto é, que, analisante e combinante, ela seja realmente a língua dos cálculos" (Foucault M. , 2000b, p. 85). De qualquer maneira todas essas três formas eram estratégias nas quais a linguagem tentava em se exceder. Já que foi cortada sua relação imediata com o mundo, cabe entender de que forma atingi-lo novamente.

Nesse sentido, já não mais se considerava que os signos estavam depositados na natureza e era nosso destino chegar a decifrá-los, mas "era a linguagem mesma das coisas que os instaurava em sua função significante" (Foucault M. , 2000b, p. 81). Os signos passam a ser vistos enquanto convencionados, e sua eficácia em contribuir para o conhecimento do mundo só será medida em relação aos outros termos e as relações que ele permite traçar entre

eles. Desta feita, o signo convencionado, apesar de não ser o único previsto, é o preferível, dado que "pode-se sempre (e é preciso com efeito) escolhe-lo de tal sorte que seja simples, fácil de lembrar, aplicável a um número indefinível de elementos, suscetível de se dividir ele próprio e de se compor" (Foucault M. , 2000b, p. 85).

O paradigma dessa forma clássica de teorizar o signo como representante foi o texto que ficou conhecido como *Lógica de Port-Royal*¹⁰, sendo o grande expoente da influência cartesiana na teoria do signo. Se o objetivo era, conforme dissemos, criar uma língua bem feita para acessar o mundo e criar um saber confiável, a lógica port-royalista, estabelece que uma linguagem é tão melhor quando mais tiver a forma do pensamento, e o pensamento em si só tem um ordenamento que também é suposto à natureza e pode acessá-la. Ou seja, se a linguagem é afeita a ordem do pensamento, ela é também afeita a ordem do mundo. Então, se há a pergunta: porque a divisão em elementos e comparação gera um conhecimento verdadeiro? A *epistême clássica* responde dizendo: se há uma Ordem no mundo, esta é coerente com a forma de funcionamento do pensamento. Assim sendo, garante-se que há acesso ao mundo pelo conhecimento porque o mundo é aprioristicamente acessível ao pensamento.

Aqui não podemos deixar de explicitar a influência de Santo Agostinho (Marcondes, 2010), tanto em Descartes quanto nos port-royalistas. Seu argumento inicia-se com o pressuposto de que se a língua é arbitrária, não existe possibilidade de que ela tenha influência nos processos cognitivos. Assim dá-se mais importância ao pensamento e sua forma de estruturação do que à linguagem, daí a ideia de que a linguagem é tão melhor quanto mais coerente com a forma de funcionamento do pensamento. Desta hipótese apriorística

¹⁰ Esse texto chamado *Lógica*, ou *A arte de pensar* de 1662 foi escrito pelos Jansenistas Antoine Arnauld, (1612-94) & Pierre Nicole (1625-95), mas ficou mais conhecido como *Lógica de Port-Royal*. Segundo Marcondes (2010) pode ser considerado um texto sobre linguagem à influência da teoria de Descartes. Contem menos asserções sobre lógica do que sobre o funcionamento linguageiro do pensamento: "as operações do intelecto no processo de conhecimento e a maneira pela qual as ideias (termo empregado no sentido cartesiano) representam a realidade e como por sua vez as palavras expressam as ideias - afastando-se com isso do formalismo lógico" (Marcondes, 2010, p. 46).

sobre o pensamento, decorre que não conhecemos a partir da linguagem e que a possibilidade de conhecer supõe algo prévio, inclusive em relação à experiência e/ou à apreensão sensível. A consequência é que tudo o que se pode conhecer será sabido como verídico, se respeita a ordem do pensamento. Tal Ordem garante o conhecimento anteriormente à linguagem, à experiência e à apreensão sensível.

Um dos aspectos desta Ordem, que elegemos como exemplo para que se entenda qual era o tipo de teorização à época, é a estratégia que destaca na experiência os elementos e depois os coloca em relação a partir do mecanismo de comparação. Aqui fica expressa uma das propriedades essenciais dessa Ordem, que era estabelecer diferenças e depois igualdades em função da comparação de elementos. Esse tipo de Ordem do mundo é acessível à razão, porque a razão funciona da maneira da Ordem que se encontra no mundo. O pensamento opera, portanto, por meio da análise, em que se separa os princípios componentes de um corpo ou substância, para depois colocá-los em relação através da comparação.

Neste paradigma, "porque o espírito analisa, o signo aparece. Porque o espírito dispõe de signos, a análise não cessa de prosseguir." (Foucault M. , 2000b, p. 84) Fica, portanto, expressa a ideia de que a linguagem funciona tão melhor quanto mais esteja próxima do pensamento. Assim, os signos que outrora eram elementos a serem procurados nas coisas, "são agora coextensivos a representação, isto é, ao pensamento inteiro, alojam-se nele, percorrendo-o, porem, em toda sua extensão." (Foucault M. , 2000b, p. 90)

A consequência para a linguística é que fica estabelecido desde então que se "a materialidade dos signos é grandemente arbitrária, é tão somente a maneira por que são combinados que pode exprimir a coisa significada " (Ducrot, 1968, p. 27). Daí se deduz que a forma que eles devem se combinar é exatamente a ordem do pensamento: "as 'gramáticas gerais' do século XVIII, que ensinam, segundo Port-Royal, que a construção da frase imita a forma necessária do pensamento." (Ducrot, 1968, p. 27).

Uma outra forma de caracterizar essa distensão entre essas duas formas de lidar com a linguagem, é utilizando categorias que Ducrot (1984) nos ensina a identificar: linguagem, referente e sentido. Primeiramente, ele demonstra que a linguagem não necessariamente atinge o referente, isso é, ela poderia ser tautológica, mas existe uma vontade, uma orientação, àquilo que é exterior a ela:

não escapamos, pois, a essa exigência, segundo a qual a palavra tem que conter, como seu elemento constitutivo, uma alusão a uma exterioridade. (...) Desde que haja um ato de fala, há uma orientação necessária para aquilo que não é o dizer. É essa orientação que podemos chamar <<referência>> (Ducrot, 1984, p. 419)

Esse exterior, que muitas vezes se confunde com a realidade, apresenta uma grave dificuldade de conceituação, pois há grandes controvérsias na tradição filosófica sobre a sua qualidade. De qualquer forma não há como não notar que existe a possibilidade da linguagem interferir nisso que é externo, se o definirmos como aquilo que "não é, assim, como por vezes se diz, a realidade mas sim a sua realidade, isto é, o que o discurso escolhe ou institui como realidade" (Ducrot, 1984, p. 419). Isso gera uma consequência muito importante relativamente ao conceito de referência, pois se a linguagem sempre tentará acessar isso que é exterior a ela, o referente fica ao mesmo tempo nela capturado, mas a ela externo. Fica assim inscrito o "estatuto ambíguo do referente que, por um lado, deve ser exterior ao discurso e que, por outro, é chamado pelo discurso, e portanto, fica inscrito nele" (Ducrot, 1984, p. 419). Ora, é possível, então, dizer que o referente está em relação à linguagem em inclusão externa.

Uma das formas de apresentar o problema do referente, ou seja, de demonstrar a forma com a qual linguagem acessa o que lhe é externo, é a solução que sugere inserir nessa discussão um terceiro conceito, o de sentido. Assim separa-se pela alcunha de sentido o que é interno ao discurso, mas de toda maneira independente dele, como uma realidade discursiva e

contextual, e o referente, sendo esse último o que é realmente externo ao discurso, mas visado por ele.

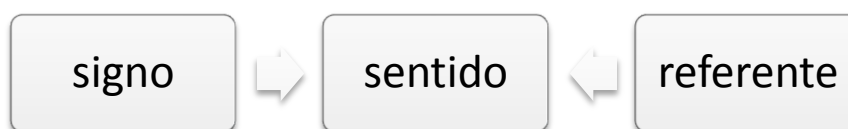
É interessante notar como esse esquema que relaciona signo, sentido e referente, permite cernir de forma clara qual é a **nova propriedade fundamental do signo** na insurgente *epistemê* clássica - cujo paradigma conforme já dissemos é a *Lógica de Port-Royal* - e suas consequências. Tal propriedade é definida por Foucault justamente como a "a relação do signo com o seu conteúdo não é assegurada na ordem das próprias coisas" (Foucault M. , 2000b, p. 88). Tentaremos a seguir mostrar como isso se articula.

Anteriormente a idade clássica, o signo articulava três termos: o signo, o que ele significava e o que garantia que um se ligasse ao outro. Assim sendo, no pensamento medieval o sentido era o que aproximava a coisa do signo e estava previsto como termo que assegurava a relação do signo com o referente. Em contrapartida, a *Lógica de Port-Royal*, funciona ao contrário com dois termos, "o signo encerra duas ideias , uma da coisa que representa, outra da coisa representada; e sua natureza consiste em excitar a primeira pela segunda."(Arnauld y Nicole, 1662, conforme citado por Foucault, 2000, p. 88). Assim, há uma assimetria entre o representante e o representado, havendo também uma hierarquia que privilegia o representante, já que ele é o que acessa o representado e não o contrário. Essa relação não pode inverter-se.

Entretanto, mais importante que isso, vê-se que com essa guinada, a linguagem na *episteme* clássica é o que indica e faz aparecer, ou seja, fica manifesta a sua tendência a se dobrar em relação a si mesma, conforme expressado com a alegoria de Dom Quixote. Ducrot o diz com termos muito precisos: "se é a minha palavra que indica aquilo de que fala, se é ela que especifica o seu objeto como poderia ela ser desmentida por esse objeto que a si própria se dá?" (1984, p. 419). A linguagem aciona o representado pelo signo imediatamente, a linguagem se encerra em si mesma, só acessa o sentido, na definição de Ducrot, e deixa de

lado o referente. Percebe-se, portanto, que construir a categoria de sentido destaca que este é interno ao discurso, criando uma realidade independente. A ideia de sentido põe em evidência que a linguagem não necessariamente acessa o referente e coloca-o fora do plano linguístico.

Retomamos a diferenciação de maneira esquemática. A linguagem na idade média gostaria de conservar a sua relação intrínseca com o referente, fica difícil distingui-la do próprio objeto. Conforme Ducrot: "o sentido destinado a <<apresentar o objeto>>, quando cumpre efetivamente essa função torna-se difícil distinguir do próprio objeto." (Ducrot, 1984, p. 424). Assim, mostramos abaixo a relação de 3 termos, donde o sentido fica sendo o elemento de ligação entre signo e referente. Este garantiria, portanto, que signo e referente estivessem virtualmente colados, já que a semelhança era "a experiência fundamental e a forma primeira do saber" (Foucault M. , 2000b, p. 71).



Em contrapartida, na *Lógica de Port-Royal* não se tem os 3 termos. Somente signo e referente. O intuito era que o signo acessasse diretamente o referente.



Entretanto, o que queremos mostrar é que o efeito foi outro. Nos parece que ao adotar uma teoria da representação com dois termos, ao invés de, por uma teoria do signo convencional, se atingir mais facilmente o referente, como era seu intento, a linguagem acaba por construir para si um mundo à parte. Nele se tem a relação não do signo com o referente, mas do signo com o sentido.



Assim sendo, se os signos ficam, de certa forma, encerrados no interior do conhecimento, e, segundo o excerto acima, quanto mais arbitrário melhor, cabe pensar de que forma irão atingir a significação, pois se os signos são convencionais, instituídos pelo saber, e sem relação com o referente, a consequência é que o signo, indiferente ao mundo, não o é em relação aos discursos. A escolha do signo está embebida em um tipo de pensamento, que quisemos expor acima quando explicitamos a ideia de Ordem. Primeiro se institui a ideia, depois um sistema de signos que coadune com ela. Não à toa, Foucault chama atenção (2000b, p. 90), nesta época foi vislumbrada por Destutt a noção de Ideologia.

Conforme quisemos explicitar com a alegoria escolhida por Foucault a partir de Dom Quixote, mesmo que na era clássica a linguagem tentasse constituir-se como um instrumento que atingisse garantidamente o objeto, o que se consegue é que ela se prenda nas condições de possibilidade deste intento. Ou seja, assim como a segunda parte do livro de Foucault em que a epopeia de Dom Quixote promove uma volta sobre o texto que escreveu na primeira, quando o livro se dobra sobre si mesmo, assim acontece com a linguagem na era clássica. Neste movimento cria uma ideologia para sustentar que o pensamento tem uma forma de funcionamento e que ela deve ser o crivo para a invenção de uma linguagem que seja a ele afeito. **Presume desta forma que o pensamento, quando corretamente utilizado, tem a forma clara e límpida que permite o acesso à verdade do mundo.**

É interessante notar que Saussure, poderia ser facilmente incluído nesta tradição. Ele estipulou que o elemento fundamental de sua linguística fosse o signo, este sendo descrito como composto de: **1)** um elemento fônico, imagem acústica, chamada significante, **2)** um elemento conceitual, chamado significado. O significado seria a parte da linguagem afeita à noção de sentido. Sobre o referente, Saussure não emitiu nenhum parecer. Mais do que isso, negou que o seu conceito de significado pudesse fazer qualquer alusão a externalidade do

discurso. Vê-se aqui as propriedades sublinhadas por nós como sendo as que caracterizam a noção clássica de Signo, que afasta-se do referente com a consequência de produzir uma linguagem que só induz sentido internamente a ela. O corte entre Saussure e os Port-Royalistas seria, neste caso, a consciência, por parte de Saussure de que não se atinge o referente. Como consequência esse autor deixaria claro também que o sentido depende de uma realidade discursiva, de um paradigma, no sentido que fora descrito acima neste texto.

Entretanto, Milner (2003) nos adverte em relação a essa tendência de aproximar as duas teorias, advogando contrariamente à inclusão de Saussure na tradição clássica em relação ao signo. Nos parece que o fato de Saussure ter apresentado elementos incongruentes com essa tradição foi o que permitiu com que Lacan, com um gesto simples, aproveitasse a noção de Signo saussuriana para derivar na psicanálise o conceito de significante. Nos aventuramos a pensar que se Saussure estivesse tão próximo a ideia de sentido, tão embebido na mesma, a apropriação feita por Lacan não seria possível. A partir de então, tentaremos mostrar quais os elementos em Saussure deixaram sua teoria mais distante do sentido e mais próxima a uma apreensão hiperestruturalista.

Um dos indícios iniciais da diferenciação entre Saussure e os autores considerados clássicos na tradição do signo é justamente aquilo que dissemos sobre a consciência de Saussure em relação a não representatividade do signo. Ele, em momento algum entende que o signo atinge o referente:

A relação do signo com a coisa significada, não importa em absoluto a Saussure. Assistimos aqui um deslocamento decisivo: Saussure constrói um modelo de signo que se separa de toda a teoria da representação (tradução nossa)¹¹ (Milner J.-C. , 2003, pp. 30-31)

Essa, entretanto, não parece ser a característica primordial que o separa do classicismo pois a perda do referente não separa Saussure da ideia que internamente a ela mesma a língua

¹¹ la relación del signo con la cosa significada, no le importa en absoluto a Saussure. Assistimos aquí a un desplazamiento decisivo: Saussure construye un modelo del signo que se separa de toda teoría de la representación

produz sentido. Com a renúncia em relação à referencialidade tem-se a consciência de que a língua não excede a si mesma, não atinge algo externamente ao sentido que ela produz internamente. O advento da teoria de Saussure é tão somente deixar clara essa característica de não referencialidade, mas ainda sublinhando a capacidade da língua em construir sentido internamente a ela. De qualquer forma, devemos ressaltar que é esse resquício em relação a *epistême clássica* que impede Saussure de levar a teoria do signo às suas últimas consequências, qual seja, a hipótese hiperestruturalista do sujeito como o único elemento que permite a emergência do sentido em detrimento do contexto ou paradigma.

Um outro ponto, mais importante, para retirar Saussure da tradição clássica, que marca a diferenciação entre essa e aquela teorização, é o estatuto do signo na teoria. A *epistême clássica* prevê uma definição, portanto, uma tipologia para os signos. Entende que os signos podem ser classificados segundo três variáveis (Foucault M. , 2000b, p. 80). A primeira seria origem da ligação com o que representa, neste caso podendo ser naturais ou de convenção. A segunda relacionada ao tipo de ligação, se pertence ao mesmo conjunto que ele designa ou se o conjunto que ele designa é outro. A terceira variável seria a certeza da ligação, se o signo certamente está ligado ao referente ou não. Assim o signo é um elemento explicado e categorizado, é o objeto para a tradição clássica. Em contrapartida, em Saussure, o objeto é a língua, sendo que o signo é o elemento axiomático utilizado para teorizar a língua. Desta forma, não há uma definição, mas sim uma descrição do signo, isso porque o signo é um conceito primitivo, que permite derivar uma teoria sobre a língua. Em uma abordagem o signo é o objeto, em outra a língua é o objeto sendo que o signo torna-se um tipo axiomático, e, portanto, somente descrito, que permite pensar o objeto que é a língua.

Observando essa diferenciação no tratamento do Signo para as duas teorias, trataremos melhor da versão de Saussure relativa ao signo, conforme dissemos, composto por significante e significado. Sabemos que o significante em Saussure tem uma descrição

simples, conforme já dissemos é a imagem acústica, "o representante psíquico da materialidade fônica (tradução nossa)¹²" (Milner J.-C. , 2003, p. 31). Entretanto, a descrição de significado é bastante complexa, no mais das vezes, feita de forma negativa. Ele diz que o significado é o conceito ou a ideia, mas o conceito é definido como aquilo que não é a própria coisa, nem a classe de coisas, nem a coisa conforme definida em um mundo ideal. Ducrot testemunha sobre a definição de conceito: "o que é que, positivamente, se deve entender por conceito? O parágrafo do *Cours* consagrado a essa questão (parte II cap iV, §2) é extremamente confuso" (Ducrot, 1984, p. 425).

Essa dificuldade ainda se agrava, pois se para Saussure significado e significantes são indissociáveis, disso decorre uma grande dificuldade pragmática para sua teoria, na análise dos signos nas cadeias linguísticas. Milner nos sugere um exemplo: se tomamos a palavra árvore, o significado da mesma estaria relacionado a todas as ocorrências deste signo. Isso faria com que só houvesse um significado para todas as aparições, inclusive quando associadas a outras palavras que mudariam totalmente o seu sentido, por exemplo, árvore genealógica. Se assim, toda a vez que se dissesse árvore, somente um conteúdo poderia ser a ela relacionado, mesmo quando esse significante fosse utilizado na forma figurada. Como esse ponto torna a teoria indefensável, para manter a relação necessária entre significado e significante, tem-se que a única alternativa plausível é admitir que todo o significante é diferente inclusive dele mesmo. Ou seja, toda a aparição da palavra árvore é única, donde que sua propriedade última é somente ser diferente de todos os signos, dele inclusive. Ou seja, utilizado um signo em dois contextos, admitiremos que eles não são o mesmo, dependendo o seu sentido de sua posição. A consequência disso é que não exista sinônimos. Vemos que dessa forma o significado é obliterado internamente ao signo. Ele está relacionado ao significante, mas não pode ter conteúdo.

¹² el representante psíquico de la materialidad fónica

Essa característica é bastante contraintuitiva, desde que a tradição filosófica sempre entendeu que dada a semelhança material de duas aparições elas logo seriam consideradas a mesma, ou idênticas. Ou seja, na tradição filosófica há um parentesco entre semelhança e identidade. O que o conceito saussuriano de significante promove é uma ruptura com essa proposição desde que um significante deve ser inclusive diferente de si mesmo, distinto de sua outra aparição que é materialmente semelhante.

Outra consequência, é que conceito ou significado para Saussure parece não poder ser pensado internamente ao signo porque só pode ser formado por oposição. Ou seja, ao colocar o significado internamente ao signo, mas em uma relação necessária com o significante, Saussure acaba por extinguir a possibilidade do significado se dar internamente ao signo.

Fica claro, portanto, que o significado não é o ponto primordial em relação a abordagem de Saussure. Tanto o é que sua definição é bastante confusa e às vezes completamente dependente da ideia de valor que é posicional, e depende da propriedade significante em se compor por oposição. Ou seja, o significado como o entendemos no senso comum, é em Saussure exterior ao signo e a relação necessária que o compõe entre significante e o significado. Se indicamos que há em Saussure o germe do estruturalismo, e que o estruturalismo é uma "maneira de reagrupar as ciências do signo" (Wahl, 1968, p. 16), Wahl nos respalda em nossa suposição dizendo que, na abordagem de Saussure sobre o signo, como "o que há de novo não é o significado, mas sua relação com o significante, poderíamos nos sentir tentados (eu pessoalmente me sentiria) a dizer que é por esse último que se define o Estruturalismo" (Wahl, 1968, p. 16)

Cabe então a pergunta: porque Saussure mantém essa correspondência entre significante e significado se não produz uma definição clara do que seja o significado? Para entendermos isso cabe uma retrospectiva em relação ao que já dissemos sobre a epistême clássica para em relação a eles localizar a teorização de Saussure.

Assim como os lógicos de Port-Royal, Saussure pensava a relação do pensamento, vontade, com os sons. O som era o representante exterior do pensamento. Essa é uma herança da Santo Agostinho, que assim define:

"quem fala, pois, manifesta exteriormente o sinal [*signum*] de sua vontade através da articulação do som...." (Agostinho, 389, conforme citado por Marcondes, 2010, p.33)

Já dissemos, entretanto, que não podemos nos enganar com essa noção de significado, porque apesar de querer representar diretamente a coisa ou pensamento, já sublinhamos o quanto tal teoria depende da suposição de que esse acesso está garantido por uma propriedade apriorística compartilhada pelo pensamento e pelo mundo, aquela que prevê que ambos estariam organizados de acordo com uma Ordem.

Um outro aspecto é que a teoria agostiniana supõe o signo enquanto representante, donde se conclui que o som e a coisa representada estão no mesmo patamar, são **dois aspectos da mesma realidade**, mesmo que a relação entre os dois não possa ser invertida e não seja recíproca. Segundo Milner, nesta o signo é "uma realidade (a imagem acústica *arbor*, por exemplo) que representa, graças a uma relação assimétrica, outra realidade: a coisa chamada *arbor* ou eventualmente a ideia desta coisa. (tradução nossa)"¹³ (2003, p. 29) Ressaltamos que neste raciocínio, o signo, enquanto sendo a palavra, e o pensamento ou a coisa, estão no mesmo patamar.

Em outra extremidade há Saussure. No Curso de Linguística Geral ele faz questão de manter os termos de Santo Agostinho, que são os sons, aos quais ele corresponde o significante, e os pensamentos, ao que ele corresponde o significado. Já demonstramos, entretanto, que o linguista não tinha nenhuma pretensão de que o significado remetesse a coisa. Também temos que, na esteira de Santo Agostinho, os lógicos de Port-Royal davam maior importância ao pensamento e entendiam que a linguagem era tão melhor, quanto

¹³ este es una realidad (la imagen acústica arbor, por ejemplo) que representa, gracias a una relación asimétrica, otra realidad: la cosa llamada arbor o eventualmente la idea de esa cosa

melhor desse forma a esse pensamento. Saussure, por sua vez, foi bastante deficitário em definir o significado e o qual sua relação com o pensamento enquanto ideia ou conteúdo.

Sua estratégia, portanto, era muito diferente. Ao invés de colocar o pensamento e o som ou sinal no mesmo nível, esse autor pensa que o significante e o significado eram elementos heterogêneos. Utilizando-se de uma metáfora, Saussure, sugeria que a relação do pensamento com o som era como o encontro do vento com as águas, gerando as ondas. Esses dois meios existem independentemente, mas somente com o encontro dos dois a onda tem existência, como elemento novo e distinto dos outros dois que o formam. Assim é o signo, ele só tem existência a partir do encontro de dois heterogêneos, o pensamento e o som.

Desta maneira, significado e significante são indissociáveis na formação do signo. É da premissa da heterogeneidade desses dois conceitos primitivos que decorre que o signo precisa da presença de ambos para que emerja como algo distinto. Prevê-se, portanto, uma relação necessária entre significado e significante. Para ilustrar esse ponto, Saussure diz que significante e significando se comportavam como, numa folha, a frente e o verso. Numa folha de papel, apesar do verso e a frente compartilharem a mesma materialidade física, estando necessariamente associados, o que se escreve na frente nenhuma relação precisa ter com o verso. Entretanto, uma vez preenchidos frente e verso, os dois estão ligados. Com isso fica explicitada a relação arbitrária entre significante e significado, mas que, depois de montada, torna-se necessária. Na formulação de Saussure: "na língua não se poderia isolar o som do pensamento, ou o pensamento do som" (Saussure, 2012, p. 159)

É preciso dizer que a associação recíproca dos elementos do signo não foi desde sempre necessária, ou seja, não é natural um certo som corresponder a um certo significado. Há nessa associação uma arbitrariedade, mas uma vez estabelecida a correspondência ela não pode ser desfeita. De qualquer forma, a noção de significado aqui parece surgir somente para sugerir uma vontade de significação, sem promover qualquer sentido que conforme já

mencionamos, é em Saussure algo dependente da função posicional do signo em seu encadeamento. **Assim, é mais importante notar que a relação do significante, ou materialidade fônica, e significado, ou pensamento, mais além do que algo que eventualmente poderia gerar sentido, é o que para Saussure gera a delimitação das unidades enquanto propriedade primordial do signo:**

" o papel característico da língua diante do pensamento não é criar um meio fônico material para a expressão da ideia, mas servir de intermediário entre o pensamento em o som, em condições tais que uma união conduza necessariamente a delimitações recíprocas de unidades. O pensamento caótico por natureza é forçado a precisar-se ao decompor-se." (Saussure, 2012, p. 159)

Ou seja, Saussure precisa supor o encontro entre dois heterogêneos para que surja um elemento que funcione como o que confere distintividade entre as ideias do pensamento e entre os sons da língua, e, para que haja essa diferenciação é como se algo tivesse que se destacar como uma unidade. Anteriormente, o som e o pensamento são fluidos amorfos colocados em paralelo. É somente do encontro entre eles que eles determinam mutuamente as divisões. É a união entre o som e o pensamento que gera a propriedade da distintividade da unidade, assim como a água e o vento geram a onda como elemento destacado. Novamente ressaltamos que seria esta a característica mais importante do signo linguístico.

Há aqui, portanto, um corte radical entre as teorias clássicas sobre a linguagem e a teoria de Saussure. Na premissa clássica, a razão é clara e distinta e se a linguagem for afeita a ele ela será também clara e distinta como uma boa linguagem deve ser. Por sua vez, Saussure parte da outra extremidade, o pensamento para ele, é caótico, "nosso pensamento não passa de uma massa amorfa e indistinta" (Saussure, 2012, p. 158). É a junção entre pensamento e som que permite a precipitação do signo que é o elemento unitário que confere a propriedade de distintividade ao pensamento. Para Saussure:

Sem o recurso dos signos seríamos incapazes de distinguir duas idéias de modo claro e constante. Tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa em que nada está

necessariamente delimitado. Não existem ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua. (Saussure, 2012, p. 158)

O parentesco com a definição Lacaniana do traço unário, enquanto sendo algo que se destaca, se recorta do entorno gerando distintividade não pode ser maior. Em Lacan, traço unário é usado para "designar a função da unidade enquanto ela é o fator de coerência pelo qual alguma coisa se distingue daquilo que a cerca, faz um todo, um no sentido unitário da função" (Lacan J. , 1961-1962/ 2003, p. 68)

A analogia entre as formulações lacanianas e saussurianas não termina neste ponto. Milner (2003, p. 38) destaca que há um parentesco entre a ideia do vento e da água com a primeira passagem do Gênesis que diz: "o sopro de Deus passou sobre as águas". Sendo assim, a distintividade é o princípio. A formulação de Lacan sobre o traço unário é somente ligeiramente distinta, ele diz, também fazendo uma citação bíblica, conforme já mencionamos no capítulo anterior: "*No principio era o verbo quer dizer, no principio é o traço unário*" (1962-1963/ 2005, p. 31). Ambos os autores, portanto, colocam a distintividade num início mítico, tendo Lacan nomeado esta propriedade de traço unário.

Retomando, temos então que Saussure pensa o signo como o encontro de dois heterogêneos. Neste encontro do significante e o significado, temos que esse segundo termo é de difícil definição, sendo utilizado no mais das vezes somente para manter um outro meio indefinível com o qual o som deve encontrar para fazer emergir um elemento novo. Assim o significado não é o sentido, o conteúdo, a ideia, donde que " o signo não representa nada, é somente um ponto de contato entre dois fluxos" (Milner J.-C. , 2003, p. 39). **O que se deve reter, portanto, é que o significado, mesmo em Saussure, precisa existir para que haja o contato entre os dois fluxos gerando o elemento novo, mas por sua indefinição permanece interior ao signo como um elemento indefinido.** Por isso poderíamos cogitar que o signo em Saussure corresponde ao significante em Lacan, se feita uma leitura rigorosa, dado que o que se mantém é o significante, definido como materialidade fônica, associado a

um outro elemento opaco. Milner sugere esse entendimento ao explicitar como Saussure passa a pensar no sentido a partir da ideia de valor, que depende da posição do signo em relação a cadeia, em detrimento do que se pode extrair internamente ao signo. Ele então nos diz: "Saussure parte do signo para afastar-se dele, mas não pode abandoná-lo já que havia colocado o signo no ponto de partida (tradução nossa) " (Milner J.-C. , 2003, p. 41)¹⁴

Qual é esse ponto de partida? A ideia de que da relação de distintividade interior ao próprio signo linguístico, em que se tem o contato entre dois fluxos heterogêneos, se deriva a propriedade primordial de todo o signo em relação a outro signo, a oposição, diferença, corte. Desde o signo, internamente, gera-se a propriedade de distintividade e redução das qualidades (opacidade do significado) que no capítulo dois colocamos como subjacentes a 3 teses epistemológicas minimalistas, das quais se deduz todo edifício estruturalista. Disto temos que elemento e estrutura são subjacentes a uma mesma propriedade, a estrutura não tendo nenhuma outra característica senão aquela suscitada internamente ao elemento:

elemento ↔ estrutura

Milner (2003, p. 38), ainda nos faz perceber que a metáfora do vento com a água tem uma efetividade interessante, desde que relacionada a um ponto mítico da tradição judaico/cristã. Entretanto, para ilustrar o mesmo princípio sugere outra figura na qual há o encontro de dois magmas sem qualidades nem divisões, mas que, por heterogêneos um em relação ao outro, dão a ver o corte formado entre as duas massas que se encontram, sendo que "esse encontro basta para suscitar divisões e, com ele, diferenças (tradução nossa)¹⁵". (Milner J.-C. , 2003, p. 38) Porque insistimos com esse novo exemplo? Para mostrar que a onda, na

¹⁴ Saussure parte do signo para apartar-se de él, pero no puede abandonarlo sino porque había colocado al signo en el punto de partida.

¹⁵ ese encuentro basta para suscitar divisiones y , con ello, diferencias.

metáfora de Saussure o elemento que se destila do encontro dos dois heterogêneos, não é nada mais que a divisão que se dá a ver com o encontro dos dois magmas. A percepção do corte, a divisão, a diferença, é o que se destila como propriedade operacional. Mais importante, é a diferença como corte que se dá a ver nessa nova metáfora: "a distintividade é cabalmente uma ação, e sobre essa ação se fundam os cortes reconhecidos como pertinentes (tradução nossa)¹⁶" (Milner J.-C. , 2003, p. 164) .

Defendemos aqui que o signo de Saussure tem em comum com a ideia de significante em Lacan mais do que se supõe geralmente. Entretanto é preciso notar, com Milner (2003, pp. 163-165), que o gesto de Lacan em separar o Significante e Significado não pode ser minorado em sua importância. O psicanalista fez questão de cortar a relação da materialidade fônica significante com o indefinível ao qual Saussure denominava significado. Introduce assim uma ação pura que passa a fazer parte do conceito de significante, uma ação de corte, de cesura. Isso faz com que se reescreva a conjuntura hiperestruturalista da seguinte forma:

considerar um elemento qualquer só desde o ângulo da **ação pura** que suscita suas propriedades mínimas não quaisquer¹⁷ (Milner J.-C. , 2003, p. 163)

A consequência dessa reformulação é que o significante e a cadeia são ativos. Assim, se o corte já estava tematizado em Saussure, internamente ao signo pelo fato dele haver o encontro entre dois heterogêneos, Lacan coloca esse corte agora na dependência de uma ação que isola o significante do significando. O corte passa a ser função de uma ação. **Parece estar dito que uma vez destilado o corte pode funcionar sozinho**, sem remeter ao encontro de um par, como era o caso do significado e do significante.

Tal operação feita por Lacan aponta para a necessidade de se supor um início mítico, do encontro entre dois heterogêneos, mas o traço unário só pode funcionar se não estiver a

¹⁶ la distintividad es cabalmente una acción, y sobre esta acción se fundan los rasgos reconocidos como pertinentes

¹⁷ considerar un elemento cualquiera sólo desde el ángulo de la acción pura que suscita sus propiedades mínimas no cualesquiera

partir daí em relação direta com o indefinível que é necessário para gerá-lo. Se usamos agora a terminologia psicanalítica, saberemos que podemos aproximar esse indefinível do real. Daí, temos que a premissa do simbólico se funda em função do encontro do simbólico com o real, gerando a diferença enquanto tal.

Para que esse ponto fique explícito, voltamos ao seminário IX no qual o encontro entre esses dois heterogêneos é tematizado também em Lacan. Ele nos lembra que "desde que o homem é homem, tem uma missão vocal como falante" (1961-1962/ 2003, p. 90). Por outro lado, existem os registros rupestres, no material pré-histórico dos traços, que são a princípio "uma bagagem, uma bateria, de algo que não temos o direito de chamar abstrato, no sentido que empregamos hoje essa palavra" (1961-1962/ 2003, p. 91). Do encontro entre o traçado rupestre que funciona como uma bateria, e poderia ser considerado no nível do simbólico, e da fala amorfa que poderia ser pensada enquanto real, "o que fica é algo da ordem daquele traço unário enquanto funciona como distintivo" (1961-1962/ 2003, p. 91).

Entretanto, o traço unário não pode ser essa diferença que dependerá da permanência dessa simetria, o traço unário é somente a marca desta diferença. É em função disso que Lacan insiste no corte entre significante e significado, donde que o real permanece no interior do significante apenas como marca. O traço unário, portanto, somente indica onde se fixa o significante, conforme nos mostra Teixeira no trecho já citado:

a função dessa simplicidade do *traço unário* é de indicar o lugar onde se fixa o significante (...). Enquanto ponto de inscrição da letra, da junção da linguagem com o real, o traço é a própria marca da função distintiva (...). O traço unário pode suscitar esta noção de que o real, por mais que ele resista a se deixar conhecer, ele não pode nos trapacear. (1999, p. 119)

Assim fica demonstrada a propriedade do traço unário, já descrita no prólogo deste trabalho através da alegoria de Sólon: aquilo que funda e organiza, o que está no ponto mítico, deve se excluir do meio que ele organiza. Aquilo que é a relação necessária interna ao signo

do qual provem a propriedade de distintividade tem que ser excluído com uma ação de corte, cuja possibilidade é fundada por ele próprio.

3.2 O Nome Próprio, o Signo e o Traço Unário

Dissemos no prólogo desta dissertação que o traço unário está relacionado ao conceito de Nome Próprio, tradicionalmente abordado pela lógica e pelos linguistas. Ao tratar das diferentes definições do Nome Próprio, Lacan parece querer cernir um outro aspecto relevante em relação ao conceito de 'Ponto de Basta'. Assim, inaugura outra vertente de discussão relativamente ao traço unário e às formas de amarração do sujeito.

O psicanalista introduz o assunto dos nomes próprios ao abordar o caso Hans e comentar brevemente a estratégia deste menino para defender-se do aspecto avassalador da mãe, sugerindo que a solução que o garoto tramou não é sem relação a um "significante chave que permite ao sujeito preservar o que está em questão, para ele, a saber, esse mínimo de ancoragem, de centragem de seu ser, que lhe permite não se sentir um ser completamente a deriva do capricho materno." (Lacan J. , 1961-1962/ 2003, p. 82). Logo em seguida, Lacan é rápido em dizer que esse ponto de amarração provido pelo significante está relacionado a função do nome próprio.

Trabalhar esse aspecto de forma satisfatória não será possível para o pouco espaço que nos resta nesta dissertação. Entretanto, se ao início deste trabalho queríamos pensar sobre a relação do traço unário com o ponto de Basta e, portanto, com as formas de estabilização acessórias em relação a solução normalizante do Nome-do-Pai, podemos abordar mesmo que

brevemente este conceito, desde que é apontado como um operador primordial para a amarração do sujeito.

Assim, em relação ao nome próprio, iremos inicialmente citar pontualmente os autores comentados por Lacan e que são referências tradicionais, Bertrand Russell e Stuart Mill, mas daremos maior importância à teorização de Kripke (Naming and Necessity, 2001), ao entorno deste tema. Sublinharemos estratégia deste autor desde que identificamos na sua teoria várias semelhanças com o que tratamos acima sobre o signo saussuriano. Assim poderemos cotejar essas duas abordagens tentando perceber se tal aproximação auxilia no entendimento das relações do nome próprio com o traço unário, o que já cria fundamentos para futuras investigações.

Bertrand Russell é o autor que demonstra que a ideia de nomes próprios não pode vir desvinculada de uma discussão em relação ao referente. Para esse autor, conforme comentado por Lacan, existem duas formas de estabelecer referências para a linguagem. Uma delas é aquela em que se iguala o termo do qual se quer falar a uma descrição que permite achar o referente daquele nome no mundo. A segunda forma é aquela que, em sua radicalidade, deixa expressa a qualidade do nome em designar um particular enquanto tal. Assim, para Russell, um nome seria da mesma categoria que um pronome demonstrativo, desde que tem grande dependência em relação a presença do objeto que ele designa. O nome tem necessariamente, portanto, de estar atrelado a um objeto único, sendo que preferencialmente este objeto deve estar na presença dos falantes para ser batizado pelo nome. O Nome Próprio para Russell é então "*a word for particular*, uma palavra para designar as coisas particulares como tal" (Lacan J. , 1961-1962/ 2003, p. 85). Segundo essa definição, que é bastante contra-intuitiva, temos que, por exemplo, Sócrates não é um nome próprio porque não é possível saber ao

certo qual é o particular que ele designa, dada a distância histórica de toda a prova material da existência concreta deste indivíduo.

Há ainda a definição de Stuart Mill, este defendendo que o nome é aquela palavra que não tem conotação, mas tão somente denotação. Ou seja, o nome não tem significado, é somente um palavra que se associa a um elemento. O exemplo que Mill utiliza para demonstrar essa propriedade é relativo a uma cidade hipotética chamada Darthmouth (boca do Darth). Darth seria o nome de um rio, sendo que a cidade recebeu esse nome porque fica na boca do rio, ou seu estuário. Para Mill, a cidade de Darthmout poderia continuar se chamando assim, mesmo que por algum motivo o rio não passe mais próximo a ela e nem fosse ali sua foz. Assim o falante não cairia em contradição quando dissesse que estava na cidade "da foz do rio Darth" ou "Darthmouth", se um dia o rio não passasse mais por ali. Isto porque em relação ao Nome Próprio da cidade, o primordial não é o significado da palavra¹⁸.

Essa definição do Nome Próprio ainda sugere uma relação intrínseca com o objeto particular que ele nomeia, por isso não precisa de um sentido, significado, para conotar esse objeto. Lacan explica esse ponto com maior clareza:

O nome comum parece concernir o objeto enquanto, junto com ele, vem um sentido. Se alguma coisa é um Nome Próprio, é porque não é o sentido do objeto que ele traz consigo, mas algo que é da ordem de uma marca aplicada de alguma maneira ao objeto, superposto a ele, e que por causa disso lhe será tanto mais estreitamente solidária quanto menos for aberta, devido à ausência de sentido, a toda a participação com uma dimensão por onde esse objeto se ultrapassa, se comunica com outros objetos (Lacan J. , 1961-1962/ 2003, p. 87)

Aqui surge um problema que Kripke percebe em relação a Mill, e Lacan identifica como sendo próprio da teoria de Russell. Kripke lembra que a maior objeção dos lógicos em relação à teoria de Mill é que ela torna difícil transmitir, dentro de uma comunidade de falantes, qual é o referente do nome. Se não é possível identificar qual é esse referente

¹⁸ Kripke argumenta que para Mill o nome até tem conotação, porque pode ser entendido como "boca do darth". Entretanto não tem sentido, porque não significa que a cidade de Darthmouth tem sempre que estar próxima ao rio, na ausência disso não podendo ser chamada de Darthmouth.

descrevendo-o, ou dando o sentido que o nome pode ter, como se transmite o nome a outro falante? A teoria acessória que resolve esse problema é aquela proposta por Frege e Russell. Para esses autores, principalmente Frege, o Nome Próprio, como comumente utilizado, seria somente "uma descrição precisa abreviada ou disfarçada"¹⁹ (Kripke, 2001, p. 27)²⁰. Assim, para transmitir o nome próprio aos outros era possível simplesmente dizer a definição a qual o nome é igualado, sendo que na versão de Mill não há nenhuma menção sobre como se dá o estabelecimento do referente. Essa crítica se aplicaria também à versão de Russell especificamente sobre os nomes próprios, porque para esse autor não haveria transmissão oral do nome, porque sempre seria necessária a presença do objeto a ser nomeado para que alguém ensinasse a outro qual é o referente do nome.

Já Lacan, em relação à definição específica de Nome Próprio em Russell, faz uma objeção de que ao definir tal termo linguístico, ele acaba por infringir uma das regras fundamentais da linguagem, aquela em que um elemento substitui o outro de acordo com uma convenção dos falantes. Em Russell o nome próprio não funciona a não ser que haja a presença do objeto que é designado, por isso o melhor exemplo de nome é o pronome 'isso'. Qual é a necessidade de criar o nome próprio se o objeto está ali? Qual é a necessidade de nomear o objeto se sua presença sempre é requerida para o melhor funcionamento do termo? Nas palavras de Lacan:

é certo que aqui vemos que perdemos inteiramente a meada do que nos dá a consciência lingüística, ou seja, que se é preciso que eliminemos tudo o que dos nomes próprios se insere numa comunidade da noção, chegamos a uma espécie de impasse (Lacan J. , 1961-1962/ 2003, p. 86)

¹⁹ a definite description abbreviated or disguised

²⁰Conforme dissemos, Russell tinha uma teoria dos Nomes Próprios e uma para os Nomes comuns. Assim, sempre que agruparmos a teoria de Russell com a de Frege, entender-se-á que estaremos tratando da versão de Russell sobre os nomes comuns. Kripke (2001, p. 27) justifica essa junção porque para Russell a maioria dos elementos que tratamos como nomes próprio são na verdade nomes comuns. Por exemplo, para Russell, Walter Scott abrevia uma descrição, e por isso não pode ser considerado um nome próprio. Assim, na versão russelliana os nomes, como usados ordinariamente, tem sentido e podem ser associados a uma descrição que permite encontrar seu referente.

Existe entre essas duas críticas um ponto comum que é referente à necessidade de o nome próprio se referir a um particular. Russell e Mill, ao quererem conservar essa propriedade, parecem fazer o nome deixar de portar uma das principais qualidades do termo na língua, que é se colocar numa comunidade de noção. Isso aponta para o movimento pendular da língua que oscila entre o sentido, sustentado pela realidade discursiva, pelo convencionalizado; e o referente, aquilo externo a língua que, no entanto, quer-se atingir. Para estes dois lógicos, a ênfase do nome próprio está no referente, no particular do objeto que está sendo designado. Nesse ponto, é interessante mencionar que a palavra grega que designava 'nome próprio' era semelhante a que designava 'particular'.

Nos chama atenção, entretanto, que Lacan hesita em tratar as teorias de Russell e Mill da mesma forma. Russell provê uma definição de nome próprio que gera um paradoxo, pois uma palavra não pode ser assim considerada se não tem a característica principal da linguagem que é poder, de alguma forma, colocar-se na troca simbólica. Lacan defende que Mill não peca por tal defeito, pois para este lógico o nome próprio funcionava como uma palavra, era uma dentre outras, mas que tem um elemento que permite seu conhecimento enquanto Nome Próprio.

Resumiríamos a distinção que para Lacan é percebida entre Mill e Russell como sendo a diferença entre ser tomado como um particular, e ser tomado como um particular sem perder algo do que é considerado comum. A segunda forma é aquilo que se precisa para ter a característica de um nome próprio sem perder a qualidade de ser uma palavra.

Kripke, entretanto, segue outra linha de argumentação e, em vista de sua crítica a Mill, agrupa as teorias de Frege, sobre o nome próprio, e Russell, agora sobre o nome comum,²¹ ressaltando que essas teorias pensavam que o nome próprio poderia ser igualado, portanto, substituído por uma descrição abreviada a ele relacionado. Assim para Kripke, "Frege e

²¹lembramos aqui que quando juntamos as teorias de Frege e Russell, estamos tratando da teoria de Frege sobre os nomes próprios e a teoria de Russell sobre os nomes comuns (ver nota 21) .

Russell, então, parecem dar a definição natural da forma como a referência é determinada aqui; Mill parece não dar nenhuma (tradução nossa²²)" (2001, p. 28).

Por esse caminho, Kripke opta por analisar a teoria de Frege e Russell (que passaremos a tratar como teoria Frege/Russell), mas desde o início se coloca contrária a mesma. A sua argumentação, portanto, gira em torno de demonstrar logicamente os problemas de utilizar uma teoria que parte do pressuposto que é possível isolar um particular por sua descrição. Assim, em detrimento da visão deste dois autores, cria sua própria teoria que conforme dissemos, queremos comparar com a teoria do signo saussureano.

Kripke então retoma que na teoria Frege/Russell o nome é sinônimo de sua descrição, e também é a forma como a referência é determinada, ou seja, a forma como posso saber a que se refere um certo nome é achando no mundo o objeto que satisfaça certa descrição. O primeiro problema deste tipo de estratégia é que, a partir do momento em que o objeto é identificado a uma certa descrição, feita a verificação empírica de que aquele objeto não satisfaz efetivamente aquela descrição, o nome não pode mais se referir a ele, mas a outra coisa que satisfaça a descrição. Por exemplo, definimos que iremos chamar de Aristóteles aquele que foi professor de Alexandre. Se descobrirmos que Aristóteles não foi professor de Alexandre, então o nome Aristóteles não mais pertencerá ao filósofo, mas a quem quer que seja que tenha sido verdadeiramente o professor de Alexandre. Isso cria uma série de dificuldades, pois, por qualquer mudança nas contingências o nome deixa de se referir àquilo que imaginávamos que ele referia, dado que o nome é identificado à descrição e não ao objeto.

Assim, pode se argumentar que para funcionar a teoria Frege/Russell, necessita-se definir qual é a propriedade essencial do objeto e ela então será relacionada ao nome. Neste caso, o nome do objeto não poderia ser usado para imaginar qualquer hipótese contrafactual.

²² Frege and Russell, then, appear to give the natural account of how reference is determined here; Mill appears to give none.

Por exemplo, se descobrimos ser essencial a Nixon que ele seja ruivo, não poderemos imaginar um mundo onde Nixon não seria ruivo, porque o nome Nixon está necessariamente associado a um homem com tal característica. Neste paradigma (Kripke, 2001, p. 49), fica estipulado que um particular tem propriedades contingentes e necessárias, e aquelas necessárias serão usadas para identificá-lo em outro contexto. Somente desta maneira é que se saberá encontrar algo em outros mundos, conhecendo aprioristicamente suas propriedades essenciais. Assim posto, se não podemos pesquisar algo em um mundo a não ser que já soubéssemos de antemão quais as características deste objeto, está respeitada a ideia filosófica comumente admitida, de que todo o *a priori* é necessário, sendo que necessário é o fato que não poderia ser diferente mesmo alterando todas as circunstâncias. Assim sendo, um tal conceito etimológico defenderá que "as verdades apriorísticas são aquelas que podem ser conhecidas a independentemente de qualquer experiência²³" (Kripke, 2001, p. 34) e são condições de possibilidade para aquela experiência. Neste ponto de vista, portanto, é possível conhecer a despeito da experiência de qualquer mundo.

Já introduzimos aqui uma estratégia comumente utilizada por Kripke, de introduzir situações que ele denomina transmundo, em que se imagina o objeto em um diferente mundo ou contexto. Com isto, o que este lógico tenta é justamente perceber o que pode ser usado, sem ser afetado por mudanças contingenciais, para falar de um certo objeto. Utilizando essa estratégia percebe-se que para que a teoria de Frege/Russell se mantenha estável com a hipótese de situações contrafatuais tem-se que admitir que: 1) o nome é um *a priori*, ou seja, ele é dado antes da experiência com o objeto, 2) a descrição que está associada ao nome para selecionar o objeto é um sinônimo do nome; 3) a descrição é referente a uma característica essencial ao objeto e que, portanto, não pode mudar. A consequência deste quadro respeita a

²³ a priori truths are those which can be known independently of any experience.

caracterização tradicional dos termos *a priori* e necessário, que segundo Kripke é uma herança Kantiana (2001, p. 34): todo *a priori* é necessário.

Além deste quadro que, desde já, parece problemático, Kripke percebe que um dos problemas principais de tal perspectiva é que, ao pensar que os objetos têm características que lhes são essências, transfere-se para o objeto os qualificadores de contingente e necessário que só deveriam se aplicar as declarações feitas a um objeto. Kripke, portanto, não concorda que o objeto tenha características essências porque isso depende da maneira com a qual ele é descrito, depende do que dele é dito:

uma coisa muito pior, algo criando problemas adicionais, é se podemos dizer de um particular que ele tem propriedades contingentes ou necessário. Olha, somente uma declaração ou estado de coisas pode ser, um dos dois, necessário ou contingente! Se um particular contingentemente ou necessariamente tem uma certa propriedade depende da forma como foi descrito (tradução nossa)²⁴. (Kripke, 2001, p. 40)

Adotando essa posição, Kripke identifica que a descrição é uma forma de chegar a um particular que o enreda cada vez mais numa rede de linguística e quanto mais o faz, mais longe está do objeto em si e mais perto está da língua e de certas categorias filosóficas que pensam que é possível conhecer alguma verdade aprioristicamente. Novamente temos uma posição que entende que quanto mais a língua se fecha em si mesma, mais ela tende para a adesão a uma certa perspectiva discursiva, o que é coerente a análise de Foucault. Neste caso, a perspectiva discursiva é a premissa de que os *a priori* são necessários.

Para que fique mais claro, Kripke sugere um exemplo que novamente envolve situações contrafatuais. Pede que imaginemos uma mesa T, em dois cenários em que ela terá de ser encontrada em um outro mundo. No primeiro, a imaginamos como um particular. Então, pode-se somente referir a essa mesa que está ali diante e imaginar como ela seria se houvessem outras circunstâncias. No segundo cenário o nome da mesa T estava atrelado a

²⁴ a much worse thing, something creating additional problems, is whether we can say of any particular that it has necessary or contingent properties. Look, its only a statement or state of affairs that can be either necessary or contingent! whether a particular necessarily or contingently has a certain property depends on the way it is described.

essa mesa por uma descrição, e somente por essa descrição saberíamos que aquela mesa era a mesa T. Neste caso, o outro mundo também teria que ser descrito e teríamos que pensar se a mesa naquele mundo teria as características que satisfazem a descrição da mesa T conforme dada *a priori*, o que permitiria identificar que a mesa de lá é a mesa T. Com esse exemplo, que chega a ser cômico, fica evidente a posição de Kripke, conforme já citado no prólogo:

“O que eu de fato nego é que um particular é nada mais do que um “pacote de qualidades” o que quer que isso possa significar. Se uma qualidade é um objeto abstrato, um pacote de qualidades é um objeto em um grau de abstração ainda maior, não um particular”²⁵ (Kripke, 2001, p. 52; tradução nossa)

Queremos ressaltar a insistência de Kripke em uma disjunção do objeto em relação as suas descrições, enquanto no caso da teoria Frege/Russell há, conforme expusemos, uma necessidade de que o objeto tenha essencialmente as características a ele relacionadas pelo nome. **Kripke sustenta que entre o objeto e o nome existe uma disjunção, um desnivelamento que deve ser mantido se não quisermos incorrer nos mesmos problemas da teoria Frege/Russell.**

Tendo isso em vista, propõe a sua versão do que deve ser um nome próprio. Com essa versão ele quer resolver seu problema primordial, saber o que permite falar de um objeto em qualquer contexto, o que designa um objeto universalmente, quais as qualidades, as propriedades da palavra que não mudam. Kripke propõe pensar o nome próprio como um designador rígido, o mesmo em todos os mundos. A criação do designador rígido necessita de uma descrição que serve para selecionar um objeto que a partir de então está necessariamente atrelado ao nome a ele dado. Se por algum motivo o objeto não tiver mais a descrição que foi utilizada para designá-lo isso não prejudica as propriedades do designador rígido, porque a descrição foi utilizada meramente para selecionar o objeto, não exercendo qualquer função posterior que a atrele ao nome ou ao objeto.

²⁵ “What I do deny is that a particular is nothing but a ‘bundle of qualities’ whatever that may mean. If a quality is an abstract object, a bundle of qualities is an object of an even higher degree of abstraction, not a particular”

Kripke pede que pensemos na forma como o metro foi estipulado, pois para ele "a referência do nome é fixada via descrição da mesma maneira com que o sistema métrico foi fixado (tradução nossa)"²⁶ (Kripke, 2001, p. 57). Essa imagem tem a vantagem de permitir perceber claramente as conveniências da teoria do designador rígido. O metro, enquanto categoria universal de medida, foi estabelecido a partir de um parâmetro, que é uma barra guardada no subsolo do instituto de medidas em Paris. Entretanto, a barra, chamada S, que estabelece essa medida não tem sempre um metro, mesmo havendo cuidado para manter constantes as condições de temperatura e pressão. Sendo um elemento físico a barra sofre variações ainda que pequenas devido a sua exposição, a sua existência material. Aqui temos que um objeto foi selecionado para ser o alicerce de uma medida universal, e esse objeto tem o caráter exterior ao universal, pois sua medida varia contingencialmente.

A questão relativa ao estabelecimento do metro ainda assim incomodou sobremaneira os lógicos porque, aceita a formulação, indica-se que uma verdade, uma universal necessária, é baseada em uma propriedade que é contingente. Em outras palavras, instituir esse objeto de medida impõe que um a priori não é necessário, como queriam os lógicos clássicos, mas pode ser baseado em uma contingência. Isso só é possível a partir do momento em que retira-se a sinonímia ente nome e descrição.

Nos parece interessante notar que esse é um movimento parecido com aquele perpetrado por Saussure ao desenvolver sua teoria do Signo. Conforme dissemos a *episteme clássica* pensava que o signo era um representante de um conteúdo a qual esse signo estava ligado, e funcionava da mesma maneira que um nome ligado a uma descrição. deste patamar a linguagem teria que pensar de qual maneira atingira o referente, e em ambos os casos, tanto para a teoria Frege/Russell, tanto para a *episteme clássica* representada pelos lógicos de Port-

²⁶ the reference of the name is indeed fixed the same way that the metric system was fixed.

Royal, essa propriedade estava baseada em uma teoria filosófica não explicitamente declarada.

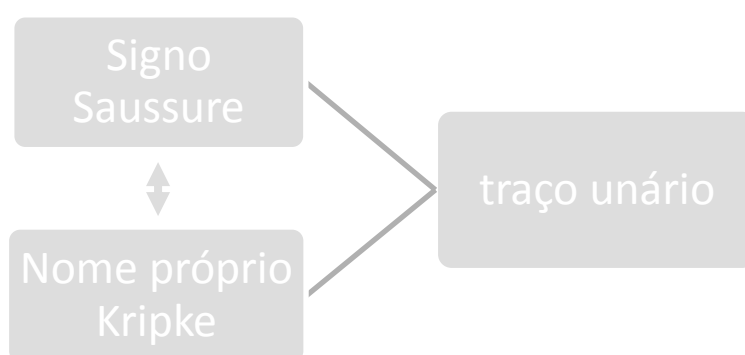
Vimos que a estratégia de Saussure, que modifica o paradigma, foi considerar que representante e representado são heterogêneos, trata-se de dois campos distintos. Essa parece ter sido também a estratégia de Kripke, sublinhar que existe uma descontinuidade entre linguagem e objeto. Logicamente que os termos de Saussure são diferentes, ele trata de significante e significado e para o linguista não importa o objeto em si. Entretanto defendemos que a estrutura seja a mesma: em ambos os casos, o que permite o giro teórico é entender que quando se trata da palavra, o que ela quer atingir é de outra natureza em relação a ela mesma.

Podemos ainda traçar outro paralelo. Em Kripke percebemos que a princípio não há nenhuma relação entre o nome e o objeto, mas depois que ela é estabelecida com a ajuda da descrição ela se torna necessária, é a mesma em todos os mundos. Em Saussure o mesmo ocorre, ele não defende que alguns significantes estão naturalmente ligados a certos significados, a criação desta relação recíproca é arbitrária, entretanto, uma vez estipulada, a relação torna-se necessária.

Poderia se objetar dizendo que a relação do nome com a descrição também não é necessária aprioristicamente na teoria Frege/Russell, já que eles não admitem que haja um nome que serve melhor a uma descrição. A relação do nome com a descrição deve ser estipulada, para somente depois ser tomada como sinônima. Entretanto nesta versão da arbitrariedade é suposta uma ligação do nome com a descrição e esta relação é arbitrária (Milner J.-C. , 2003, p. 35). Essa versão não se preocupa com o objeto porque a prerrogativa é que ele esteja efetivamente representado pela descrição. Em contrapartida, a arbitrariedade em Saussure não é aplicada ao tipo de ligação, de relação, entre duas instâncias do mesmo nível, uma vez que pra esse autor ela não existe. A arbitrariedade somente qualifica a não relação do

particular com o nome, ou do significante com o significado, uma vez que eles partem de campos diferentes e são arbitrariamente colocados em correspondência. Segundo o exemplo da folha de papel, em que o verso e o anverso estão em relação, mas o que se desenha de um lado não se relaciona como o que se desenha de outro.

Essa aproximação entre o signo de Saussure e o designador rígido de Kripke nos parece interessante porque permite entender porque Lacan, por sua vez, aproxima os conceitos de traço unário e nome próprio. Se admitimos que o nome próprio, em Kripke, tem as mesmas características do signo de Saussure, a consequência é que podemos derivar o conceito de traço unário daquele de nome próprio assim como fizemos acima ao explicitar a relação do traço unário como o Signo.



Assim, sobre o Signo, havíamos dito que a correlação de dois campos heterogêneos faz surgir a propriedade que destilada é o fundamento do sistema significante. Agora sobre o nome, que é correlacionado ao objeto, cria-se uma característica particular que extrapolada do âmbito deste primeiro elemento, funda a linguagem. Trocando os nomes, como fizemos acima, o que está concernido aqui é o encontro do simbólico e do real. Lacan falando dos nomes próprios, anuncia que "a presença daqueles elementos está ali para nos fazer tocar alguma coisa que se propõe como radical dentro do que podemos falar do enlaçamento da linguagem com o real." (1961-1962/ 2003, p. 97). Deste enlaçamento com o objeto parece

sobrar no campo da linguagem, com o traço unário, a capacidade de distinguir porque guarda do nome próprio o que ele marca como sendo único: "Se é do objeto que o traço surge, é algo do objeto que o traço retém, justamente sua unicidade. (...) essa relação do objeto com o nascimento de algo que se chama aqui signo, já que ele nos interessa no nascimento do significante, é exatamente em torno disso que estamos detidos." (Lacan J. , 1961-1962/ 2003, p. 101).

Concluimos que também em Kripke o conceito de designador rígido propõe o encontro de dois heterogêneos, uma parte indefinível, do real, e uma parte que pretende ser simbólica (designador rígido), mas têm características um tanto ortodoxas em relação ao restante da linguagem. Como o nome tem características específicas que o diferenciam dos outros termos da linguagem, por exemplo, o fato de não ser traduzido, ele não é o significante. Parece por isso é preciso que Lacan faça o corte e aproveite disso a propriedade que daí pode ser destilada. Do trauma, do que marca que cada um em sua forma singular de gozo, se destila o traço unário, formando a possibilidade do significante.

4. CONCLUSÃO

“a psicanálise deveria ser a ciência da linguagem habitada pelo sujeito” (Lacan, 1955-56/1988, 276)

Em nosso primeiro capítulo, apresentamos a ideia de que o estruturalismo linguístico colocou alguns entraves à teorização Lacaniana, se considerada a definição dada por Deleuze (1973) de que a estrutura funcionaria como um espaço virtual ou repertório ideal que poderia ou não se atualizar em um contexto. Dissemos que esse pressuposto implica: 1) que já exista a possibilidade de significação na cadeia, e 2) os significantes importantes à estruturação do sujeito estão todos presentes nesta cadeia. A consequência é que não haveria na estruturação do sujeito nada relativo a algum significante singularmente relevante.

Primeiro comentaremos o primeiro ponto: Já existe a possibilidade de significação na cadeia significante.

Havíamos demonstrado que existem dois mecanismos pelos quais a cadeia linear funciona. Estes são a metáfora e a metonímia. Milner (2003, pp. 157-162) nos lembra que essa é uma terminologia usada por Jakobson para acessar os mesmos mecanismos da cadeia que Saussure descreveu como Sintagma e Paradigma. Assim, da mesma forma que a ideia de metonímia acessa o campo diacrônico de encadeamento dos significantes, também o faz a ideia de sintagma. Por sua vez, a ideia de paradigma remete a um certo campo virtual, que é o campo sincrônico, aonde se desdobra o campo de conexões contextuais que um significante pode ter. Em outras palavras, ao paradigma é associável à ideia de metáfora sendo o paradigma o contexto da linguagem, ou as linhas verticais²⁷ aonde se estendem virtualmente os variados outros signos a que um signo pode remeter e que, por consequência, tem influência no sentido que se poderá extrair do sintagma na sua extensão horizontal. A noção

²⁷ há no primeiro capítulo uma representação do eixo sintagmático e paradigmático da linguagem na pag. 41 que poderá auxiliar na visualização desse argumento

de paradigma em Saussure implica, portanto, a criação do sentido no interior da própria frase, como a linguagem o produz. Daí a sua ideia de que com os mecanismos de organização da linguagem, metáfora e metonímia ou sintagma e paradigma, é possível explicar como se cria sentido advêm.

Entretanto, foi objeto de nossa investigação que a metáfora é apreendida em Lacan muito mais como um ponto de parada da cadeia, em função de um encontro vertical de dois significantes, que funcionam como um chumbo na malha, do que um campo em que se estende um contexto virtual de significantes que funcionam para dar o sentido a frase.

Também quisemos demonstrar no primeiro capítulo que esses dois mecanismos são complementares, que em Lacan é possível antever a exigência de uma metáfora para que se inaugure a metonímia, bem como, há a exigência do metonímico para que haja a metáfora²⁸. De qualquer forma, o que fica claro é que nenhum desses funcionamentos sozinhos geram significação. Assim Lacan, mesmo que com isso pague o preço da crítica de Derrida, teve que teorizar sobre algo exterior a cadeia se queremos supor a possibilidade de significação. Ele chamou isso de ponto de *capton*, mas às vezes o igualou ao que ele chamou de ser. Conforme demonstram Nancy e Lacoue-Labarthe (1991), Lacan constrói um sistema, mas tem que supor em exterioridade a ele um elemento que possa gerar sentido.

Utilizando os termos sintagma e paradigma, Milner (2003) acaba por nos possibilitar acessar essa questão sob um outro ângulo. Ele propõe lermos o paradigma, assim como a metáfora, que funcionando como um ponto de parada para a cadeia. Ele lê esses termos admitindo que, se há a cadeia como linearidade, um significante colocado depois do outro diacronicamente na dimensão sintagmática, o paradigma tem que se projetar sobre o sintagma funcionando como sua pontuação, ou "o paradigma de um termo dado é só a enumeração -

²⁸ assim como foi minha intenção demonstrar nos nas sessões 1.3 e 1.4

finita e curta - dos termos da sequência em ato reciprocamente (tradução nossa) ²⁹" (2003, p. 159). Assim cada termo do sintagma, enumerado em sequência ao outro, gera por retroação, em função do efeito do paradigma, uma significação. Ora, este não é nada mais que o conceito de significância, que nos aponta que mesmo que concluída uma certa significação o efeito metonímico (ou sintagmático) se instala novamente colocando novo significante, que retroage interferindo em toda significação já construída.

Fica claro que é possível algum sentido na cadeia, comandada pelo paradigma e sintagma que são as formas de relação dos significantes em uma cadeia. Entretanto esse sentido é totalmente evanescente. Assim sendo, a cadeia, comandada pelos mecanismos de metáfora e metonímia é *locus* privilegiado onde se produz sentido, mas esses mecanismos não permitem por eles mesmos que o sentido surja. Seria preciso, portanto, supor algo externo a cadeia mas interferente nela para instituir o sentido. É o mesmo dizer que a cadeia é um simples mecanismo produtor incessante de sentidos infinitos, mas é um sentido tão infinito que deixa de ser sentido. Nos parece que é isso que Milner quer dizer quando afirma "a frase é o domínio finito em cujo interior se constituem o sintagmático e o paradigmático; mas ela mesma não dá lugar a paradigma ou sintagma (tradução nossa) ³⁰" (2003, p. 160). Falta a estrutura interna da cadeia algo que dê um uso comunicador, é o limite da língua, ou "ponto limite onde a língua cessa para dar passagem a comunicação vivente (tradução nossa) ³¹" (2003, p. 161)

Resumindo, se consideramos a cadeia como sendo a estrutura possível, admitindo que não haja outro estrato que comande virtualmente essa cadeia, a cadeia é a estrutura e a estrutura é por definição linear. A cadeia é a única forma de relação entre os significantes, e as mecanismos de encadeamento e de relação entre esses significantes se resumem à metáfora e

²⁹ el paradigma de un término dado es solo la enumeración - finita y corta - de los términos de la secuencia *en acto* reciprocamente.

³⁰ la frase es el dominio finito en cuyo interior se construyen paradigmático y sintagmático; pero ella misma no da lugar a paradigma o a sintagma

³¹ punto límite donde la lengua cesa para dar paso a la comunicación viviente

a metonímia. Ora feito esse retrato, a única conclusão que se pode perceber é que há aí um mecanismo onde, na prática, é possível viabilizar a comunicação e, portanto, o sentido, mas esse mecanismo em si mesmo não o gera. Fica claro que a cadeia, por si mesma, não gera a comunicação, que a ultrapassaria. Demonstra-se então, que o sentido de fato é exterior a linguagem, mas não é gerado por um contexto virtual que ultrapassa a linearidade da cadeia.

Repetimos, dentro da leitura Lacaniana, que leva as últimas consequências o pressuposto saussuriano de signo, para dar sentido a frase não se pode admitir o paradigma no sentido de Saussure, porque não se admite qualquer conceito teórico que não esteja de acordo com a ideia de linearidade da cadeia. Na língua sozinha, pelos seus mecanismos eles mesmos, não haverá o que se observa na prática comunicacional: a emissão de uma mensagem, ou a produção de sentido. Desde então é preciso admitir o ponto central aonde quer chegar essa argumentação:

"a estrutura mínima qualquer contém em inclusão externa um certo existente distinto que chamaremos de sujeito" (Milner J. C., 1996, p. 85)

Ou seja, só se pode admitir a conjectura hiperestruturalista se admite-se a hipótese do sujeito.

Assim, a tarefa de esclarecer as operações que dariam origem ao traço unário nos permitiu justificar porque dizemos que o sistema lacaniano se baseia nas três teses minimalistas que norteiam o estruturalismo linguístico, sem se reduzir a este. Poderíamos dizer em consonância com Milner(1996) que Lacan radicaliza o estruturalismo fazendo caber neste a ideia de sujeito. Além disso, ao fazê-lo resolve a tautologia interna ao sistema epistemológico da linguística.

Já nos servimos do exemplo que Lacan recorta de Freud, em que este exemplifica o efeito metonímico da cadeia em um excerto de um sonho de Ana Freud em que ela pronuncia: "morangos grandões, framboesas, flãs, mingaus" (Lacan J. J., 1955-1956/1985, p. 259)

lembrando que Lacan mesmo aí enxerga uma cadeia, mais que palavras soltas. Entretanto, uma outra sequência ainda mais descontínua e desregulada das regras contextuais, é ainda mais contundente por demonstrar que mesmo então pode-se supor um sujeito e sua intencionalidade nos interstícios de qualquer cadeia. Esse exemplo é recortado do Homem dos Ratos, e remete a cena cujo paciente, quando criança, após ter sido surrado, dirige ao pai as palavras: “Seu lâmpada! Seu toalha! Seu prato!”. Há sentido aí, mesmo numa série não usual, de construção esdrúxula, tanto o é que diante destes inusitados xingamentos o pai interpretou: “Ou este menino vai ser um grande homem ou um grande criminoso”. Sendo que esse sentido só pode ser suposto pela hipótese do sujeito.

Assim só há como supor que a linguagem, resumida a linearidade da cadeia, atinja algo fora dela, ou exceda sua tautologia, se admitirmos um elemento que ao mesmo tempo seja interno, ou seja, esteja suposto na cadeia, mas também externo a ela. A definição de Lacan que supõe o sujeito é o clássico aforismo: "o significante representa o sujeito para outro significante". Desta feita, no encadeamento dos significantes (elementos mínimos da estrutura qualquer) fica incluído, nos intervalos da mesma, o sujeito. A asserção "o significante representa para outro significante" é uma definição da cadeia linear, e o sujeito aquilo que deve se supor no interstício dessa cadeia para evitar a possível tautologia que adviria dela. O sujeito, nesta construção é "o único elemento novo, o único que transporta uma afirmação específica, o único que faz da proposição um juízo sintético (tradução nossa)³²" (Milner J.-C. , 2003, p. 148)

O que estabelece a ponte entre os dois registros, implicando que exista um referente, ou, em outros termos, que a língua acesse alguma externalidade, é algo relativo ao sujeito. Lacan define nos seguintes termos:

³² "El único elemento nuevo, el único que transporta una afirmación específica, el único que hace de la proposición un juicio sintético"

Dessa permanência do sujeito lhes mostro a referência, e não a presença, pois essa presença não pode ser cingida senão em função dessa referência. Eu a demonstrei, designei da última vez, em nosso traço unário (...) (Lacan J. , 1961-1962/ 2003, p. 75)

Aqui ficam imbricados três conceitos: traço unário, sujeito e referente. Nosso intuito a seguir será entender como esses conceitos se imbricam. Primeiramente, mostraremos porque é dito por Lacan qual é a relação do traço unário com a referência.

Temos que o traço unário, enquanto efeito do corte que promove a possibilidade de perceber distintividades, é o que garante a propriedade essencial do significante. Assim sendo, o traço unário é primeiro, e dele depende a estrutura enquanto definida pela possibilidade de encadear significantes, por definição, distintos.

Se a propriedade que o traço unário confere à língua é somente a de perceber distinções, não pode-se supor a priori qualquer conteúdo a mesma. A consequência é que a língua torna-se esvaziada das qualidades e, portanto, do sentido. Não se admite contexto ou paradigma da onde uma língua pode retirar seu sentido. Não há para a língua relação interior que gere sentido, ou mítico amo das palavras (hipótese metalinguística), ou ponto fixo externo (referente). (Milner J.-C. , 2003, p. 36). Assim, O que o traço unário faz e implantar a noção de que o signo não é o representante da ideia, ele não é o substituto da coisa, ele é somente o que resulta da distintividade. O signo saussureano não se define pela relação de representação ou de substituição em relação a coisa, mas "se um dado signo se sustenta é pelos outros signos (tradução nossa) ³³" (Milner J.-C. , 2003, p. 36). **O referente da linguagem passa a ser a relação com os outros signos, propriedade instituída pelo traço unário, desta feita, o traço unário é a o que gera o referente na linguagem.** O traço unário é a base da linguagem para além da relação de representação.

Neste ponto podemos abrir um parênteses para demonstrar que o que o traço unário faz explicitar é a noção de forclusão generalizada, conceito introduzido por Jaques-Alain

³³ si un signo dado se sostiene, es por los otros signos

Miller (2012) que já podia ser apreendida desde o seminário sobre as psicoses. Segundo Teixeira, nesse seminário há “uma inspeção científica de sua base de linguagem” (Teixeira A. , 2000, p. 61) permite perceber que “a língua como sistema puramente diferencial, não se encontra vinculada à identidade do referente” (Teixeira A. , 2000, p. 61). Ora, o traço unário sendo o suporte da diferença significativa é aquilo que gera a forclusão generalizada, já que a partir daí o significante não tem nenhuma referência a não ser o sentido que se apreende dele a partir da sua posição em uma cadeia, sua definição recíproca a partir dos outros significantes. A consequência é que há somente uma cadeia com signos que se sustentam mutuamente.

Assim, voltando à frase lacaniana que iniciou a discussão, acima estabelecemos a relação entre referente e traço unário. Tentaremos pensar agora qual é a relação disso com o sujeito. Retomando, se quisemos supor que essa cadeia exceda a ela mesma gerando sentido deve-se admitir um elemento que é ao mesmo tempo externo e interno à língua: precisa da língua como substrato para o sentido, mas é somente a partir da pontuação que promove à cadeia que se constitui o sentido. Esse elemento é o sujeito.

Até aqui temos que ao depender da existência de significantes encadeados a hipótese do sujeito depende indiretamente da ideia de traço unário. O traço unário tanto gera a cadeia significativa no modelo da sucessão de elementos distintivos, quanto retira qualquer possibilidade de que uma tal cadeia significativa gere sentido sem a suposição deste elemento transcendental que é o sujeito. Lacan nesse sentido é bastante claro:

Porque exige-se a máxima simplicidade possível? (...) pois bem, nada - nada senão esse *initium* subjetivo que enfatizei aqui durante toda a primeira parte de meu ensino do ano passado, ou seja, que só há aparecimento concebível de um sujeito como tal a partir da introdução primária de um significante, e do significante mais simples, aquele chamado de traço unário. O traço unário é anterior ao sujeito. (1962-1963/ 2005, p. 31)

Por outro lado, usando da noção de corte que definimos no terceiro capítulo vemos que essa dependência entre sujeito e traço unário se inscreve ainda em outro nível. O

mecanismo pelo qual uma cadeia gera sentido é aquele de retroação, onde o último significante, sendo considerado o último, reconstitui o sentido de toda a frase, de acordo com o modelo de trauma já existente em Freud. Assim o sentido depende do lugar aonde se pontuou, ou do corte. Lembrando novamente que é o sujeito que promove o sentido, então a propriedade do sujeito deve ser a de pontuar a cadeia significante. O ato do sujeito que gera sentido é o ato de corte. Sendo o traço unário o que confere a propriedade de gerar distintividades à cadeia, ele é o corte. Para que o sujeito seja o que promove o corte na cadeia ele deve então estar identificado ao traço unário.

A consequência da adoção deste paradigma é que mesmo na psicose, na ausência de metáfora paterna, existe a possibilidade da emergência de sentido. Se o Seminário 3 (Lacan J. , 1955-1956/1985) permite pensar que o psicótico não tinha elementos para soerguer um ponto de basta para a cadeia simbólica, ao exploramos o conceito de traço unário, no entanto, nos deparamos com a hipótese hiperestruturalista pela qual o sujeito é quem define o ponto de parada. Assim, há sujeito e há interrupção da cadeia mesmo que o Nome-do-Pai não opere. Há, portanto, uma disjunção em relação à metáfora e o ponto de basta. A metáfora permite a criação de sentido nela mesma, mas a partir do momento em que há a continuidade do encadeamento dos significantes esse sentido continua evanescente. Por isso quem pontua de fato a cadeia é o sujeito.

Porque então teríamos que supor toda essa estruturação ulterior do sujeito, que no caso da neurose leva em conta a metáfora paterna e o Nome-do-Pai, e no caso das psicoses as mais variadas formas de estabilização?

Neste ponto, retomamos a ideia exposta também no primeiro capítulo, que mesmo que a hipótese do sujeito permita pensar que haja esse ponto de parada na psicose, a incidência da metáfora paterna é o que permite a organização, para o sujeito do campo do Outro, através de

seu engajamento a um discurso. A metáfora paterna cria um operador, que é o falo, que funciona como um denominador comum entre as cadeias significantes, possibilitando o laço social.

Sabemos que um discurso é aquilo que estabelece sinonímias, ou seja, estabelece uma correspondência entre dois signos que a partir de então permanecem ligados. É o discurso que estabelece convenções que permitem saber qual o significado das palavras. A experiência da psicose explicita a necessidade de aderência a um discurso para conferir sentido ao mundo. Na ausência de uma grade discursiva que permite identificar na experiência os elementos que já tem significados fixos e são importantes para construção dos sentidos, todo signo passa a ser relevante. A ausência de discurso, portanto, expõe o sujeito a um furor interpretativo, e sem a convenção por ele estabelecida o indivíduo passa a construir sentidos particulares não compartilháveis.

Aqui temos ocasião de comentar, refutando, o segundo dos pontos elencado no começo da conclusão: 2) os significantes importantes a estruturação do sujeito estão todos presentes nesta cadeia, e como consequência não haveria na estruturação do sujeito nada relativo a algum significante singularmente relevante.

Para entender de onde surge essa afirmação temos que voltar ao seminário sobre as psicoses. Neste, como insistentemente temos tratado, havia a ideia do ponto de basta explorada por Lacan a principio em relação ao mecanismo da linguagem e a necessidade de construir mesmo que momentaneamente uma estabilidade na significação para que haja comunicação. Ao final de seu seminário percebemos que paulatinamente ele aproxima esse ponto de basta de algo que funcione como elemento terceiro que coloque em perspectiva toda a construção que já encadeada. Isso fica claro na leitura que ele faz da obra de Atalaia na qual há uma rixa entre dois personagens. Do diálogo desses dois personagens, Joad e Abner, ele

destaca as palavras temor e receio. Abner deixa a entender que Joad receia pelo filho. Joad coloca um ponto final na discussão dizendo: “eu temo somente a Deus”. Em seu comentário Lacan destaca que o temor a Deus é algo inventado pelos homens como um remédio para um temor múltiplo, ele é um temor único de algo cuja existência não se personifica, está recuada e imanifesta, é sumamente simbólica. É com esse artifício que Lacan vai paulatinamente relacionando a ideia de ponto de basta com o Nome-do-Pai, já que na obra *Atalaia* é Deus pai quem exerce a pontuação a cadeia cuja tendência é a proliferar e multiplicar os temores. No final do seminário tal ideia é explorada a ponto de esses dois conceitos, função paterna e ponto de basta, estarem sobrepostos.

Em função desta sobreposição poderia se dizer que no Seminário 3 existem indícios que sustentam que a função paterna funciona como uma garantia do Outro, o que garante a estabilidade das significações. O Nome-do-Pai seria um significante terceiro que organiza o campo do Outro externamente. Nas palavras de Lacet:

Lacan estabelece o significante do Nome-do-Pai como aquele que fundamenta a Lei, que representa o Outro do Outro. O Outro é entendido como tesouro significante e garantido pela Lei para exercer sua função. Trata-se, portanto, de um Outro completo e consistente. (Lacet, 2004, p. 243)

Para essa dissertação torna-se imprescindível notar que a ideia de traço unário exerce uma resistência a tal formulação, já que por meio deste conceito demonstramos que o ponto em relação ao qual se faz a operação de estabilização do discurso é aquele mesmo relativo à fundação mítica da linguagem. Assim, nos parece que em alguma medida, um significante do Outro cativa particularmente o sujeito, conforme uma tese já presente no Seminário 3 (Lacan J. , 1955-1956/1985) e que explicitamos no começo deste trabalho³⁴, e persistente mesmo no Seminário 10 em que Lacan escreve: "o Homem encontra sua casa num ponto situado no Outro para além da imagem que somos feitos" (1962-1963/2005, p. 58). Vimos que esse

³⁴ Páginas 20 à 22 e 60 à 64

significante que se enlaça com o real do gozo do sujeito parece funcionar como um signo, e nessa operação em que se coloca em relação o simbólico e o real, dá-se a ver a diferença, a propriedade primordial do traço unário, suporte do significante.

A partir dessa experiência de fundação da linguagem, assim como quisemos deixar claro através da alegoria do legislador Sólon, é necessária uma segunda operação para que haja o engajamento em um discurso, e essa forçosamente haverá de considerar esse elemento significante que contingentemente cativa o sujeito em seu ser. Nesta imagem que elencamos, o legislador teve de se apoderar das insígnias dos deuses antigos para se autorizar. Se Sólon não tivesse acessado a contingência dos deuses em sua consistência, não teria o referente ao entorno do qual constituir suas leis. Depois de usar deste artifício e organizar o campo da cidade, Sólon se retira deste meio para não restar como tirano. Se não tivesse se retirado, e com isso arrefecesse o poder dos deuses, desequilibraria a ordem que criou.

No primeiro capítulo³⁵, apresentamos uma leitura da metáfora paterna que é coerente com a alegoria de Sólon. Nesta, apresentamos a ideia de que a metáfora é uma operação em que o Nome-do-Pai substitui o desejo da mãe, e ao fazê-lo organiza o campo do Outro criando o operador simbólico fálico. Se as palavras de Lacan são "o Nome do Pai reduplica o significante do ternário simbólico no campo do Outro" está implícito que algo que já trata a relação da mãe com o bebê, o falo imaginário (significante do ternário simbólico) deve ser retomado na organização do campo. Ou seja, algo que se relaciona a uma etapa mais fundamental, deve ser retomado na operação que organiza o campo do Outro estabelecendo suas leis e limites. A relação do falo imaginário com isso de mais fundamental fica explicitada abaixo, sendo que Lacan ainda ressalta que este operador terá relação com aquele outro que intervirá como instrumento mediador da relação com o outro, o falo simbólico.

neste lugar da falta onde algo pode aparecer, coloquei pela ultima vez e entre parêntesis, o sinal (-φ). ele lhes indica que aqui se perfila uma relação com a reserva

³⁵ ver paginas 49 à 53

libidinal, ou seja, com esse algo que se projeta, não se investe no nível da imagem especular, que é irredutível a ela, em razão de permanecer profundamente investido no nível do próprio corpo, do narcisismo primário, daquilo que chamamos auto-erotismo, de um gozo autista. Em suma, ele é um alimento que fica ali para animar, eventualmente, o que intervirá como instrumento na relação com o outro. (Lacan J. , 1962-1963/2005, p. 55)

A hipótese que aqui levantamos gira em torno de admitir que há um ponto fundamental em relação ao qual se faz uma amarração criando o discurso. Deverá ser excluído da cadeia, mas marca a interseção com o ser no entorno da qual a mesma cadeia se organiza. No caso da neurose, algo do nível de uma tal amarração ocorre a partir da incidência do Nome-do-Pai, na ocasião do Édipo. Admite-se, na neurose, uma solução padrão em que há uma amarração desse ponto de *capton* por meio de uma identificação no nível do ideal do eu, ou seja, uma identificação simbólica. Nesses termos algo relativo a um estranho familiar, um signo que é do Outro, mas que nos cativa singularmente, e por isso tem um estatuto privilegiado em relação aos significantes, é um ponto primordial ao entorno do qual se constituem as sinonímias, estas que são mandatórias ao estabelecimento do discurso, à lei, aos pontos de consenso.

Assim, ao querer tratar do traço unário, percebemos existir uma operação muito fundamental em que dois campos heterogêneos se encontram permitindo destilar o importante operador que serve como suporte da diferença e imprescindível para pensar o significante. Por outro lado, e menos claramente, já vislumbramos que sob a rubrica do Nome Próprio, Signo, ou Letra, há aí um elemento importante a ser considerado quando se quer tratar das soluções pela qual o sujeito se inscreve no Outro e pode operar no laço social e discursivo.

Dito isso, para finalizar, resumiríamos da seguinte forma: desde que Lacan explora exaustivamente o mecanismo da metáfora e metonímia, e modifica o instrumento de Saussure investigando os fundamentos da linguagem ele percebe que não há um fundamento para o uso das palavras em sua função comunicativa, não há nenhuma garantia inerente que aquilo do que falo é transmissível a um outro. Ou seja, não há referente. Para isso se deu o nome de

forclusão generalizada. Uma das formas de lidar com a forclusão generalizada é utilizar-se de um significante consensual, e não questionável por estar afastado ao infinito, objeto de fé, que cria a estabilidade necessária à criação do discurso. Por aí, passa a solução normatizante do Édipo, a partir da metáfora paterna.

A própria alegoria que exploramos exaustivamente nesta dissertação, a alegoria de Sólon, é a que nos permite visualizar que poderiam haver outras soluções, conquanto que se levasse em conta a necessidade de revisitar e fazer uso do ponto em que se funda a linguagem para que haja uma estruturação posterior. Foi preciso que Sólon se valesse da autoridade dos deuses fundadores para autorizar-se a legislar na cidade. Da mesma forma, se há no fundamento da linguagem algo que a coloca em contato com o mais singular do sujeito, seu Nome Próprio, aquilo que não é traduzível, nos parece que esses elementos são essenciais se quisermos pensar em constituições psíquicas estabilizadas que não utilizam da solução padrão do Nome-do-Pai

Se é o próprio Lacan que nos diz que o traço unário é algo que “vai permitir-nos ir mais longe” (Lacan J. , 1961-1962/ 2003, p. 89), é que ele está na base do mecanismo da linguagem, e escancara a falta do referente da mesma. Por outro lado, aponta para o fundamento da linguagem, a partir do qual um referente pode ser constituído.

BIBLIOGRAFIA

- Abbagnano, N. (2007). *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martin fontes.
- Alonso-Fernandez, F. T. (1976). Proceso y desarrollo. In: F. T. Alonso-Fernandez, *Fundamentos de la psiquiatria actual: psiquiatria clínica* (pp. 191-214). Madrid: Paz Montalvo.
- Bignotto, N. (junho de 1999). A Solidão do Legislador. *Kriterion*, no. 99, pp. 7-37.
- Blanché. (1983). *A epistemologia*. Lisboa: Editorial Presença.
- Brandon, R. B. (Janeiro/Abril de 2011). Hegel e a Filosofia Analítica. *Veritas*, v. 56; n.1.
- Bréhier, É. (1977-1978). O realismo. In: É. Bréhier, *História da Filosofia* (pp. 171-191). São Paulo: Mestre Jou.
- Calligaris, C. (1989). *Introdução a uma clínica diferencial das psicoses*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Deleuze, G. (1973). Em que se pode reconhecer o estruturalismo. In: F. Châtelet, *História da Filosofia* (pp. 271-303). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Derrida, J. (2007). O carteiro da Verdade. In: J. Derrida, *O Cartão-Postal* (pp. 459-542). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ducrot, O. (1968). Linguagem e representação. In: O. Ducrot, *Estruturalismo e Linguística* (pp. 23-51). São Paulo: Cultrix.
- Ducrot, O. (1984). O referente. In: F. (. GIL, *Enciclopédia Einaudi: linguagem e enunciação* (pp. 418-438). Porto: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Ferreira, C. M. (2006). *A apresentação de Pacientes: (re)descobrimo a dimensão clínica*. Dissertação de mestrado em psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- Foucault, M. (2000a). A Prosa do Mundo. In: M. Foucault, *As Palavras e as Coisas - uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martin Fontes.
- Foucault, M. (2000b). Representar. In: M. Foucault, *As Palavras e as Coisas - uma arqueologia das ciências humanas* (pp. 63-105). São Paulo: Martin fontes.
- Freud, S. (1925/1976). A negativa. In: S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. XIX, pp. 261-269). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1911/1976). O caso Schreber: notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (dementia paranoides). In: S. Freud, *Edição standard brasileira das*

obras psicológicas completas de Sigmund Freud (J. Salomão, Trad., Vol. XII, pp. 13-108). Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1915/1976). O inconsciente. In: S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. XIV, pp. 165-217). Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1921/1976). Psicologia das Massas e Análise do Eu. In: S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. XVIII, pp. 77-154). Rio de Janeiro: Imago.

Gabbi Jr., O. F. (1995). Notas críticas sobre o Projeto para uma psicologia Científica. In: S. Freud, *Projeto para uma psicologia Científica*. Rio de Janeiro: Imago.

Hyppolite, J. (1954). Comentário falado sobre a Verneinung de Freud. In: J. Lacan, *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

Ianinni, G. (2009). Não Há formalizações sem restos: Frege com Lacan. *Estudos Lacanianos*, V.2 n.3.

Jaspers, K. (1973). Segunda parte: as conexões compreensíveis da vida psíquica. In: K. Jaspers, *Psicopatologia Geral* (pp. 361-375). São Paulo: Livraria Atheneu.

Jaspers, K. (1973). Terceira parte: As conexões causais da vida psíquica (psicologia explicativa). In: K. Jaspers, *Psicopatologia Geral* (pp. 551-745). São Paulo: Livraria Atheneu.

Kripke, S. A. (2001). *Naming and Necessity*. Cambridge: Harvard University Press.

Lacan, J. (1957/1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: J. Lacan, *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1959-1960/2008). A morte de Deus. In: J. Lacan, *O Seminário. Livro 7 - A ética da psicanálise* (pp. 201- 214). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1962-1963/2005). Além da angústia de castração. In: J. Lacan, *O seminário. Livro 10 - A Angústia* (pp. 53-65). Rio de Janeiro: Zahar.

Lacan, J. (1962-1963/ 2005). Angustia, signo do Desejo. In: J. Lacan, *O seminário - Livro 10- A Angustia* (pp. 25-37). Rio de Janeiro: Zahar.

Lacan, J. J. (1998 [1957]). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: J. J. Lacan, *Escritos* (pp. 496-533). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1955-1956/1985). *O Seminário. Livro 3 - As psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Lacan, J. (1961-1962/ 2003). *O Seminário. Livro 9 - A identificação*. Recife: Centro de estudos freudianos do Recife (publicação interna não comercial).

Lacan, J. (1954/ 1998). Resposta ao comentário de Jean Hyppolite. In: J. Lacan, *Escritos*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1998.

- Lacan, J. (1957/ 1998). Uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: J. Lacan, *Escritos* (pp. 531-590). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacet, C. (Jan./June de 2004). Da forclusão do Nome-do-Pai à forclusão generalizada: considerações sobre a teoria das psicoses em Lacan. *Psicologia USP* , pp. 243-262.
- Lima, C. H. (ago de 2011). A ruptura epistemológica entre psicanálise e ciências. *Psicologia em Revista* , v. 17, n. 2, pp. p. 226-239.
- Major, R. (2002). *Lacan com Derrida*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Marcondes, D. (2010). *Textos Basicos de Linguagem: de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.
- Miller, J.-A. (2012). Forclusión Generalizada. In: J.-A. Miller, *Los Signos del Goce* (pp. 367-382). Buenos Aires: Paidós.
- Milner, J. C. (1996). O primeiro classicismo Lacaniano. In: J. C. Milner, *A Obra Clara* (pp. 63-95). Rio de Janeiro: Zahar.
- Milner, J.-C. (2003). *El periplo estructural*. Buenos Aires- Madrid: Amorrortu editores.
- Monk, R. (2000). *Bertrand Russell*. São Paulo: UNESP.
- Nancy, J.-L., & Lacoue-Labarthe, P. (1991). *O titulo da Letra*. São Paulo: Escuta.
- Pinto, P. R. (1998). O contexto ligado a análise da linguagem. In: P. R. Pinto, *Iniciação ao silêncio* (pp. 88-107). São Paulo: Edições Loyola.
- Regnault, F. (2010). Freud anti-alegorista. In: F. Regnault, *Em torno do vazio: a arte à luz da psicanálise* (pp. 95-119). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Rinald, D. (out de 2008). O traço como marca do Sujeito. *Estudos de psicanálise* , n. 31, pp. 59 -63.
- Safatle, V. (2006). *A Paixão do Negativo*. São Paulo: Editora UNESP.
- Santos, L. H. (1978). Vida e Obra. In: H. Mattew(org.), *Russell - Os pensadores* (pp. VI-XIX). São Paulo: Abril.
- Saussure, F. d. (2012). Capítulo IV - O Valor Linguístico. In: F. d. Saussure, *Curso de Linguística Geral* (pp. 158-160). São Paulo: Editora Cultrix.
- Strathern, P. (2003). *Bertrand Russell em 90 minutos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Teixeira, A. (1999). De deus como garantia ausente . In: A. Teixeira, *O Topos Etico da Psicanálise* (pp. 116-137). Porto Alegre: EDIPURCS.
- Teixeira, A. (jan./jun de 2006). Entre o Signo e Significante: a esquisofrenia incipiente segundo Conrad. *Revista do departamento de psicologia - UFF* , v.18, n.1, pp. 1007-116.

Teixeira, A. (Abril de 2000). Forclusão Generalizada: como é possível não ser louco. *Curinga*, 14, pp. 60-65.

Teixeira, A. M. (ago de 2009). Psicanálise e ideologia: a violência da representação. *Psicologia em Revista*, v.15, n 3, pp. 159-171.

Teixeira, A. M. (2007). O conhecimento paranóico. In: A. M. Teixeira, *A soberania do inútil e outros ensaios sobre psicanálise e cultura*. São Paulo: Annablume.

Vieira, M. M. (1998). *Poe, Lacan e Derrida: o destino da Letra*. Dissertação de mestrado em psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

Vorcaro, A. (2004). *A criança na Clínica Psicanalítica*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

Wahl, F. (1968). Introdução a "coleção o que é o Estruturalismo". In: O. Ducrot, *Estruturalismo e Linguística* (pp. 11-17). São Paulo: Cultrix.

Zafiropoulos, M. (Janeiro-Outuro de 2009). Nossa Arqueologia Crítica da obra de Lacan: Lacan e as ciencias Sociais. *Estudos Lacanianos* (Ano II, n.º 3).